



ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS PISCÍCOLAS DO TÂMEGA E SOUSA

Porto, novembro de 2016

Projeto Financiado:



**GOVERNO DE
PORTUGAL**

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

DGAL

DIREÇÃO - GERAL DAS
AUTARQUIAS LOCAIS

Disclaimer

O estudo realizado sobre recursos piscícolas e cinegéticos, que a seguir se passa a apresentar, poderá conter algumas interpretações menos consensuais ou com margens de erro substanciais, já que foi baseado numa reduzida quantidade e qualidade de dados fornecidos pelas entidades oficiais ligadas ao sector da caça e pesca, e numa utilização dos graus de frequência e consensualidade observados em termos de opiniões das principais entidades envolvidas direta ou indiretamente nestas matérias no território. Sem este último recurso, seria impossível construir um diagnóstico minimamente relevante para definir políticas estratégicas para estes sectores.

Agradecimentos

Queríamos agradecer ao Professor Doutor Arlindo Marques da Cunha pela substancial ajuda técnica que nos forneceu ao longo da realização deste estudo. A sua disponibilidade para ler o documento, bem como os seus comentários, revelando a sua enorme experiência nestes sectores e a sua capacidade para analisar o alcance político de algumas propostas, foram providenciais no sentido de levar à construção de um documento mais equilibrado e incisivo.

Entidades entrevistadas ou contactadas diretamente:

- CIM Tâmega e Sousa
- Câmara municipal de Amarante
- Câmara municipal de Baião
- Câmara municipal de Celorico de Basto
- Câmara municipal de Marco de Canaveses
- Câmara municipal de Lousada
- Câmara municipal de Felgueiras
- Câmara municipal de Paços de Ferreira
- Câmara municipal de Penafiel
- Câmara municipal de Cinfães
- Câmara municipal de Castelo de Paiva
- Câmara municipal de Resende
- Posto aquícola do Torno
- Parque de pesca de Moure (Felgueiras)
- ARNPD – Associação Regional Norte de Pesca Desportiva
- Fençaça – Federação Nacional de Caçadores Portugueses
- Vários clubes e associações de caçadores
- Vários clubes e associações de pescadores

ÍNDICE

PARTE I - CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS PISCÍCOLAS NO TERRITÓRIO DO TÂMEGA E SOUSA	7
1 Enquadramento geral	7
2 Caracterização das diferentes bacias hidrográficas que se localizam na CIM-TS	9
Massas de água	12
3 Espécies piscícolas no território	13
4 Ordenamento e infra-estruturas de apoio ao setor	17
4.1 Ordenamento	17
Concessões de pesca desportiva	17
4.2 Habilitação das entidades gestoras	20
4.3 Profissionalização das entidades gestoras	20
4.4 Pistas de pesca desportiva	21
4.5 Infra-estruturas de apoio	23
4.5.1 Posto aquícola do Torno	23
4.5.2 Escadas de peixe	28
4.5.3 Percursos pedestres	29
5 Identificação e avaliação dos principais desafios ao nível da gestão dos recursos piscícolas nas seguintes vertentes	29
5.1 Alterações dos cursos de água	29
5.2 Requalificação das margens/leitões	31
5.3 Poluição	32
5.4 Doenças/Predadores	36
5.5 Repovoamentos	37
5.6 Pesca ilegal (vigilância e fiscalização)	39
6 Impacto económico	40
6.1 Aquacultura	40
6.2 Competição desportiva	40
6.3 Turismo	42
6.4 Gastronomia	44
6.5 Cultura	44
7 Caracterização institucional do setor	46
7.1 Principais intervenientes	46
7.1.1 Municípios	46
7.1.2 ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas)	47
7.1.3 Grupos de Ação Local	48
7.1.4 Associações e clubes de pescadores	49
8 Quadros legislativos	53
9 Benchmark internacional	55

10	Apoios financeiros	56
10.1	Municípios	56
10.2	PROVERE	57
10.3	EMER-N	57
10.4	PDR 2020	58
PARTE II - DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS DE ATUAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL ENDÓGENO DOS RECURSOS PISCÍCOLAS NO TERRITÓRIO DO TÂMEGA E SOUSA		
11	Análise SWOT (Oportunidades, Ameaças, Forças e Fraquezas)	62
12	Propostas para o desenvolvimento do potencial endógeno dos recursos piscícolas no território 64	
12.1	Medidas institucionais e de governance	64
12.1.1	Estratégia municipal	68
12.1.2	Licença de pesca e taxas de concessão - CIM	70
12.2	Medidas de sustentabilidade e fomento	71
12.2.1	Levantamento exaustivo do atual estado dos recursos hídricos/piscícolas na CIM	71
12.2.2	Estratégia de repovoamentos piscícolas	71
12.2.3	Programa de reintrodução da lampreia, sável e savelha na CIM	72
12.2.4	Combate à poluição dos cursos e massas de água	73
12.3	Infraestruturas	74
12.3.1	Pistas de pesca	74
12.3.2	Revitalização, reconstrução e monitorização de açudes	76
12.3.3	Escadas de peixe e caudais mínimos	77
12.4	Associativismo e ações de fomento	78
12.4.1	Apoios financeiros municipais	78
12.4.2	Mobilização de apoios financeiros existentes	79
12.4.3	Rota gastronómica do peixe do rio	79
12.4.4	Proposta turística	80
12.4.5	Processamento, tratamento e divulgação de informação	81
12.4.6	Concessões de trutas “troféu”	81
12.4.7	Certificação de qualidade das zonas de pesca lúdica	82
12.5	Projetos âncora	83
12.5.1	Formação ao nível da gestão	83
12.5.2	Captação e formação de novos talentos	84
12.5.3	Posto do Torno	85
12.5.4	Festival da Truta do Marão	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS		88

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Ações de repovoamento piscícola na CIM Tâmega e Sousa – Número de ações de repovoamento (N.º) e linhas de água intervencionadas em regime livre (N.ºL)38

Tabela 2: Largadas na CIM Tâmega e Sousa (todas realizadas em concessões de pesca)38

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Percentagem de ocupação do solo na CIM Tâmega e Sousa	9
Figura 2 – Mapa do parque de pesca de Moure (Felgueiras)	19
Figura 3 – Planta do Posto Aquícola do Torno.....	25
Figura 4 – Distribuição das associações por município com base na sua designação	50
Figura 5 – Área concelhia (km2) por associação.....	51
Figura 6 – Despacho de concessão de pesca no Rio Ardena (Cinfães).....	54
Figura 7 – Boletim anual com informação para a pesca em águas interiores no Estado de Nova Iorque (EUA) (Fonte: Department of Environmental Conservation, 2016a)	56

ESTUDO DE CARATERIZAÇÃO DOS RECURSOS PISCÍCOLAS DO TÂMEGA E SOUSA

PARTE I - CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS PISCÍCOLAS NO TERRITÓRIO DO TÂMEGA E SOUSA

1 Enquadramento geral

Os recursos piscícolas em águas interiores são uma riqueza natural com significativa relevância do ponto de vista económico, turístico, gastronómico e cultural. Se nos primórdios da civilização humana, nomeadamente na fase da sociedade recolectora, estes recursos eram unicamente vistos como uma importante fonte de proteína e eram utilizados para a sobrevivência alimentar através da pesca de subsistência, actualmente a sua fruição vai muito para além dessa simples necessidade básica. Desde a competição desportiva, passando pelo turismo ou pela realização de eventos multifacetados que juntam as vertentes cultural, social e gastronómica, é possível encontrar exemplos de formas bastante elaboradas e altamente criadoras de valor associadas a este recursos, sobretudo a nível internacional. Em países, como nos EUA, Espanha ou no Reino Unido, os modelos de negócio associados à gestão destes recursos potenciam um forte volume de turismo e são uma importante fonte de criação de emprego e de valor económico em áreas com menores densidades populacionais.

7

No entanto, a nível nacional, a realidade ao nível do aproveitamento e valorização destes recursos é pouco mais do que incipiente e está muito longe daquilo que se observa noutros países, incluindo Espanha. Efectivamente, a falta de investimento, a desertificação do interior, a severa alteração dos cursos de água (motivada sobretudo por interesses hidroeléctricos), a poluição, a pesca ilegal, a desactualização legislativa, a inexistência de fiscalização e o desinteresse e a incapacidade das entidades públicas para conseguirem mobilizar este sector, são alguns dos principais problemas que afectam a nossa realidade. Como reflexo deste estado de coisas, é notória a redução significativa de espécies indígenas de elevado valor acrescentado para valores alarmantes nalgumas partes do território nacional, como por exemplo a truta, ou a rápida introdução maciça e descontrolada de espécies exóticas sem qualquer valor, como o góbio ou a perca-sol. Isto já para não falar da repetição de episódios de poluição em áreas específicas que muitas vezes geram grandes mortandades e contaminação de peixes. De qualquer forma, nem tudo é negativo e com o vazio deixado pelo poder público central denota-se uma tendência crescente para surgirem algumas iniciativas pontuais de sucesso de base privada ou municipal que procuram suprir a cada vez mais gritante negligência ao nível dos recursos hídricos e piscícolas. A este nível, são de destacar as acções de requalificação do cursos de água, a limpeza das margens, a criação de concessões, as iniciativas de repovoamento ou a organização de eventos culturais e desportivos que têm por base estes recursos (Festa da truta do Beça, Festival da truta do Coura ou Festival da truta do Paiva, entre outros).

Em termos de recursos piscícolas em águas interiores, a situação na CIM do Tâmega e Sousa reflecte o panorama nacional e é um exemplo bastante notório do contraste entre um enorme potencial natural e uma quase total falta de interesse por parte das entidades competentes, seja a nível nacional ou regional. Apesar de os recursos hídricos representarem apenas 1% do território da CIM (figura 1), eles têm claramente um valor muito superior de um ponto de vista económico, seja na vertente recursos piscícolas ou na vertente de qualidade de vida das populações. A CIM é atravessada por várias bacias hidrográficas que contêm diferentes tipos de habitat que vão desde os pequenos ribeiros de montanha aos rios de curso médio e aos grandes rios. Todos eles inseridos em diferentes configurações morfológicas onde se destacam, entre outras, as aflorações montanhosas das Serras do Marão, Aboboreira e Montemuro, que fazem parte de sítios da Rede Natura e são extremamente relevantes pelo alto nível de qualidade das águas que fornecem. Estes locais são fundamentais para a sobrevivência de espécies de alto valor acrescentado, como a truta comum, e também fornecem oxigenação e nutrientes a águas mais poluídas que se encontram mais a jusante. Com tanto potencial, é incompreensível verificar que o nível de ordenamento da pesca desportiva no território desta CIM ainda seja muito pouco significativo em termos de superfície hídrica. Existem duas zonas de pesca reservada geridas pelo Estado (o Olo e Formão), uma zona de pesca lúdica gerida pelo município de Celorico de Basto, sendo as restantes sete geridas por associações e clubes de caça e pesca. Estando próximo da segunda cidade do País, contendo uma elevada densidade populacional em alguns concelhos e apresentando níveis fortes de associativismo na área da pesca desportiva e de competição, era de esperar que se fizesse sentir algum impacto positivo ao nível da gestão destes recursos, mas o contrário é mais evidente. Como é de esperar esta falta de ordenamento tem efeitos significativos na gestão dos recursos piscícolas, tendo-nos sido reportada uma frequente incidência de determinados fenómenos nas águas livres, nomeadamente, a falta de densidade de peixe, a falta de requalificação dos cursos de água, a inexistência de limpeza de margens, a significativa incidência do furtivismo e os episódios reiterados de poluição. Mesmo no que diz respeito à pesca de competição, que é a principal função da maioria das associações instaladas na CIM, verifica-se que a sua capacidade de intervenção direta e criação de valor no território é reduzida, denotando-se, por várias razões, uma falta de pistas de pesca e tendo quase todos os atletas que realizar a sua actividade noutros territórios. Assim, e apesar de uma grande parte dos municípios da CIM apoiarem esta vertente específica a nível monetário e com meios de transporte, nalguns casos até com apoios especiais para atletas que participam em eventos nacionais ou internacionais, observa-se que a pesca desportiva de competição tem um impacto reduzido ao nível da dinamização da economia local, já que a grande maioria dos apoios são efectivamente utilizados fora do território da CIM.

8

Perante esta situação de negligência, torna-se imperativo mudar o rumo e começar a adoptar medidas que permitam rapidamente inverter as tendências detectadas e promover uma nova abordagem. Até este momento, verifica-se que o aproveitamento destes recursos a todos os níveis, incluindo o turístico e cultural, é relativamente esporádico, dependendo da visão de algumas entidades isoladas e não obedece a nenhuma estratégia integrada. A grande maioria dos municípios não dedica qualquer tipo de atenção a esta área e muitas vezes é patente o desconhecimento das próprias autarquias sobre aquilo que existe e como está a ser gerido. Por exemplo, no que diz respeito a eventos, verifica-se unicamente a existência de seis eventos anuais,

com dois deles a não incidirem sobre recursos piscícolas da CIM. Os eventos que incidem sobre recursos piscícolas locais têm abrangência e publicitação relativamente limitada, apresentando todos eles uma forte vertente gastronómica e sendo todos eles resultado de iniciativas que se iniciaram ao nível das freguesias, sendo depois posteriormente apoiadas pelos municípios. São autênticos oásis num deserto de falta de iniciativa e dinamismo nesta área, especialmente quando comparados com a dinâmica municipal que se verifica em concelhos de outras CIM's, como por exemplo: Paredes de Coura e Vila Nova de Paiva, entre outros.

Assim, para inverter este estado de coisas, é necessário tomar medidas que estejam alicerçadas numa estratégia sólida e que por sua vez reflita conhecimento sobre a realidade vivida no território. É na procura de sistematizar esse conhecimento que elaboramos as secções seguintes.

2 Caracterização das diferentes bacias hidrográficas que se localizam na CIM-TS

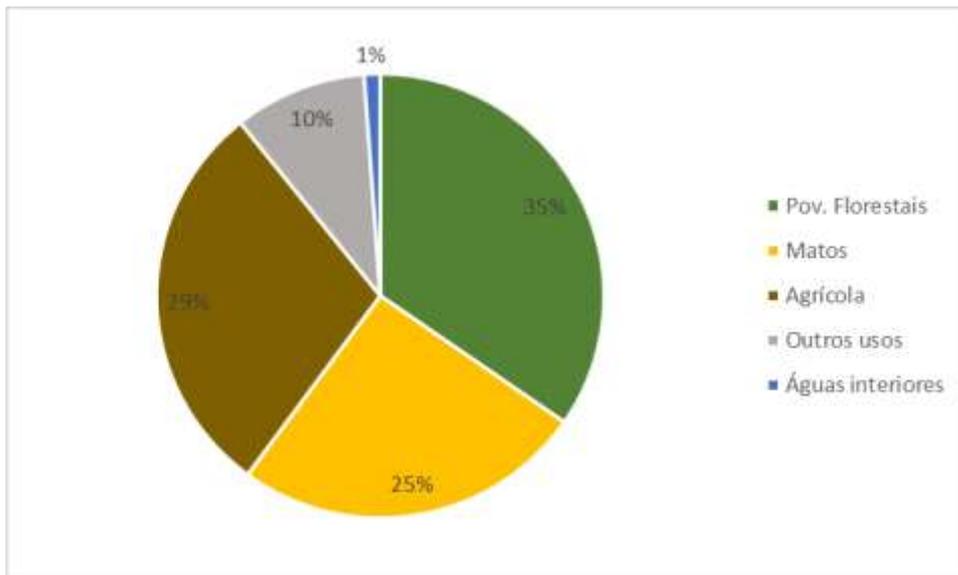


Figura 1 – Percentagem de ocupação do solo na CIM Tâmega e Sousa
(Fonte: ICNF, 2015)

A CIM é atravessada pela bacia hidrográfica do Rio Douro, que concentra a esmagadora maioria das outras sub-bacias, de onde se destacam o Tâmega, o Paiva e o Sousa. A bacia hidrográfica do Douro divide o território da CIM em dois, com a parte superior, correspondente à margem direita, a ter uma maior superfície hídrica, já que contém duas bacias de dimensão média, como são as bacias do Sousa e do Tâmega. Por sua vez, na margem esquerda, a única bacia comparável com as anteriores é a do Rio Paiva. De qualquer forma, nem toda a superfície hídrica pertence à bacia do Douro, existindo uma pequena percentagem que foge a esta regra e que corresponde à bacia do Rio Ave,

que é apanhada de forma residual pelo município de Felgueiras. Este município é atravessado pelos rios Vizela, Bugio e Ferro que pertencem à bacia do Ave.

Tal como já referido anteriormente Figura 1, as águas interiores representam cerca de 1% do território da CIM. Uma grande parte deste valor, aparece associado às três massas de água presentes nesta região: a Barragem do Carrapatelo, a Barragem de Crestuma-Lever e a Barragem do Torrão, sendo o restante correspondente ao somatório de todos os cursos de água. Em termos de recursos piscícolas, as águas presentes na CIM dividem-se entre águas salmonídeas e não salmonídeas. As águas salmonídeas, apesar de terem uma importância quantitativa inferior às não salmonídeas do ponto de vista percentual, não deixam de ser bastante relevantes do ponto de vista de qualitativo, pois contêm alguns rios de referência a nível nacional, no que diz respeito à pesca à truta, como por exemplo, o Olo, o Bestança, o Marão, o Ovelha, etc. Estas são águas de grande qualidade em termos de pureza e que procedem diretamente de afloramentos montanhosos incluídos em rede Natura como o Alvão, Marão ou Montemuro.

Numa análise mais detalhada das bacias hidrográficas do Douro e Ave, mas sem ser exaustivo e pegando, entre outros, nos cursos de água que mais foram mencionados pelos agentes no território, é possível caracterizar as seguintes bacias de menor tamanho:

Cursos de água

- Margem esquerda do Rio Ave:
 - Rio Vizela:

Rio com uma extensão de cerca de 45 km que nasce no Alto de Morgaír e delimita uma parte do município de Felgueiras (cerca de 7 km), desaguando posteriormente na margem esquerda do Ave. Inclui nos seus afluentes:

 - Rio Bugio:

Rio com uma extensão de cerca de 6 km que nasce em São Gens (Fafe) e atravessa o município de Felgueiras, desaguando na margem esquerda do rio Vizela.
 - Rio Ferro:

Rio que nasce em Ribeiros (Fafe) e atravessa o município de Felgueiras, desaguando na margem esquerda do rio Vizela.
- Margem direita do Douro:
 - Bacia do Ovil:

Rio que atravessa o município de Baião, nascendo na freguesia de Loivos do Monte (Serra da Aboboreira) e desembocando na margem direita do Douro.
 - Bacia do Teixeira:

Rio com cerca de 18 km de extensão que atravessa o município de Baião (parte do troço médio faz fronteira com Mesão Frio), nascendo na Serra do Marão e desembocando na margem direita do Douro.
 - Bacia da Ribeira do Zêzere:

Ribeira afluente do Douro que nasce e atravessa o município de Baião.

– Bacia do Tâmega:

Rio com 145 km de extensão que nasce em Espanha na Serra de São Mamede e que passa pelos municípios de Celorico de Basto, Amarante, Marco de Canaveses e Penafiel, desembocando na margem direita do Douro. Este rio inclui as seguintes bacias hidrográficas:

▪ Margem direita:

○ Bacia do Odres:

Rio com 14,3 km que nasce em Santiago de Figueiró (Amarante) e desagua na margem direita do Tâmega no Marco de Canaveses.

▪ Margem esquerda:

○ Bacia do Olo:

Rio com 43 km de extensão que nasce na Serra do Alvão (fora da CIM) e atravessa o município de Amarante antes de desembocar na margem esquerda do rio Tâmega.

○ Bacia do Ovelha:

Rio com 23 km de comprimento que nasce na Serra do Marão e atravessa os municípios de Amarante e Marco de Canaveses, desembocando na albufeira da Barragem do Torrão (rio Tâmega) perto do Marco de Canaveses. Tem como afluentes o rio Carneiro e o rio Marão.

11

– Bacia do Sousa:

Rio com cerca de 65 km de comprimento que nasce em Friande (Felgueiras) desaguando na margem direita do Douro. Atravessa os concelhos de Felgueiras e Penafiel.

▪ Bacia do Mesio:

Rio com 28 km de extensão que nasce na Serra de Barrosas (Lousada) e desagua na margem direita do Sousa. Atravessa Lousada e Penafiel.

▪ Bacia do Cavalum:

Rio com 17 km de comprimento que nasce em Casais Novos (Penafiel) e desagua na margem esquerda do Rio Sousa.

▪ Bacia do Ferreira:

Rio com 43 km de comprimento que nasce em Freamunde que atravessa uma parte do município de Paços de Ferreira desembocando posteriormente na margem direita do Rio Sousa

• Margem esquerda do Douro:

– Bacia do Bestança:

Rio com 13,5 km de comprimento que nasce na Serra de Montemuro e desagua na margem esquerda do Rio Douro. Atravessa o município de Cinfães.

- Bacia do Paiva:
Rio com cerca de 111 km de extensão que nasce na Serra de Leomil e desagua na margem esquerda do Douro. Atravessa o concelho de Castelo de Paiva.
- Bacia do Cabrum:
Rio com cerca de 20 km de extensão que nasce na Serra de Montemuro e desagua na margem esquerda do Douro. Faz fronteira entre o concelho de Resende e o concelho de Cinfães.
- Bacia da Ribeira de São Martinho:
Ribeira com cerca de 12 km de extensão que nasce na proximidade de São Cristóvão e desagua na margem esquerda do Douro em Porto de Rei. Atravessa do concelho de Resende.
- Bacia do Arda:
Rio com cerca de 30 km de extensão que nasce na Cruz das Eiras em Arouca e desagua na margem esquerda do Douro em Pedorido. Atravessa o concelho de Castelo de Paiva.
- Bacia do Sardoura:
Rio com cerca de 18 km de extensão que nasce na freguesia de Santa Eulália (Arouca) e desagua na margem esquerda do Douro. Atravessa o concelho de Castelo de Paiva.

Massas de água

No que diz respeito às massas de água, há a considerar três situações específicas associadas aos dois maiores rios da região; o Douro e o Tâmega, e que são resultado de intervenção humana com o objectivo de produção de energia eléctrica.

- Barragem do Torrão – barragem construída em 1988 no rio Tâmega no município de Marco de Canaveses, com um paredão que apresenta uma altura de 70 metros e uma largura de 218 metros. A área da albufeira plena atinge os 651 hectares e cobre os municípios de Amarante, Penafiel e Marco de Canaveses (EDP, 2013). Segundo informação obtida junto do município do Marco de Canaveses e junto do site da APA (2016), esta barragem não possui escada de peixe e a sua capacidade de produção actual anda muito abaixo do seu potencial.
- Barragem de Carrapatelo – barragem terminada em 1971 no Rio Douro, ficando localizada nos municípios de Cinfães e Marco de Canaveses, com um paredão que apresenta uma altura de 57 metros e um comprimento de coroamento de 400 metros. A área total da bacia da albufeira é de 92,05 km². A zona de influência da albufeira criada pela barragem

do aproveitamento do Carrapatelo abrange os concelhos de Cinfães, Resende e Lamego, na margem esquerda, e Marco de Canaveses, Baião, Mesão Frio e Peso da Régua, na margem direita. Possui escada de peixe no muro de separação entre a barragem e a central (EDP, 2013).

- Barragem de Crestuma Lever – barragem construída em 1985 no rio Douro nos municípios de Gondomar e Vila Nova de Gaia, com um paredão que apresenta uma altura de 65 metros e um comprimento de coroamento de 470 metros. A zona de influência da albufeira criada pelo aproveitamento de Crestuma-Lever abrange os concelhos de Vila Nova de Gaia, Gondomar, Santa Maria da Feira, Castelo de Paiva, Cinfães, Penafiel e Marco de Canaveses. O muro da barragem dispõe de um mecanismo de transposição de peixes (EDP, 2013).

3 Espécies piscícolas no território

A riqueza piscícola da CIM é bastante considerável e depende directamente da diversidade de habitats aquáticos disponíveis no território. As zonas de montanha, nomeadamente, nas Serras do Marão, Aboboreira e Montemuro, albergam sobretudo espécies indígenas que dependem de águas frias, limpas e com níveis bastante reduzidos de poluição, como a truta comum, o escalo e a boga. Enquanto as zonas de planície e vale, que dispõem de águas mais quentes, mais poluídas e com maior nível de nutrientes, são o habitat preferido para espécies exóticas como carpas, ruivacos, achigãs, lucipercas, etc., não deixando também de ter populações significativas de barbos, bogas, escalos, bordalos e enguias.

13

De um ponto de vista migratório, apenas existe uma espécie que, apesar de ter perdido um número bastante relevante de efectivos nas últimas décadas, ainda continua a visitar de forma frequente a bacia hidrográfica desta região, que é a enguia. A construção de barragens, a existência de açudes mal dimensionados, a falta de eficácia das escadas de peixe e a poluição têm sido os factores responsáveis pelo desaparecimento de outras espécies migratórias mais sensíveis como o sável, a savelha ou a lampreia.

No caso desta última espécie, a destacar as conclusões do estudo realizado pela ADER-SOUSA (2008) que aponta o açude da antiga Estação de Captação de Água da Foz do Sousa como sendo o principal responsável pela inexistência de lampreia neste rio. Tal como referido nesse estudo, a lampreia, neste momento, ainda entra no Douro até Crestuma-Lever e na foz do Sousa, no entanto, nos locais a que tem acesso neste último rio, não tem condições hídricas para desovar.

De um ponto de vista gastronómico e desportivo, é possível tentar categorizar da seguinte forma as espécies piscícolas que habitam neste território.

Com muito alto valor desportivo e gastronómico:

- **Truta comum:**
Espécie de salmonídeo indígena que habita sobretudo os cursos de água com águas frias, limpas e bastante oxigenadas dentro da CIM. É a espécie favorita para os pescadores desportivos de águas interiores e a sua população está sujeita a fortes pressões por parte da pesca e dos furtivos, mas o seu principal inimigo é a poluição. Tem grande valor gastronómico, tendo dado a inspiração a várias receitas tradicionais. A população tem estado em regressão nos últimos anos e só se consegue manter a níveis aceitáveis com base em repovoamentos.
- **Truta arco-íris:**
Espécie de salmonídeo exótico que foi importado da América do Norte. Tem essencialmente valor gastronómico, tendo sido objecto de aquacultura em diversos pontos da CIM. Uma grande parte da solicitação gastronómica existente actualmente sobre a truta comum é transferida para esta espécie, sendo o principal substituto desta última ao nível da restauração. A população existente em liberdade é relativamente residual e resulta essencialmente de fugas das truticulturas ou de largadas de trutas pontuais realizadas por pescadores.

Com alto valor de competição/desportivo e alto valor gastronómico:

14

- **Barbo:**
Cíprinideo indígena de tamanho médio que habita sobretudo os troços médios e inferiores dos cursos de água, bem como as massas de água. Com fácil capacidade de adaptação e boa tolerância à poluição, apresenta números consideráveis na CIM. Tem valor gastronómico, sendo considerado como um dos famosos peixes do rio. Um dos principais alvos dos pescadores desportivos, especialmente na pesca de competição.
- **Boga:**
Cíprinideo indígena de tamanho pequeno a médio que habita sobretudo zonas de correntes em todos os cursos de água, estando também presente em massas de água da CIM. Ultimamente, tem-se falado na regressão de bogas a nível nacional e também na CIM, mas ainda não se apurou a intensidade desta situação, bem como as respectivas causas. Tem valor gastronómico, sendo considerado como um dos famosos peixes do rio. É também considerado como um alvo para a pesca de competição.
- **Escalo:**
Cíprinideo indígena de tamanho pequeno a médio que habita em todos os cursos de água e massas de água da CIM. Tem valor gastronómico, sendo considerado como um dos famosos peixes do rio. É também considerado como um alvo para a pesca desportiva e de competição.

- **Bordalo:**
Ciprinídeo indígena de tamanho pequeno que habita em todos os cursos de água e massas de água da CIM. Tem valor gastronómico, sendo considerado como um dos famosos peixes do rio. É considerado como uma opção secundária em termos de pesca desportiva e de competição pelo seu reduzido tamanho.

Com alto valor competição/desportivo e reduzido valor gastronómico:

- **Carpa:**
Cíprinideo exótico, introduzido pelos romanos, com tamanho médio a grande que habita sobretudo as massas de água, mas também os troços lentos de rios de grande dimensão. Com fácil capacidade de adaptação e boa tolerância à poluição, apresenta números consideráveis na CIM, especialmente nas barragens. Tem um reduzido valor gastronómico, raramente sendo aproveitada a esse nível. No entanto, é um dos principais alvos dos pescadores desportivos, especialmente na pesca de competição.
- **Pimpão:**
Cíprinideo exótico com tamanho médio, introduzido em Portugal no século XVII por motivos ornamentais. Habita sobretudo as massas de água, tendo fácil capacidade de adaptação e boa tolerância à poluição. Encontra-se sobretudo nas barragens da CIM. Tem um reduzido valor gastronómico, mas apresenta valor desportivo, sobretudo para a pesca de competição. O seu número tem vindo a diminuir substancialmente devido às espécies predadoras exóticas introduzidas na CIM.
- **Alburno:**
Cíprinideo exótico, introduzido pelos pescadores desportivos. É um alvo interessante para os pescadores desportivos, sobretudo ao nível da competição.
- **Ruivaco:**
Cíprinideo exótico, introduzido recentemente pelos pescadores desportivos no rio Douro com vista a aumentar a diversidade de espécies disponíveis para a pesca desportiva. Um dos alvos mais interessantes para os pescadores desportivos, especialmente na pesca de competição.

Com alto valor desportivo e bom valor gastronómico (predadores):

- **Achigã:**
Espécie exótica predadora introduzida pelos pescadores desportivos. Em franco crescimento e dispersão, habitando quase exclusivamente as massas de água da CIM. Muito procurado ao nível da pesca desportiva pela sua forte combatividade. Permite um bom aproveitamento gastronómico, mas ainda não é objeto de uma significativa comercialização a esse nível.

- **Lúcio:**
Espécie exótica predadora introduzida pelos pescadores desportivos. Existem algumas evidências e relatos da sua existência na CIM, mas sem uma comprovação clara da sua densidade e distribuição no momento actual. Pensamos que a sua distribuição potencial se pode cingir, para já, às massas de água da CIM. Permite um bom aproveitamento gastronómico.
- **Lucioperca:**
Espécie exótica predadora introduzida pelos pescadores desportivos. Em franco crescimento e dispersão. Habita quase exclusivamente as massas de água da CIM. É muito procurada pelos pescadores, devido ao elevado tamanho que pode alcançar. Permite um bom aproveitamento gastronómico, mas ainda não é objeto de uma significativa comercialização a esse nível.

Com médio valor desportivo e gastronómico:

- **Enguia:**
Espécie migratória presente na CIM. Encontra-se em regressão, devido à construção de barragens e ao mau funcionamento e design das escadas de peixe. Tem um bom valor gastronómico, mas não é alvo de um forte aproveitamento na CIM.
- **Tainha de rio:**
Espécie com forte capacidade de adaptação, estando sobretudo presente no Douro e nos troços mais a jusante do Tâmega, Paiva e Sousa, ao nível do território da CIM. Trata-se essencialmente de uma espécie que vive em águas salobras, mas a construção de barragens permitiu que uma grande população ficasse contida nos troços do Douro a montante das barragens do Carrapatelo e Crestuma-Lever. É alvo pontual de aproveitamento gastronómico.

Valor desportivo/gastronómico residual:

Existem relatos de identificação de alguns exemplares de uma pequena espécie indígena no rio Sousa: a **verdemã do norte**. Trata-se de um pequeno peixe com tamanho bastante diminuto para apresentar qualquer aproveitamento desportivo ou gastronómico. Encontra-se em estado de regressão devido à perda de qualidade das águas e à introdução de espécies invasoras.

Existe um conjunto de espécies exóticas com exemplares de tamanho muito reduzido que não se prestam a aproveitamento desportivo, sendo autênticas pragas em determinadas zonas, devido à sua grande territorialidade e alimentação que exerce uma enorme pressão sobre as espécies indígenas. Eventualmente, pode existir algum aproveitamento gastronómico destas espécies, mas essencialmente para consumo particular ou em situações muito específicas. A única que tem maior

nutricional e gera alguma procura gastronómica mais alargada é o lagostim vermelho. As espécies aqui consideradas são:

- Gambusia
- Góbio
- Perca-sol
- Lagostim vermelho

4 Ordenamento e infra-estruturas de apoio ao setor

4.1 Ordenamento

Concessões de pesca desportiva

No global, há uma falta crítica de ordenamento ao nível da pesca desportiva na CIM. Atendendo ao elevado número de pescadores presentes na CIM, ao forte associativismo associado à pesca, nomeadamente de competição, e à grande disponibilidade de cursos de água com óptimas condições para praticar diferentes modalidades, era de esperar um maior envolvimento das diferentes entidades públicas, privadas e associativas na gestão dos cursos e massas de água.

17

O que predomina no território da CIM são as águas livres onde se pode realizar a pesca não ordenada. São águas onde os direitos de pesca pertencem ao Estado e não são objecto de uma gestão estruturada. A gestão nestes locais deveria ser assegurada pelo ICNF, mas a falta de meios e a incapacidade técnica obrigam a que muitas vezes sejam alguns municípios mais interessados ou associações ambientais a tratar de algumas situações mais prementes que ocorrem por ali. De qualquer forma, as poucas intervenções que se registam nestas zonas são pautadas por serem de curto prazo e de visarem apenas resolver problemas pontuais, como por exemplo, os repovoamentos.

Quanto à situação de ordenamento encontradas, elas retratam sobretudo experiências de âmbito associativo que se manifestam na gestão de sete zonas de pesca lúdica actualmente existentes no território da CIM. As restantes experiências estão a cargo do Estado (duas zonas de pesca reservada) e de um município (Celorico de Basto). Há apenas evidência de uma experiência totalmente privada e que estava inicialmente orientada unicamente para o aproveitamento turístico e comercial, mas que, entretanto, sofreu uma alteração radical em termos de modelo de negócio, por razões que não conseguimos apurar de forma clara, abandonando a oferta de salmonídeos, substituindo-a pelos ciprinídeos, e deixando totalmente a sua orientação comercial anterior, passando a prestar só serviços *pro bono*. Para uma visão mais detalhada das situações existentes, segue a sua caracterização abaixo:

- Duas zonas de pesca reservada:
 - Formão (Amarante) – serve de suporte para a pista de pesca com o mesmo nome, apresentando um extensão de 2,5 km. Só permitida a pesca sem morte, à exceção de espécies invasoras como o lúcio, lucioperca, perca sol e góbio. Espécie principal: ciprinídeos
 - Olo (Amarante) – em todo o curso numa extensão de 43,7 km. Tem como foco fundamental a gestão da pesca à truta comum num dos mais conceituados rios truteiros nacionais. Inclui três modalidades diferentes de gestão da pesca ao longo do seu curso: pesca com morte, pesca sem morte e zonas de defeso (sem pesca). Espécie principal: truta.
- Oito zonas de pesca lúdica:
 - Rio Freixieiro – Celorico de Basto – extensão de 4,8 km com a gestão entregue à Câmara Municipal de Celorico de Basto. Espécie principal: truta
 - Ribeira de São Martinho – Resende – extensão de 10 km com a gestão entregue à Associação de Caçadores das Quelhas. Espécie principal: truta
 - Rio Ardena – Cinfães – extensão de 6,4 km com a gestão entregue à Associação de Caça e Pesca da Nespereira. Espécie principal: truta
 - Rio Bestança – Cinfães – extensão de 10 km com a gestão entregue ao Clube de Caça e Pesca de Tendais. Espécie principal: truta
 - Rio Ferreira – Paços de Ferreira – extensão de 1,3 km com gestão entregue ao Clube de Pesca e Caça de Freamunde. Espécie principal: ciprinídeos.
 - Rio Marão – Amarante – extensão de 5,4 km com a gestão entregue à Associação Cultural e Desportiva Águia do Marão. Espécie principal: truta.
 - Rio Odres – Amarante – extensão de 61, km com a gestão entregue ao Clube de Caça e Pesca de Vila Meã. Espécie principal: truta
 - Rio Ovelha – Amarante – extensão de 6,7 km com a gestão entregue ao Clube de Caça e Pesca da Aboadela. Espécie principal: truta
- Um parque de pesca desportiva:
 - Parque de Moure – Felgueiras. Trata-se de uma estrutura idealizada inicialmente para aproveitamento comercial da pesca desportiva da truta, dispondo de duas lagoas artificiais (figura 2), alimentadas por um pequeno afluente do rio Sousa, com uma capacidade para albergar cerca de 30 toneladas de trutas. Esta exploração, resultado de um investimento de 200 mil euros entre 2006 e 2007 (ADER-SOUSA, 2016), apoiada em aproximadamente 57 mil euros por fundos comunitários e 23 mil euros de comparticipação nacional, funcionou

inicialmente com duas espécies de trutas: a truta comum e a truta arco-íris e tinha um regime de pesca e paga. Entretanto, e devido a circunstâncias que não conseguimos apurar na íntegra, este parque de pesca alterou recentemente o seu modo de funcionamento e eliminou completamente a população de trutas, introduzindo apenas ciprinídeos e permitindo unicamente a pesca sem morte, sem qualquer tipo de contrapartida monetária.

Foi-nos informado pelo município de Felgueiras que este investimento tinha tido alguns problemas com questões ambientais, mas não conseguimos apurar exactamente quais. Na sequência de visita *in-loco* a este empreendimento à procura de mais explicações, verificamos que algumas das infra-estruturas já estavam num estado de conservação deficiente, a precisar de algumas obras, e que a qualidade da água das lagoas não era aparentemente a melhor para albergar salmonídeos. De modo a prestar apoio aos pescadores e acompanhantes, este espaço possui bar, restaurante, parque de merendas, parque infantil e parque de estacionamento.



Figura 2 – Mapa do parque de pesca de Moure (Felgueiras)
(Fonte: Google Maps, 2017)

A registar também a existência de uma proposta já formalizada para a criação de uma zona de pesca lúdica no Rio Ovelha dentro do município do Marco de Canaveses. Esta proposta já foi submetida ao ICNF, aguarda despacho e resulta de uma parceria entre o município e o Clube de Amadores de Pesca do Marco. Dentro desta concessão, está prevista a construção de uma pista de pesca.

4.2 Habilitação das entidades gestoras

De acordo com informação recolhida junto dos intervenientes no território, nomeadamente os municípios, verifica-se que a maioria das entidades gestoras no sector da pesca possuem nos seus quadros dirigentes, indivíduos com um nível de formação baixo a médio, com a grande maioria no intervalo entre a antiga 4ª classe e o 9º ano de escolaridade. Eventualmente, segundo nos foi informado, existem um ou dois dirigentes com o 12º ano, sendo excepção o caso do município de Celorico de Basto, onde a gestão é realizada por um técnico com um grau de ensino superior.

Em termos formação específica na área de gestão de recursos hídricos ou piscícolas, não foi encontrado nenhum gestor com este tipo de características. Sendo tal um sinal claro de que a gestão destes recursos é realizada essencialmente numa base de amadorismo, em que alguns indivíduos mais interessados procuram por as mãos à obra com conhecimentos genéricos e depois entram numa lógica de “learning-by-doing”, em que conselhos externos de pessoas mais próximas e a experimentação-tentativa (“trial and error”) são as técnicas mais utilizadas.

De modo a suplementar a falta de formação e conhecimento, são várias as associações que recorrem ao auxílio da ARNPD (Associação Regional Norte de Pesca Desportiva), sobretudo nas matérias que tenham a ver com as questões da pesca de competição.

No caso específico da gestão das zonas de pesca reservada, a entidade responsável é o ICNF que utiliza os técnicos regionais para procederem a este tipo de funções. As decisões aqui são normalmente entregues a pessoas com habilitação superior (licenciatura, mestrado ou doutoramento), tendo muitas delas mesmo formação especializada na área. No entanto, não há evidência que a qualidade da gestão seja muito diferente da realizada nas zonas de pesca lúdica geridas por pessoas com muito menor formação, o que pode ser indicativo de uma grande distância dos decisores relativamente ao território, onde as medidas são efetivamente aplicadas. Neste caso concreto, o problema poderá não estar ao nível da qualidade das decisões tomadas, mas sim na falta de conhecimento específico de suporte à decisão ou na incapacidade para controlar e monitorizar a implementação das decisões no terreno.

4.3 Profissionalização das entidades gestoras

A gestão dos recursos piscícolas é realizada sobretudo numa base amadora, aspecto já referido, e em *part-time*, com um nível de dedicação substancialmente inferior aquele que é dado a outras actividades ou vertentes. Do ponto de vista dos clubes e associações de pescadores, a grande maioria tem simultaneamente a valência de caça e pesca, e normalmente dão prioridade à caça, sendo a pesca vista como um produto secundário. No caso de associações que se dedicam unicamente à pesca, a grande maioria focaliza-se sobretudo na pesca de competição, sendo a pesca desportiva lúdica no território da CIM posicionada como um produto secundário. Finalmente, no caso do município de Celorico de Basto, a gestão também é realizada em *part-time*, já que a equipa que se ocupa da gestão da zona de pesca lúdica, é também a responsável pelas actividades florestais e pelo setor da caça.

Com a qualidade de gestão a ser determinada pelo nível de dedicação, parece-nos claro que a gestão das zonas de pesca lúdica terá um nível baixo, onde predomina uma estratégia de curto prazo com muitas intervenções pontuais em funções de necessidades específicas (repovoamentos, etc.), não existindo uma visão de longo prazo que procure introduzir medidas estruturais que promovam a autossustentabilidade dos recursos piscícolas em condições naturais ideais. A grande maioria dos planos de exploração das concessões cativas refletem um pouco esta realidade com demasiados dias de pesca e inexistência de zonas de proteção.

Finalmente, e no que se refere às zonas de pesca reservadas, a base de gestão deveria ser profissional e a tempo inteiro, uma vez que é garantida por uma entidade pública dedicada a este tipo de área. No entanto, a falta de pessoal, a dispersão do existente por múltiplas funções (floresta, caça e pesca) e o distanciamento relativamente ao terreno, fazem com que os efeitos práticos deste nível mais elevado de dedicação não se façam sentir na prática.

4.4 Pistas de pesca desportiva

No momento actual, não existe qualquer pista de pesca desportiva a funcionar de forma plena e efectiva na área territorial da CIM do Tâmega e Sousa. Atendendo aos inúmeros cursos e massas de água presentes na CIM, à forte vertente de competição dos clubes de pesca, ao elevado associativismo gerado por esta actividade e às sucessivas solicitações e reclamações sobre pistas de pesca, é no mínimo estranho encontrar uma situação deste tipo na CIM. De facto, a única pista que existe encontra-se localizada em Formão (Amarante) e enquadra-se dentro de uma zona de pesca reservada que ocupa o limite superior da albufeira do Torrão (Rio Tâmega). De acordo com informação recolhida junto da ARNPD (Associação Regional Norte de Pesca Desportiva), esta pista acolheu várias provas da federação no passado e dispunha de cerca de 100 pescueiros. No entanto, as condições para a realização de provas nesta barragem não eram as melhores, sobretudo devido à questões suscitadas pela rápida alteração do nível da água. Efectivamente, as condições da pista de pesca do Formão estão muito dependentes da política de gestão da albufeira do Torrão, existindo períodos onde a prática da pesca era comprometida por níveis de água demasiado baixos ou demasiado elevados, ou então por alterações bruscas dos mesmos durante a realização de provas ou concursos.

Neste momento, e com base em informação prestada pela autarquia de Amarante, as margens da pista de pesca de Formão estão completamente assoreadas, não só devido à acção normal da natureza, mas sobretudo devido ao despejo de vários tipos de resíduos (material das podas, corte de árvores, terras, etc) por parte da população local. Portanto, nos últimos tempos a pista de pesca tem estado inoperacional, deixando de ser uma opção para a realização de provas regionais ou nacionais e levando a que todos os pescadores que utilizavam esta infra-estrutura para treinar sejam obrigados a frequentar outras pistas. Assim, e com base num inquérito realizado às associações de pescadores, a grande maioria está a utilizar a pista de Cavez (a mais próxima da CIM – localizada em Cabeceiras de Basto), seguida pela de Vila das Aves e, ainda a uma maior distância, pela pista de Chaves. Simultaneamente, a ARNPD também tem utilizado a pista de Cavez para um grande número das provas que realiza actualmente na zona Norte.

Procurando saber mais sobre esta situação anómala da pista de Formão que a torna inutilizável, inquirimos o município de Amarante e foi-nos comunicado recentemente, que estará para breve uma campanha de limpeza das margens da pista de pesca de Formão, devendo a mesma estar operacional no início do ano de 2017. Não sabemos até que ponto é que isto será suficiente para efectivamente revitalizar Formão, até porque existem outras ameaças latentes relativamente à sua operacionalização no curto a médio prazo, a seguir mencionadas.

De facto, o panorama geral para a construção e manutenção de pistas de pesca no Tâmega não é nada famoso nos próximos anos. Com a construção das barragens e a significativa alteração do caudal e margens do Tâmega, parece-nos muito difícil que a pista de pesca de Formão, e mesmo a de Cavez, tal como estão, consigam ter qualquer viabilidade num futuro próximo e portanto surge uma clara necessidade de criar alternativas para estas duas opções. Neste contexto, parece-nos bastante razoável assumir que não valerá a pena realizar qualquer investimento significativo a este nível no Tâmega nos próximos anos. Enquanto as referidas barragens não forem construídas e começarem a produzir os seus efeitos sobre o leito e margens do rio, é muito difícil perceber quais os locais mais favoráveis para construir uma pista de pesca com boas condições e que se mantenha em bom estado no médio e longo prazo.

Um outro caso paradigmático ao nível da problemática das pistas de pesca, é a proibição da pesca desportiva organizada e de competição na zona da Pala (rio Douro). São várias as associações de pesca local que reconhecem a grande valia natural deste local para a prática da pesca desportiva e de competição, sem a necessidade de qualquer tipo de intervenção ou investimento, e que não compreendem o porquê da proibição actual. Durante vários anos, foi possível pescar e organizar de forma livre algumas competições neste local, no entanto, de alguns anos a esta parte, o cenário alterou-se. Segundo testemunho recolhido junto da ARNPD, este local chegou a albergar vários eventos de envergadura e dispunha de cerca de 180 pescueiros disponíveis, com 100 deles seguidos.

Efetivamente, segundo aquilo que conseguimos averiguar junto da Câmara Municipal de Baião e da ARNPD, existe neste momento um plano específico a regulamentar esta zona do Douro (POARC – Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e Carrapatelo) que tem como prioridade os desportos náuticos, e sobretudo a motonáutica, proibindo a prática de outros desportos como, por exemplo, a pesca de competição. No entanto, de acordo com informação da ARNPD, na prática é possível continuar a pescar neste local de forma livre (não tem havido intervenção das autoridades), mas já o mesmo não é possível se for solicitada a pesca ordenada com vista à realização de um concurso ou de uma prova federada. Isto parece-nos uma situação anómala sem fundamentação possível e que potencia de forma artificial uma situação de significativo conflito de interesses na gestão de espaços públicos que nos parece demasiado exacerbada. A situação ainda se torna mais incompreensível quando nos foi comunicado que as próprias provas de motonáutica chegaram a estar paradas durante quase 6 anos neste mesmo local.

Registamos também a proposta de construção de duas pistas de pesca no território da CIM que são de pequena dimensão e que resultaram directamente do interesse camarário na revitalização de

troços de rio e na criação de concessões de pesca. No entanto, segundo opinião obtida junto da ARNPD, estas infra-estruturas, tal como estão previstas, não podem ser consideradas como verdadeiras pistas, pois não têm dimensão para provas internacionais ou nacionais, podendo apenas ser boas opções para treino das colectividades locais ou para a realização de pequenos concursos de pesca amadores:

- Uma prevista para o Rio Ovelha, resultado de parceria entre o Clube de Amadores de Pesca do Marco e a Câmara Municipal do Marco de Canaveses. Esta proposta está suspensa, aguardando despacho para constituição de zona de pesca lúdica no troço do rio Ovelha, bem como os respectivos pareceres técnicos específicos para pistas de pesca. A pista em questão vai obrigar a ajustamentos nas margens e possivelmente nas condições hídricas (açudes) do Rio Ovelha para permitir que a densidade de peixe (ciprinídeos) seja a suficiente para satisfazer as necessidades dos pescadores. Como tal, os pareceres do ICNF e da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) serão fundamentais para levar este empreendimento a bom termo. A realização das infra-estruturas deverá estar a cargo da Câmara Municipal do Marco de Canaveses, ficando a sua gestão a cargo do Clube de Amadores de Pesca do Marco.

- Uma outra prevista para o Rio Sousa na zona de Caíde (município de Lousada), entre a ponte de Vilela e a ponte de Barrimau. Esta pista de pesca está enquadrada num investimento de meio milhão de euros para a requalificação de um troço do Rio Sousa e aguarda parecer da parte APA. A intervenção tem como principais objetivos:
 - A renaturalização do corredor ripícola
 - A regularização e protecção das margens do Sousa
 - O restabelecimento dos percursos existentes e a formação de um corredor ecológico
 - A reabilitação do património edificado – moinhos, ponte de poldras e muros.
 - Criação de 25 pesqueiros (pista de pesca)
 - Criação de parques de estacionamento na proximidade da área

Como apontamento final, de referir que em Novelas (Penafiel) foram realizadas algumas obras de requalificação das margens que se traduziram na instalação de algumas plataformas de madeira para permitir a pesca no rio Sousa. Tratou-se apenas de um pequeno investimento para satisfazer necessidades locais de realização de treinos para alguns clubes e associações, não se podendo falar verdadeiramente da existência, neste caso, de uma pista de pesca.

4.5 Infra-estruturas de apoio

4.5.1 Posto aquícola do Torno

Trata-se de um posto florestal instalado na margem do Rio Torno (também chamado de Ribeira do Ramalhoso) e que inicialmente foi destinado à produção de plantas e árvores para servir a

reflorestação do Marão, sendo mais tarde reconvertido para a produção de trutas. A construção inicial data da década de 1910, tendo as obras de adaptação ao funcionamento como viveiro de trutas sido realizadas no início da década de 1940, com o viveiro a arrancar com a produção de peixe em 1945. Esta alteração deveu-se sobretudo à necessidade de terminar com a dependência de Portugal relativamente aos repovoamentos de trutas realizados com ovos embrionados da Europa, numa altura em que a produção europeia estava fortemente condicionada pelo esforço de guerra. Uma visão confirmada por (Corte-Real, 2010); “... posto aquícola do Torno, junto ao rio Marão, e teve como objetivo a produção de alevins para repovoamentos dos rios, tendo em conta a dificuldade de obter ovos embrionados na Europa, por causa do conflito mundial que foi a II Grande Guerra. Esta unidade produtiva é gerida pelo ICNF”

Neste momento, o posto tem uma área de 12000 m², encontrando-se localizado num terreno com um acentuado declive em que o rio do Torno realiza uma ligeira curvatura. O posto está construído em socacos e ocupa aproximadamente toda a área útil de construção disponível naquele local. Em termos de condições, o posto dispõe de (figura 3):

- 7 Tanques de reprodução – onde se encontram os exemplares adultos e onde é realizada a reprodução.
- Sala de incubação – área coberta onde os ovos são selecionados e colocados na fase inicial de desenvolvimento.
- 4 Tanques de alevinagem – um coberto e três descobertos.
- 4 Tanques de engorda – para reprodutores.
- Infraestruturas de apoio - locais de armazenagem, escritório, etc.



Figura 3 – Planta do Posto Aquícola do Torno.
(Fonte: imagem recolhida pelo autor no local)

Segundo informações recolhidas, este posto deve ter uma Facturação anual média de aproximadamente 30.000,00 euros. Apesar de ser gerido em conjunto com Castrelos, quase toda a faturação dos dois postos é devida ao Torno, porque Castrelos está mais vocacionado para a educação ambiental e investigação em parceria com o Instituto Politécnico de Bragança, enquanto que no Torno o principal objetivo é a produção.

25

Neste momento, o posto emprega 4 pessoas a full-time e 4 pessoas a part-time. Os empregados a full-time têm um nível de escolaridade obrigatório (entre o 6º e o 9º ano) e apenas possuem a formação obtida no local de trabalho, sobretudo via experiência do dia-a-dia. Os empregados a part-time prestam sobretudo apoio ao nível de pesca elétrica, sinalização, etc.

O posto aquícola tem uma capacidade máxima de produção de 2 milhões de ovos e 5 toneladas de peixe por ano. Produz duas espécies que são a truta fário e arco-íris, não produzindo qualquer outra espécie piscícola. Inicialmente, até 1970, só produzia truta fario, mas a partir desse ano, passou também a produzir truta arco-íris. A truta arco-íris destina-se quase exclusivamente à venda para a indústria, abastecendo truticulturas e parques de pesca desportiva (pesca e paga), enquanto a truta fario destina-se sobretudo aos repovoamentos.

Em termos dos principais clientes deste posto e considerando a percentagem de transportes realizados para responder a solicitações, a distribuição é a seguinte:

- 70% - Indústria
- 25% - Repovoamentos
- 5% - Concursos

Os clientes pagam por peixe, transporte e oxigénio. Só os repovoamentos em águas livres é que são realizados de forma totalmente gratuita. Se forem repovoamentos para zonas de pesca lúdica, terá que haver lugar a pagamento.

Assim, verifica-se que o posto tem sobretudo a sua capacidade de resposta direcionada para as solicitações com contrapartida monetária, apresentando por isso um défice na satisfação de solicitações para repovoamentos em águas livres. As razões apontadas para este facto têm a ver com o excesso de pedidos e com o facto de muitos desses pedidos serem inflacionados. Segundo informação recolhida no posto, as principais razões para esta última situação, derivam da falta de capacidade técnica para avaliar as reais necessidades dos cursos de água por parte das entidades que solicitam os repovoamentos e do pré-conhecimento sobre as reduções de quantidades impostas pelo ICNF relativamente aos pedidos iniciais. Como os pedidos tendem a sobrestimar as reais necessidades de forma consistente, a forma escolhida pelos responsáveis do posto para gerir os repovoamentos em águas livres é através da aplicação de um método específico de rateio.

Quanto às linhas genéticas de truta fario (comum) disponíveis no posto, neste momento há apenas segregação de três bacias independentes: Olo, Beça e Paiva (Paivô). No entanto, isto corresponde apenas a um reduzido núcleo populacional, sendo a grande maioria dos reprodutores híbridos de património genético proveniente das zonas do Minho e Douro em termos genéricos. Foi-nos também dito que poderá ter havido alguma importação de exemplares do centro da Europa no início do funcionamento do posto, não se sabendo atualmente se essas linhagens ainda estão presentes junto dos reprodutores do posto e de que forma. Aliás, a presença de linhagens estrangeiras em repovoamentos de trutas realizados em território nacional é uma situação que se manteve durante várias décadas, deixando de ter lugar desde o final da década de 1970. De acordo com Lourenço (2004), foi utilizado material genético do Norte da Europa, Dinamarca e Islândia nos repovoamentos nacionais realizados no período entre 1898 e 1976.

Quanto ao tipo de alimentação fornecido no posto, ela é totalmente artificial, não havendo qualquer procedimento ou infraestrutura para introduzir alimentação natural ou proceder a desmame, antes de introduzir os exemplares de maiores dimensões em cursos ou massas de água que sejam objeto de repovoamento. Assim, a maioria dos repovoamentos tende a ser realizada com ovos ou alevins para evitar a elevada mortalidade causada por situações de falta de adaptação.

A qualidade das águas que abastecem o posto é controlada de forma bianual e está em níveis considerados bons. Existiram duas incidências no passado, mas todas elas já estão completamente sanadas. Uma teve a ver com a fonte de captação de água, pois inicialmente existiam concentrações elevadas de arsénio (granito, minas de volfrâmio) e outra foi causada pelo grande incêndio do Marão em 1985, que levou a uma forte acumulação de cinzas no curso de água, levando a morte de todos os peixes durante um período de dois anos.

Existe também alguma mortalidade e redução da qualidade do peixe, devido à ação das lontras e garças, mas não parece ser um facto problemático.

Efetivamente, o posto aquícola do Torno parece ser a principal fonte para repovoamento das águas da CIM, já que todas as iniciativas de repovoamento que nos foram reportadas (rio Ovil, rio Teixeira, rio Ovelha e rio Freixieiro) foram realizadas com exemplares provenientes deste posto aquícola. Quer os municípios (Celorico de Basto, Baião, etc.), quer as associações de pesca (Clube de Caça e Pesca da Aboadela) recorreram aos serviços deste posto em vários momentos temporais e de forma sustentada. De uma forma mais detalhada, as entidades responsáveis pelo posto confirmam que os principais rios a serem objetos de repovoamento frequente na CIM são: Olo, Ovil, Cavalum, Odres, Cabrum, Ovelha e Marão.

Ao nível do aproveitamento do posto para atividades educativas e pedagógicas, verifica-se que há uma falta de meios e de estratégia nesse sentido. A grande deterioração dos edifícios, a inexistência de elementos interpretativos, a falta de meios de multimédia, a reduzida habilitações dos funcionários e a inexistência de infraestruturas de apoio são os principais problemas a afetar este posto. Mesmo assim, o posto tem algumas visitas organizadas de escolas, recebe frequentemente investigadores da UTAD e do Instituto Abel Salazar e, curiosamente, tem uma afluência de turistas ocasionais de aproximadamente 7000 pessoas por ano, que apenas passam e vêm. Os poucos placares interpretativos disponíveis (encontramos 3, sendo um deles a planta do posto) são insuficientes e apenas fazem uma abordagem muito genérica do trabalho realizado e das espécies produzidas.

Principais constrangimentos detetados ao nível do funcionamento do posto aquícola do Torno:

- Baixo nível de habilitação, formação e idade avançada dos empregados.
- Capacidade de produção insuficiente para responder à procura, especialmente a nível de repovoamentos (níveis inferiores relativamente à procura).
- Falta de uma estratégia sustentada de médio e longo prazo para o repovoamento de águas livres.
- A grande relevância das trutas arco-íris (em risco de ser consideradas brevemente como espécies exóticas a eliminar), destinadas sobretudo à indústria, e ocupando cerca de metade da capacidade instalada.
- Falta de investimento na reabilitação de alguns edifícios que apresentam condições bastante deficitárias.
- Falta de terreno disponível para alargamento.
- Falta de aproveitamento do potencial turístico do local.
- Falta de aproveitamento da vertente educacional e pedagógica.
- Falta de disseminação estruturada de informação sobre a importância da atividade realizada e sobretudo sobre o ciclo de vida da truta.
- Falta de estratégia para a proteção do património genético da truta nacional (regional), existindo apenas a preocupação em selecionar três bacias. As restantes continuam a ser abastecidas com repovoamentos baseados em linhagens híbridas.
- Focalização apenas na reprodução da truta, deixando de lado outras espécies de base para a alimentação das trutas em zonas de montanha como bogas e escalos, que neste momento, estão em retrocesso populacional.

- Falta de capacidade para promover a aclimatização a habitats naturais e o desmame de exemplares de maiores dimensões

4.5.2 Escadas de peixe

Neste momento, existem algumas escadas de peixe montadas em barragens e mini-hídricas da CIM, especialmente nas mais recentes e de maior tamanho, existindo vários casos onde estas estruturas estão completamente ausentes como na Barragem do Torrão e na mini-hídrica do Ovelha. Incompreensivelmente, mesmo no caso onde existem escadas de peixe, o que se verifica é que a esmagadora maioria, se não mesmo todas, não funcionam de forma correta, sendo obstáculos bastante relevantes para a migração de várias espécies, quer sejam de água doce ou de água salgada. Na maioria das situações, o principal problema tem a ver com a inadequação da sua conceção e design, no entanto, existem situações onde a falta de manutenção e monitorização são também aspetos relevantes.

Em termos do território da CIM, verifica-se que as principais consequências desta falta de cuidado com as escadas de peixe se faz sentir sobretudo sobre as espécies migratórias de água salgada. A este nível, os casos mais paradigmáticos parecem ser as escadas das barragens do Douro, nomeadamente Crestuma-Lever, que impedem a subida destas espécies reduzindo de forma severa a sua presença no território da CIM. Já no caso do Sousa, a situação é diferente, pois o açude da antiga Estação de Captação de Água da Foz do Sousa (ADER-SOUSA, 2008) não tem qualquer escada de peixe e é considerado como um obstáculo intransponível para a subida de espécies com maiores dificuldades natatórias, como, por exemplo, a lampreia. Só mesmo a enguia é que tem conseguido resistir a esta situação e vai registando alguma presença a montante destes obstáculos. Assim, a maioria dos exemplares de enguias que ainda sobem os rios na área da CIM encontram-se sobretudo no Douro e nos seus principais tributários. Quanto a espécies simbólicas e de grande valor gastronómico como o sável, savelha e lampreia, o diagnóstico atual aponta para a inexistência de quaisquer exemplares destas espécies no território da CIM, representando este facto uma perda considerável que, de forma estranha, parece ter sido pacificamente aceites pelas entidades locais, que agora mantêm roteiros gastronómicos da lampreia sem terem matéria-prima local.

A nível de mini-hídricas, o panorama não é muito melhor, já que são muitos residuais os casos de existência de escadas de peixe. Aqui a principal espécie afetada acaba por ser a truta que deixa de ter acesso a determinados locais de desova com maior potencial, sendo este aspeto um dos responsáveis pelo seu declínio em troços específicos. Os ciprinídeos também são afetados por esta situação, no entanto, o seu efeito prático é menor, pois normalmente estas espécies apresentam maiores densidades e não necessitam de locais de desova bastante específicos, como por exemplo as trutas.

4.5.3 Percursos pedestres

Trata-se de uma área em franca expansão a nível nacional e que procura aproveitar as paisagens naturais para dinamizar o turismo. Muitas das paisagens mais belas estão localizadas nas margens dos rios e as principais requalificações e construções têm acontecido nestas áreas. Um dos exemplos bastante relevantes a este nível tem a ver com o Vale do Bestança que alberga alguns dos percursos mais interessantes do município de Cinfães. Existem também planos para investir neste tipo de infraestruturas noutras áreas e detetamos vontade a esse nível no rio Ovil em Baião ou nas quedas de água do rio Bugio em Jogueiros (Felgueiras), entre outros.

Apesar de não ser o seu objetivo principal, a abertura de determinados percursos ou ecovias no território têm facilitado o acesso dos pescadores aos cursos e massas de água. A CIM não é alheia a este processo e existem várias iniciativas já trabalhadas ou ainda a serem trabalhadas. Um dos exemplos que encontramos é a melhoria e requalificação das margens do Tâmega à passagem por Amarante. Existem também planos para a construção de uma ecovia no rio Ovil, entre outros.

5 Identificação e avaliação dos principais desafios ao nível da gestão dos recursos piscícolas nas seguintes vertentes

29

5.1 Alterações dos cursos de água

Os principais cursos de água com alterações ao nível do seu caudal causadas por barragens são, por ordem de importância, o Douro e o Tâmega. O Douro já convive com esta situação há várias décadas, e as principais condicionantes ao nível do território em causa são as barragens do Carrapateiro e de Crestuma Leve. Por sua vez, o Tâmega apresenta uma situação mais dinâmica. Efectivamente, e até ao momento actual, a única barragem a afectar o caudal do Tâmega é a do Torrão, mas brevemente deverão surgir alterações a este cenário na sequência da aplicação do Sistema Eletroprodutor do Tâmega. O Governo reavaliou o Plano Nacional de Barragens e deu aprovação à construção de um sistema de três novas barragens de produção de energia no Tâmega, com base no seguinte cronograma de construção: Daivões, Gouvães (Rio Louredo – bacia hidrográfica do Tâmega) e Alto Tâmega. A Barragem de Fridão foi colocada em lista de espera durante três anos e pode também ser alvo de construção num futuro próximo.

As barragens em construção neste momento vão criar massas de água que não ocupam qualquer território da CIM, no entanto vão condicionar fortemente o caudal do Rio Tâmega nos territórios a jusante, influenciando de forma crítica a cidade de Amarante que é dividida por este rio. O que é expectável é que estas novas barreiras artificiais reduzam significativamente os caudais disponíveis durante o Verão, mesmo que se respeite as exigências de caudal mínimo impostas por lei, e que aumentem significativamente o caudal durante as descargas de Inverno. Ou seja, o rio vai deixar de ter caudais médios normais para passar a ter caudais médios com picos mais extremos. Isto certamente vai afectar a distribuição piscícola dos troços do Tâmega dentro da CIM, bem como

pode implicar alterações consideráveis na configuração das margens, na composição do leito e no nível de assoreamento do rio. Neste contexto, antecipa-se a possibilidade de existirem níveis mais elevados de eutrofização nos troços dentro da CIM motivados por uma forte redução dos caudais durante o Verão, mesmo que se assegure o caudal mínimo ecológico. Adicionalmente, também se antecipa que as barragens a montante sejam um terreno fértil para a introdução de espécies exóticas por parte de pescadores menos conscientes, podendo depois essas espécies serem transportadas para jusante durante a abertura de comportas, permitindo a invasão dos troços localizados dentro da CIM.

Quanto à Barragem de Fridão, e caso a mesma avance, os impactos serão muito mais significativos para a CIM. De acordo com estudo de impacto ambiental realizado pela EDP em 2009 (EDP, 2009), a barragem vai estar implantada perto do limite superior do concelho de Amarante, estando o escalão principal previsto para 4,7 km a montante da foz do rio Olo, enquanto que o escalão secundário, mais a jusante, se deve localizar a 0,5 km a montante da foz do Olo. Esta situação levará a que uma área de cerca de 900 a 1000 hectares passe a estar submersa, pertencendo a grande maioria aos concelhos de Amarante e Celorico de Basto. De acordo com este estudo, espera-se que as seguintes freguesias (designação pré-reforma autárquica) sejam afetadas:

- Concelho de Amarante:
 - Chapa
 - Fridão
 - Gatão
 - Rebordelo
- Concelho de Celorico de Basto:
 - Arnóia
 - Britelo
 - Canedo de Basto
 - Codeçoso
 - Veade

Neste caso concreto, o impacto vai-se fazer sentir de forma ainda mais direta sobre os recursos piscícolas da CIM, pois a criação de duas novas massas de água, vai eliminar uma série de habitats fluviais baseados em cursos e linhas de água, e levar à introdução directa e maior disseminação de espécies invasoras. A criação destes espelhos de água permitirá também atrair um maior número de predadores naturais para esta zona, nomeadamente os corvos marinhos que se têm vindo a assumir como uma praga considerável para as populações piscícolas, nomeadamente as espécies indígenas.

Ao nível dos cursos de água de caudal médio a reduzido, as principais alterações ocorrem ao nível das mini-hídricas. São construções com vista ao aproveitamento hidroeléctrico, afectando normalmente a configuração de um curso de água em algumas dezenas ou centenas de metros, quer para montante com a criação de um espelho de água, quer para jusante com a diminuição do caudal disponível. Muitas delas não dispõem de escada de peixe e portanto são um obstáculo importante à migração anual dos peixes para a desova, nomeadamente as trutas. Nalguns casos,

também podem existir episódios pontuais de eutrofização gerados pela não manutenção de caudais mínimos ecológicos, nomeadamente em anos de forte seca. As infra-estruturas detetadas a este nível no território da CIM, são:

- Mini-hídrica do Olo – localizada no rio Olo e construída em 1917 para assegurar a iluminação pública da cidade de Amarante. Entretanto, encontra-se desactivada (Corte-Real, 2010), mas existem perspectivas de uma possível reabilitação no futuro, de acordo com informação obtida junto da Câmara Municipal de Amarante.
- Barragem do Seixo Real – localizada no Rio Sardoura em Castelo de Paiva, tendo sido inicialmente projectada para servir de reservatório de água para abastecer o município de Castelo de Paiva, mas o investimento nunca foi completado.
- Mini-hídrica da Pontinha no Ovelha – localizada no Rio Ovelha junto à sua entrada na albufeira da Barragem do Torrão. Segundo informação recolhida, pensa-se que serviria para abastecer de energia a fábrica de papel localizada nas proximidades, mas entretanto está abandonada e o muro apresenta risco de queda, se não for intervencionado.
- Mini-hídrica de Agilde – localizada na Ribeira de Santa Natália (Celorico de Basto) e construída em 2012. Dispõe de um açude de 6,5 metros de altura.
- Mini-hídrica de Ancede – localizada no Rio Ovil (Baião).
- Mini-hídrica de Felgueiras – localizada no Rio Bugio e construída em 2012 (Felgueiras). Parceria entre Câmara Municipal de Felgueiras e um investidor privado.
- Mini-hídrica do Bustelo (proposta – hidroeléctrica dos Pisões) – Localizada no Rio Fornelo (afluente do Ovelha) – Aprovada pelo município de Amarante, mas o promotor ainda não realizou o investimento. Possivelmente, poderá não avançar, de acordo com informação obtida junto do município.
- Mini-hídrica de Mariares – localizada no Rio Cabrum (Resende)
- Mini-hídrica de Freigil – localizado no Rio Cabrum (Resende). Não possui escada de peixe (APA, 2016)

5.2 Requalificação das margens/leitos

A este nível, o que se verifica é que vários municípios e associações vão realizando acções pontuais. Muito destas acções incidem quase exclusivamente sobre a limpeza das margens, procurando torná-las mais acessíveis ao público em geral. Não foram encontrados nenhuns exemplos recentes de intervenção ao nível da alteração significativa de leitos ou de construção/reconstrução de açudes. Em termos dos locais alvo de intervenção, privilegiam-se as praias fluviais, os parques de

piqueniques ou os percursos pedestres, não sendo a pesca desportiva ou a gestão dos recursos piscícolas o principal alvo da grande maioria das intervenções. Algumas das poucas intervenções vocacionadas para a pesca têm a ver com a limpeza de margens e redução de algum assoreamento realizado na pista de pesca do Formão, a limpeza das margens na barragem do Seixo Real realizada com o apoio dos meios do município de Castelo de Paiva e a intervenção registada no Sousa em Novelas, que permitiu a introdução de algumas plataformas para a realização da pesca desportiva.

Existem algumas propostas de intervenção para o Sousa e o Ovelha, caso avancem as propostas de pista de pesca realizadas pelos municípios de Lousada e Marco de Canaveses, respectivamente. Estas intervenções irão envolver, não só a limpeza das margens, mas também a sua regularização e protecção, podendo no limite existir a necessidade de restaurar ou aumentar açudes para permitir albergar maiores densidades de peixe.

Nalguns casos, existem alguns muros de açudes e de mini-hídricas desactivadas na CIM que apresentam risco elevado de ruir. A este nível, só registamos o interesse do município de Amarante em reabilitar a mini-hidráulica do Olo, mas não existe ainda nenhuma proposta concreta a este nível.

Um das principais necessidades ao nível da requalificação das margens, tem a ver com as actuais restrições em termos de acesso dos pescadores às margens de alguns troços de rio, sendo esta situação mais evidente em locais de maior densidade populacional. A existência de problemas com construção e exploração industrial realizadas muito perto dos cursos de água, devido à falta de planificação há vários anos atrás, conjuntamente com a inexistência de bom senso dos proprietários, leva à instalação de redes, muros e outras edificações mesmo sobre as margens. Os principais problemas reportados a este nível ocorrem no município de Lousada e referem-se a explorações pecuárias e industriais que afectam 100 a 150 metros nas duas margens do Sousa e 50 a 70 metros, também nas duas margens do Mesio. Mesmo com reclamações da população e tentativa de acção do município para resolver estes casos, o problema mantém-se e está a correr a nível judicial.

5.3 Poluição

À semelhança do que se passa no resto do País, a poluição é um dos principais flagelos que afecta os recursos piscícolas na zona da CIM. Atendendo ao facto de alguns concelhos terem densidades populacionais elevadas e de albergarem uma intensa actividade industrial, registam-se incidências não negligenciáveis que têm reflexo claro sobre a qualidade da água de algumas bacias hidrográficas, sendo o Sousa e o Tâmega as mais afectadas. Por falta de dados objectivos e também por algum desconhecimento e incapacidade das entidades competentes para monitorizar a totalidade destas incidências ao nível da CIM, não conseguimos ter uma visão objectiva precisa sobre a dimensão deste problema. De qualquer forma, conseguimos obter as seguintes informações qualitativas que nos dão um leque bastante largo dos principais problemas que estão a afectar a CIM:

- Existem várias reclamações relativamente ao funcionamento de algumas **ETAR's**, especialmente as mais antigas, incidindo sobre as alterações da cor da água dos cursos de água e os maus cheiros (ex.: ETAR do Rio Ovil – Baião ou Santa Marinha do Zêzere). A este nível, parece-nos que a falta de dimensão de algumas ETAR's é um problema relativamente grave em determinadas zonas levando a despejos directos no rio, especialmente em alturas de picos de entrada de resíduos. Nalguns locais essa situação mantém-se (vários casos apontados no município do Marco de Canaveses), enquanto que noutros (Penafiel, Felgueiras, Lousada) têm-se tomado medidas para eliminar ETAR's antigas e construir novas infraestruturas com capacidade para responder às solicitações (Super-ETAR de Paços de Sousa). Neste âmbito, e relativamente ao funcionamento deficiente de ETAR's, há a reportar como relevante um incidente mais grave que aconteceu com derrame de NAFTA na ETAR do rio Odres na povoação de Livração em 2009.
- Em várias zonas da CIM, nomeadamente no Marão e Aboboreira, existiram **explorações de minério**, sobretudo volfrâmio, que entretanto foram seladas. Muitas delas afectam uma grande parte dos cursos de água com nascente nestes dois locais, nomeadamente o Teixeira. Não sabemos qual o grau de produtos químicos ainda armazenados nessas minas, nem qual a percentagem que é arrastada pelas chuvadas ocasionais, mas é possível que surjam episódios esporádicos de poluição significativa de águas, quer à superfície, quer subterrâneas. Aliás, em 2005, surgiu uma notícia sobre a presença alarmente de arsénio em água captada em furos artesianos, possivelmente devido a passada actividade mineira na região de Baião, nomeadamente nos lugares de Anquião e Amarelhe que se localizam nos vales do Teixeira e Ovil, respectivamente. Este problema também foi sentido no posto aquícola do Torno (Amarante) e obrigou à necessidade de captação de águas mais a montante. Apesar de não haver uma explicação clara para estes factos, as concentrações de arsénio podem ser devidas simplesmente à forte presença de granito na zona, mas em parte as explorações mineiras também podem ser um factor importante.
- Em zonas específicas com **águas paradas**, nomeadamente nas albufeiras de barragens e mini-hídricas, bem como em poços imediatamente a jusante, tendem a surgir anualmente problemas de eutrofização da água, especialmente durante a época do Verão. Normalmente, isto tende a ocorrer em zonas onde existe uma elevada concentração de nutrientes, muitos deles derivados de poluição, que fomentam o crescimento excessivo de determinados tipos de algas. Esta situação leva a uma enorme pressão sobre o consumo de oxigénio, levando muitas vezes à forte mortandade de outros organismos aquáticos, incluindo os peixes. Este problema é potenciado pela não manutenção de caudais mínimos ecológicos durante o Verão e afecta sobretudo as bacias do Tâmega e Douro, dentro da CIM, que são os cursos de água mais sujeitos ao efeito das barragens. Existem vários relatos e notícias de situações de eutrofização na Barragem do Torrão, mas também na zona do Douro. Este fenómeno é preocupante, tem afectado sobretudo o município do Marco de Canaveses e poderá vir a ser ainda mais potenciado pela construção de novas barragens no Tâmega. Felizmente, a mortandade de peixe causada por este tipo de fenómeno não parece ser significativa na zona abrangida pela CIM, pois não nos foi dada nenhuma evidência concreta a este nível.

- Ao nível da **exploração pecuária** existem também algumas incidências dignas de registo:
 - Foi-nos relatada a existência, há alguns anos, de pocilgas em alguns municípios, nomeadamente Baião (rio Ovil) e Amarante (rio Ovelha). Entretanto, de acordo com informação obtida junto dos respectivos municípios, essas explorações foram fechadas e os seus efeitos deixaram de se sentir.
 - Existem relatos de poluição causados por várias vacarias tendo sido identificados como principais zonas problemáticas, os municípios de Penafiel, Marco de Canaveses e Lousada. No município de Penafiel, existe uma vacaria a despejar directamente para o Tâmega (Boelhe) e no Marco existia uma que tinha a prática habitual de atirar as carcassas de vacas mortas directamente para o Rio Ovelha. O caso mais gritante parece ser a situação que se vive no município de Lousada onde existem duas vacarias intensivas em zona de forte densidade populacional a realizar descargas directas, sem qualquer tratamento, para o Sousa. Para além disso, o proprietário destas vacarias não permite qualquer acesso às duas margens do rio numa extensão de 100 a 150 metros, no local onde as mesmas estão instaladas. As queixas da população são inúmeras, sobretudo devido ao mau cheiro, e as intervenções realizadas pelo município têm sido completamente infrutíferas, estando o caso a decorrer nos tribunais, e não existindo data para o problema se resolver.
- No que se refere à **poluição industrial**, ela é mais relevante em zonas com forte presença de indústria, como por exemplo, Lousada ou Felgueiras. No caso de Lousada, existe uma empresa de tratamento de madeira localizada na margem do rio Mesio que utiliza abusivamente a água do rio para lavar e preparar as madeiras. Esta empresa está localizada num terreno que não permite qualquer acesso às duas margens do rio numa extensão de 50 a 70 metros. Não existem reclamações por parte da população, nem se tem um noção clara sobre o nível de poluição causado por esta indústria. Quanto a Felgueiras, há a reportar um nível razoável de poluição industrial que vem de Fafe através dos cursos de água, bem como algumas incidências específicas dentro do município que estão associadas a determinados tipos de empresas. No entanto, a impressão genérica é de que a situação tem vindo a mudar para melhor, devido ao facto de muitas empresas fortemente poluidoras, nomeadamente do sector têxtil em Fafe e Felgueiras, terem vindo a desaparecer.
- O nível de **saneamento** ainda é reduzido em zonas de menor densidade populacional da CIM. Nos municípios de Celorico de Basto, Marco de Canaveses, Amarante e Baião foram identificadas várias populações como não sendo áreas servidas pelo sistema de saneamento, significando isto que as fossas sépticas ou outros meios sejam ainda as soluções mais usadas, levando à poluição dos cursos e massas de água. Segundo informação obtidas junto das entidades municipais, 70% do concelho de Celorico de Basto não tem saneamento, as povoações localizadas no troço do Ovil a montante de Baião não têm saneamento e as povoações da zona do Marão, nomeadamente Ansiães e Aboadela, também não têm saneamento. O mesmo se passa nas zonas mais remotas da Serra de

Montemuro e também nas zonas com menor densidade, mesmo em municípios mais urbanizados, como por exemplo Felgueiras ou Lousada.

- Num inquérito realizado, todas as associações de pescadores apontaram problemas com a poluição, mas todas elas apenas identificaram a presença de **lixo** comum, sem irem mais além no diagnóstico. Efectivamente, alguns rios apresentam níveis elevados de concentração de lixo doméstico, nomeadamente sacos de plástico e outros produtos de difícil decomposição (televisores, garrafas, latas, etc.), demonstrando que as populações ribeirinhas ainda dão pouco valor aos cursos e massas de água da CIM. Este parece ser claramente um problema de mentalidades pouco educadas a nível ambiental que é necessário alterar.
- Um dos focos importantes da poluição tem a ver com a utilização de **pesticidas e herbicidas**. Se a grande maioria aparece associado à actividade agrícola, há também uma parte destes produtos que são usados na limpeza de matos, beiras de estradas e zonas ajardinadas. Com a redução da superfície agrícola na CIM, é natural que a utilização deste tipo de produtos esteja em declínio nesses locais, no entanto é necessário monitorizar a sua utilização em zonas urbanas e próximo de estradas. Importa também verificar se os produtos que estão ser utilizados cumprem a legislação ambiental em vigor.
- A presença de grandes **pedreiras** é também uma condicionante importante da qualidade da água, devido sobretudo ao movimento de terras e às poeiras/químicos que são libertadas pelo tratamento e extracção da pedra. Foi identificada uma actividade significativa a este nível nos municípios de Penafiel (junto ao Tâmega) e Amarante (Pedreira da Varzea na Aboadela), mas não temos dados concretos sobre o nível de poluição efectivo gerado por esta actividade.
- A presença de **aterros sanitários** também é relevante em alguns municípios (ex. Penafiel, Felgueiras, etc.), mas não existem, até ao momento, relatos de episódios de poluição significativa devidos a este facto. De qualquer forma, foi possível constatar junto do município de Felgueiras que existem várias deficiências estruturais associadas ao funcionamento destes aterros (caso do aterro de Sendim) que se não forem devidamente acauteladas, podem converter estes locais num dos principais focos de poluição num futuro próximo.
- Muita da **poluição** que existe nos rios da CIM, nomeadamente o Douro, Tâmega, Paiva, Vizela, Bugio e Ferro, já é **importada** de outras CIM's ou mesmo de Espanha e não consegue ser resolvida apenas com acções unilaterais. No caso do Paiva, a reportar algumas incidências com aviários na zona de Castro Daire, enquanto que no caso do Vizela e respectivos afluentes (Bugio e Ferro), uma grande parte da poluição vem da indústria ou mesmo vacarias instaladas no município de Fafe.

- Apesar de não ser um problema genérico, a **qualidade da água** em determinados municípios com maior densidade populacional e industrial apresenta ainda deficiências significativas, especialmente em determinadas alturas pontuais, devido à presença de coliformes. Este foi um problema reportado em visita ao município de Felgueiras.
- Finalmente, um dos principais focos de poluição referidos são os **incêndios**. A lixiviação de cinzas e produtos químicos retardantes do fogo durante as primeiras chuvadas, logo após os incêndios, são uma fonte importante de contaminação dos cursos e massas de água, podendo levar à mortandade pontual e muitas vezes inobservável de peixes, já que são arrastados e dispersos por uma área considerável. Como exemplo da relevância deste problema, a referir a situação ocorrida no Posto Aquícola do Torno entre 1985 e 1987 em que o grande incêndio do Marão de 1985 matou todo o peixe durante dois anos devido, à forte acumulação de cinzas. Todos os anos são vários os municípios da CIM que sofrem com este flagelo, chegando a existir anos em que este problema é mais complicado, como por exemplo 2016. É natural que o impacto sobre os recursos piscícolas seja mais significativo do que aparenta.

5.4 Doenças/Predadores

A este nível, não encontramos nenhuma evidência concreta de que existam focos anormais de doenças a afectar os recursos piscícolas da CIM. Parece-nos plausível pensar que a taxa de incidência de fenómenos como parasitas, saprolegnia e outras situações é idêntica à média nacional, podendo eventualmente surgir alguma incidência mais complicada em rios onde sejam realizados repovoamentos de menor qualidade, mas não tivemos nenhuma evidência concreta a esse nível.

Quanto a predadores, o principal é claramente o ser humano através do esforço de pesca. A falta de ordenamento, a legislação obsoleta, a pesca desportiva permitida todos os dias sem qualquer fiscalização, os tamanhos mínimos reduzidos para determinadas espécies e a inexistência de limites à quantidade capturada são alguns dos aspectos por detrás de níveis bastante elevados de pressão de pesca. Isto tem-se traduzido em taxas de captura que colocam em causa a sustentabilidade das populações piscícolas que todos os anos sofrem perdas enormes ao nível dos seus reprodutores.

Ao nível dos predadores naturais, destacam-se sobretudo as lontras, garças e corvos-marinhos. Todas estas espécies são protegidas pela lei e o seu número tem vindo a aumentar de forma bastante considerável. No geral, a taxa de mortalidade imposta por lontras e garças não nos parece ser muito significativa, pois tratam-se de animais que não se alimentam exclusivamente de peixe. Já no caso dos corvos- marinhos, a situação é mais complicada, pois trata-se de uma ave que se alimenta exclusivamente de peixe e cujo crescimento populacional tem sido de tal ordem que nalguns casos, se tem tornado uma verdadeira praga para alguns troços de rios e para zonas de criação comercial de peixe.

5.5 Repovoamentos

Apesar da esmagadora maioria das águas do território da CIM estarem em regime livre, há um claro alheamento das entidades públicas centrais relativamente à gestão dos recursos piscícolas. As principais intervenções de repovoamento (só trutas) são normalmente solicitadas por entidades municipais ou associações que pontualmente reconhecem a falta de densidade de peixe em determinados cursos e massas de água, depois de alertadas pelos pescadores ou pela população em geral. Numa primeira análise dos dados da tabela abaixo, e tendo em conta as necessidades da CIM, os números de acções parecem-nos baixos. Não sabemos exactamente a quantidade de trutas repovoadas em cada acção, mas atendendo ao grande número de rios truteiros da região, parece que há claramente mais que se pode fazer. Posteriormente e olhando com mais atenção para a tabela abaixo, onde aparece a distribuição dos repovoamentos ano a ano verifica-se que em determinados anos, e especialmente no período entre 2008 e 2010, não existirão quaisquer intervenções, o que parece denotar a clara falta de uma estratégia continuada. A postura do ICNF, à excepção das iniciativas que realiza no Olo ou no âmbito de protocolos de médio e longo prazo, é essencialmente reactiva, limitando-se a responder às solicitações realizadas. Devido à falta de capacidade do posto do aquícola do Torno para responder a todas as solicitações em termos de quantidade e como estas acções são na sua grande maioria gratuitas, é normalmente aplicado um método de rateio na resposta às solicitações realizadas. Isto significa que há muitas solicitações que ficam por satisfazer.

Em termos de repovoamentos, os dados disponíveis fornecidos pelo ICNF são os seguintes (tabela 1):

37

	2006		2007		2011		2012		2014		2015		Total	
	Nº	NºL	Nº	NºL										
Amarante	2	2	2	2	1	3	1	1	2	4	1	1	9	13
Baião	2	2			2	2			2	2	1	1	7	7
Castelo de Paiva													-	-
Celorico de Basto	11	7			1	1	4	4	2	5	1	3	19	20
Cinfães	1	1	2	1									3	2
Felgueiras													-	-
Lousada													-	-
Marco de Canaveses	9	6							2	3	2	2	13	11
Paços de Ferreira									1	1			1	1
Penafiel	3	3									2	2	5	5

	2006		2007		2011		2012		2014		2015		Total	
	Nº	NºL	Nº	NºL	Nº	NºL	Nº	NºL	Nº	NºL	Nº	NºL	Nº	NºL
Resende			2	2					2	3	1	1	5	6
Total	28	21	6	5	4	6	5	5	11	18	8	10	62	65

Tabela 1: Ações de repovoamento piscícola na CIM Tâmega e Sousa – Número de ações de repovoamento (N.º) e linhas de água intervencionadas em regime livre (N.ºL)
(Fonte: ICNF, 2016)

No que diz respeito a largadas (tabela 2), o panorama é mais regular, mas com números bastante reduzidos em termos de iniciativas (não conseguimos saber quais as quantidades de peixe efetivas). Como neste caso, estamos essencialmente a falar de peixe pago para ser utilizado em concursos e convívios de pesca, normalmente dentro de zonas de pesca lúdica, não acreditamos que existam problemas na satisfação de necessidades. Aliás, porque os peixes utilizados para largadas obrigam a reserva prévia com muita antecedência para permitir uma engorda eficaz (atendendo às limitações da infraestrutura instalada) e têm que ter tamanho mínimo legal de 19 centímetros, levando a custos de produção superiores e também a preços superiores.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Amarante				1			2	4	3	2	12
Baião											
Castelo de Paiva	1										1
Celorico de Basto										1	1
Cinfães	1		2		1						4
Felgueiras											
Lousada											
Marco de Canaveses				1							1
Paços de Ferreira										1	1
Penafiel											
Resende		1		4		1					6
Total	2	1	2	6	1	1	2	4	3	4	26

Tabela 2: Largadas na CIM Tâmega e Sousa (todas realizadas em concessões de pesca)
(Fonte: ICNF, 2016)

5.6 Pesca ilegal (vigilância e fiscalização)

Este é outro dos flagelos nacionais que afecta os recursos piscícolas e que parece estar relativamente estabilizado ao nível da sua incidência. Uma grande parte desta actividade é realizada de forma amadora por indivíduos isolados, normalmente ribeirinhos, que utilizam o produto da sua actividade ilícita para consumo próprio ou para abastecer mercados clandestinos de peixe ou restaurantes. Não nos parece que hajam redes criminosas organizadas a funcionar neste sector e no território da CIM, devido à reduzida valorização económica destes recursos, já que a maioria das espécies existentes, à excepção da truta, são de valor económico quase residual.

A nível da CIM, este fenómeno não se encontra claramente diagnosticado. A única informação que temos da parte do ICNF refere a existência de apenas 54 processos de contraordenação a serem instruídos desde 2012 até hoje, no entanto, estes números apenas devem revelar a ponta do iceberg, já que a falta de fiscalização e detenção é uma situação crítica. De qualquer maneira, pensamos que a pesca com meios ilícitos (rede, bomba, cordas, trovisco, lixívia, etc.) é utilizada de forma frequente por todo o território da CIM, concentrando-se sobretudo nos cursos de água de dimensão média a grande: Ovelha, Olo, Tâmega, Paiva e Douro, com estes três últimos a serem o principal alvo dos furtivos, sobretudo para o famoso “Peixe do rio”. Como exemplo desta situação, e relativamente próximo da CIM, a referir o facto de termos tido relatos de redes ilegais colocadas em zonas tão escandalosas, como por exemplo no troço superior da pista de Cavez (concessão de pesca), em pleno Tâmega.

A predilecção pelos cursos de água de maior dimensão deriva da possibilidade de efectuar capturas em maior quantidade e logo capazes de maximizar o retorno para um mesmo nível de risco, enquanto que nos cursos de água de menor dimensão, as tentativas têm que ser mais frequentes, gerando maior visibilidade e risco. Nos cursos de água de menor dimensão, o alvo preferencial são as trutas, que são capturadas de forma selectiva através da utilização da técnica da corda. Efectivamente, e de acordo com testemunho obtido junto do município de Celorico de Basto, o principal alvo de actuação dos furtivos centra-se no rio Tâmega, no entanto, mesmo no centro da vila de Celorico e em plena zona de pesca lúdica do Rio Feixieiro, existem várias cordas que são colocadas e monitorizadas diariamente para a captura ilegal de trutas. Pensamos que esta estratégia também deve ser transversal a outros cursos de água salmonídeos da CIM.

De um ponto de vista genérico, são várias as razões que justificam este tipo de comportamento, mas a grande maioria parece estar alicerçada nos seguintes pilares:

- Falta de formação da população e dos pescadores
- Tradição familiar ou local de capturar peixe com métodos ilícitos
- Legislação desactualizada e com falhas
- Sanções de valor reduzido
- Falta de ordenamento dos cursos e massas de água
- Falta de fiscalização e vigilância
- Solicitação de restaurantes locais

À semelhança do que se passa no resto do país, também na CIM se observa um nível bastante reduzido de vigilância e fiscalização sobre a pesca. As concessões que estão a funcionar no território não possuem guardas contratados a full-time e muitas vezes não existe qualquer tipo de controlo sobre quem pesca e como pesca. Com preços de licenças especiais bastante reduzidos e sem possibilidade de aumento, as associações não conseguem ter orçamento suficiente para utilizar este tipo de recurso e portanto muitas vezes dependem exclusivamente da acção do SEPNA ou da boa vontade de alguns pescadores mais conscienciosos que presenciam situações anormais. Quanto ao SEPNA, a informação que recolhemos aponta para uma quase total indiferença relativamente ao que se passa na área da pesca, havendo apenas intervenções com base em denúncias. A falta de pessoal, de meios e a inexistência de incentivos específicos para trabalhar esta área (considerada residual no âmbito florestal e vista como um parente pobre da caça) leva a uma total falta de interesse por parte do SEPNA, potenciando este ainda mais o sentimento de impunidade de quem não respeita a lei.

6 Impacto económico

6.1 Aquacultura

Apesar de ter existido atividade a este nível no passado, sobretudo vocacionada para a produção de trutas, actualmente todos os investimentos realizados foram desactivados, por razões que desconhecemos, mas onde o factor económico poderá ter sido determinante. Estas explorações tratavam-se essencialmente de pequenos negócios familiares ou individuais geridos de forma artesanal a produzir em regime extensivo que visavam sobretudo abastecer clientes locais e que não tinham condições para competir com empresas de maior dimensão e a produzir em regime intensivo. Dentro da área da CIM, existiam as seguintes explorações a funcionar nos moldes acima referidos até há alguns anos atrás:

- Truticultura da Ponte da Lagariça – Resende
- Truticabril – Castelo de Paiva
- Truticultura do Bustelo – Amarante – Rio Carneiro

6.2 Competição desportiva

É claramente a vertente mais forte do associativismo neste sector. Das oito associações analisadas mais ao detalhe no âmbito deste estudo, só uma é que não se dedica à vertente de competição. Esta dinâmica já não é recente e parece ser o resultado de uma clara afirmação desta vertente ao longo do tempo, já que sete das associações contactadas foram fundadas antes do ano 2000, com a mais antiga a datar de 1966.

De um ponto de vista quantitativo, os seguintes dados caracterizam o nível de atuação das associações estudadas:

- Equipa de competição (7 associações):
 - Nº médio de atletas: 14,8
 - Nº médio de federados: 13
 - Participações internacionais: 2 associações
 - Número de provas nacionais: 9,1
 - Nº de provas internacionais: 3 (uma associação)
 - Troféus:
 - 1 associação com campeonato nacional
 - 1 associação com participação nos mundiais
 - 1 associação com participação na selecção
 - 1 associação só com participação no campeonato nacional sem troféu
 - 4 associações com campeonatos regionais
 - 1 associação campeã nacional Inatel

Em termos de eventos realizados nesta vertente, foram encontrados sobretudo exemplos de convívio/concursos promovidos a nível local e que procuram sobretudo estimular a camaradagem e o convívio em detrimento da pura competição. Alguns dos exemplos observados no território da CIM:

- Concurso de pesca anual realizado durante as festas do concelho de Resende
- Concursos (convívios de pesca) organizados na Barragem do Seixo Real pelo CIDEP (Castelo de Paiva)

A vertente competição tem uma significativa capacidade mobilizadora dentro do território da CIM, não só ao nível do número de pessoas que envolve, mas também ao nível dos meios que utiliza e entidades a que recorre para financiamento. Num caso concreto, existe mesmo um Presidente de Câmara Municipal que se dedica a esta atividade e que está à frente de um clube de pesca da região. Ao ser uma atividade com custos consideráveis (milhares de euros anuais), a pesca de competição sobrevive com o apoio de várias entidades, destacando-se o papel das entidades públicas, nomeadamente dos municípios. Com base na amostra analisada, estes foram as fontes de financiamento identificadas:

- 6 associações apoiadas por entidades públicas:
 - Município do Marco de Canaveses (2)
 - Junta de freguesia do Marco de Canaveses
 - Município de Castelo de Paiva (2)
 - Município de Felgueiras
 - Junta de freguesia de Fornos
- associações apoiadas por entidades privadas:
 - MCoutinho – Douro
 - Raba

6.3 Turismo

O valor turístico dos recursos piscícolas em águas interiores é um fenómeno muito pouco estudado a nível nacional. Apesar de existir um número substancial de pescadores que todos os anos tiram as licenças em águas interiores (cerca de 173 000 em 2015, de acordo com dados do ICNF), não há nenhuma avaliação objectiva e clara sobre o montante global que é gerado por esta actividade de forma directa ou indirecta para todo o território continental. Sabe-se que existem impactos significativos sobre restauração, hotelaria, comerciantes de material de pesca e postos de abastecimento de combustível, mas pouco ainda se conhece sobre os valores dispendidos.

Os valores de referência que encontramos na Estratégia Nacional para as Florestas (ICNF, 2015), parecem-nos bastante desatualizados ao reforçarem um valor obtido em inquéritos de 2006 e que apontam para um volume médio anual de despesas com pesca de cerca de 500 euros por pescador. No entanto, esta cifra é também, de certa forma, confirmada pelo estudo de Miranda (2012) que aponta para valores médios ainda menores, justificados pela distribuição territorial da amostra e pela não inclusão do material de pesca. Através de um conjunto de entrevistas realizadas a 100 pescadores que pescam na bacia do Douro transmontana e que são quase exclusivamente locais, este autor obteve a seguinte distribuição em termos de despesas anuais com pesca (só incluindo deslocação, alimentação e alojamento):

- Despesas até 250 euros anuais – 69%
- Despesas entre 250 e até 500 euros anuais – 28%
- Despesas acima dos 500 euros anuais – 3%

Com a inclusão do material de pesca, os valores anteriores aumentam e têm tendência para se aproximar mais da cifra oficial de 500 euros, até porque existem pescadores com investimentos relativamente elevados a este nível. Como nota final, a referir o facto de se ter encontrado neste estudo alguma rigidez significativa à variável preço, com aproximadamente 60% dos pescadores a afirmarem que não se importaria de pagar mais para continuar a frequentar os seus locais de pesca de favoritos.

De qualquer forma, e perante esta insignificância e disparidade de valores, surgem duas questões fundamentais que importa considerar:

- Há claramente um deficit de valorização dos recursos piscícolas e da sua exploração através da pesca desportiva a nível nacional. De acordo com valores da Plataforma para a Defesa da Pesca em Espanha, os pescadores do país vizinho gastam em média cerca de 1000 euros por ano (El Mundo, 2016). Claramente que há aqui um forte desfasamento e, ainda por cima, os pescadores nacionais são os primeiros a reconhecer esta situação, estando dispostos a pagar mais para praticar esta atividade.
- Há uma clara necessidade de se tentar aplicar uma metodologia científica e com maior abrangência em termos de amostra para se ter um valor mais claro e inequívoco a nível nacional.

Finalmente, e no que diz respeito à pesca desportiva de competição, foi-nos comunicado pela ARNPD um valor de despesas médias globais do pescador de aproximadamente 2500 euros por ano. Este valor, apesar de não ter validade científica, não deixa de ser uma informação válida para

termos uma primeira percepção da maior capacidade de criação de valor associada a este segmento bastante específico da pesca em águas interiores.

Quanto à despesa média realizada por pescadores estrangeiros, não conseguimos obter nenhuns dados sobre este nicho. Pensamos ainda ser um mercado residual, mas com enorme potencial, que não é devidamente trabalhado, muito por falta de condições de oferta específica. Sabemos que tem havido alguma dinâmica crescente na entrada de pescadores espanhóis para pescar nos nossos cursos e massas de água, sobretudo rios truteiros junto às zonas fronteiriças, mas não há qualquer levantamento dos números associados a esta realidade. Esta dinâmica tem vindo a ser fomentada pelo contacto entre pescadores desportivos de um lado e do outro da fronteira, e também pelo facto de existirem muitas águas livres em Portugal e as licenças nacionais terem um preço muito reduzido. Não encontramos qualquer evidência de trabalho específico de promoção deste sector da parte nacional que justifique esta tendência.

Do ponto de vista legal e de atracção turística, existem várias barreiras significativas a dificultar a internacionalização deste sector. Neste momento, qualquer pescador estrangeiro que queira pescar em Portugal, encontra uma legislação relativamente complexa, não tem informação clara em inglês para compreender as questões legais, nem tem pacotes específicos disponíveis para pesca em águas interiores. A oferta de guias de pesca em águas interiores em território nacional é ainda território por trilhar (não encontramos nenhum exemplo digno de registo) e carece de profissionalização.

A CIM não foge ao cenário nacional e também não tem nenhum valor objectivo sobre a relevância turística dos recursos piscícolas. Há uma noção clara de que a bacia do Tâmega dentro da CIM é um forte polo de atracção para os pescadores desportivos da zona norte, nomeadamente do Porto, mas não há nenhuma estatística clara sobre o número de pescadores que frequentam essas águas ou as despesas dos mesmos.

43

O território da CIM tem fortes valências para a pesca à truta do ponto de vista de qualidade da água e da existência de rios com fama nacional (Olo, Bestança, etc.), mas não existe qualquer análise específica sobre a capacidade criadora de valor deste património natural. Apesar de serem vários os pescadores que frequentam estas águas e que vêm do litoral, e sobretudo dos grandes centros urbanos do norte, não existe qualquer percepção sobre o montante de despesa que realizam dentro e fora do território.

De qualquer forma, existem alguns municípios que estão conscientes do valor acrescentado desta atividade em termos turísticos e que a têm apoiado pontualmente. Um dos exemplos de sucesso foi a Feira de Artigos de Pesca dinamizada pela Câmara Municipal de Penafiel em parceria com o Clube de Caça e Pesca de Penafiel. Este certame chegou à sua quarta edição no ano passado, tendo sido uma fonte importante de mobilização de público aficionado a este sector durante 4 anos. No ano de 2015, este evento realizou-se no início de Fevereiro, durou três dias e trouxe cerca de 4000 pessoas e 13 expositores nacionais e internacionais a Penafiel. Em 2016, este certame não se voltou a repetir, devido à alteração de Presidente no Clube de Caça e Pesca de Penafiel, mas existem perspectivas que a quinta edição se realize em 2017. Um outro exemplo tem a ver com a introdução dos concursos de pesca como uma das atividades relevantes para dinamizar as festas do concelho de Resende. Este concurso é organizado por uma associação de pesca local que também é apoiada

pelo município de forma genérica (subsídio associativo genérico), mas também de forma específica para este evento em concreto.

6.4 Gastronomia

Essencialmente, a maioria da nossa gastronomia está virada para a utilização do peixe de mar, e nalguns casos específicos para o aproveitamento das espécies migratórias, como o sável, a lampreia, a enguia, etc. A CIM teve ao longo das décadas uma forte aposta gastronómica neste tipo de espécies que ainda se mantém nalguns casos, mas que não é garantido por exemplares provenientes dos cursos e massas de água existentes no território. Este tipo de espécies, outrora abundantes no território da CIM, foram desaparecendo de forma gradual com a construção de barragens, estando quase definitivamente ausentes do Sousa, Douro e Paiva no território em causa, e portanto não permitem qualquer tipo de aproveitamento comercial. Assim, apesar de serem vários os restaurantes da CIM que têm no seu menú estes peixes durante determinadas épocas do ano ou que realizam semanas especiais dedicadas a estas espécies, todos eles abastecem-se em locais fora da território. Dentro das espécies com maior aproveitamento gastronómico, a lampreia lidera claramente, seguida a muito larga distância pelo sável.

No que diz respeito a espécies piscícolas fluviais, nomeadamente, truta, barbo, boga, escalo, achigã e lucioperca, elas têm valor culinário e são passíveis de aproveitamento gastronómico numa vertente comercial. São alguns os restaurantes da região que incluem este peixes no seu menú de forma regular, existindo uma fatia não negligenciável de consumidores que são fieis a este tipo de petisco. Este tipo de oferta é mais claro nas zonas marginais aos grandes rios, nomeadamente o Douro. Um dos exemplos de sucesso que encontramos a este nível foi o Restaurante “A Barraca” localizado em Porto de Rei no município de Resende e que conta com grande afluência de pessoas que o procuram pelo seu peixe do rio.

Conscientes da relevância deste chamariz turístico, tem-se notado algum investimento pontual e residual por parte de algumas autarquias e/ou juntas de freguesia no sentido de potenciar este recurso, associando-o a uma experiência mais alargada em termos culturais (ver secção abaixo dedicada à cultura).

6.5 Cultura

Tal como referido anteriormente, o aproveitamento cultural dos recursos piscícolas até ao momento cinge-se quase exclusivamente à base culinária e manifesta-se em alguns eventos esporádicos, residuais e de alcance relativamente reduzido. Foram identificados seis eventos no total que se enquadram nesta categoria. À exceção do Festival/Rota da Lampreia de Penafiel e da semana gastronómica de Castelo de Paiva, todos os restantes eventos identificados começaram muito recentemente (primeiras edições em 2015/2016) e ainda necessitam de tempo para se estruturarem devidamente e se afirmarem no roteiro cultural da região. Os eventos com maior

tradição dos municípios de Penafiel e Castelo de Paiva fogem ao âmbito desta análise, pois incidem sobre uma espécie piscícola migratória que actualmente é capturada e trazida de outras CIM's. Relativamente aos restantes, dois destes eventos conseguem ir mais além da simples vertente gastronómica e incluem também mostras de outros produtos, para além do peixe, bem como animação musical e num caso específico, existem mesmo actividades desportivas/lúdicas como aulas de zumba e quizomba. Das que incidem apenas sobre peixe do rio, só um destes eventos teve uma duração superior a um dia nas suas duas edições, tendo decorrido durante 3 dias em 2016. Todas as iniciativas que chegaram ao nosso conhecimento foram as seguintes:

- Mostra de peixe do rio – Estação de Aregos – Santa Cruz do Douro (Baião)
1ª edição realizada em 11 de Junho de 2016. O evento foi organizado pela junta de freguesia de Santa Cruz do Douro e S. Tomé de Covelas com o apoio do município de Baião. Tem vertente cultural mais alargada com tertúlia, animação cultural e prova de vinhos.
- Festival da lampreia de Entre-os-Rios (agora denominado de Rota da Lampreia a partir de 2016)
Realiza-se de forma anual desde 2008 em vários pontos do município de Penafiel onde existem restaurantes com tradição na preparação deste petisco (Eja, Rio Mau, Abragão e Termas de São Vicente). Em 2016, a rota da lampreia decorreu entre os dias 14 de Fevereiro e 20 de Março.
- Fim de semana gastronómico de Castelo de Paiva
Realiza-se forma anual em inícios de Fevereiro e a lampreia é um dos pratos em destaque.
- Festival do peixe do rio – São João da Fontoura (Resende)
1ª edição realizada em 6 de Dezembro de 2015 e a segunda realizou-se no dia 4 de Dezembro de 2016. Este é um evento organizado pela junta de freguesia de São João da Fontoura com o apoio do município de Resende. Trata-se de um evento que é realizado na proximidade do Restaurante “A Barraca”, aproveitando a sua fama e, portanto, dura apenas um dia e só apresenta vertente gastronómica.
- Festival do peixe do rio de Mirão (Resende)
Organizado pela Comissão de Festas de Mirão com o apoio da Câmara Municipal, tendo a primeira edição ocorrido em Setembro de 2016.
- Festival do peixe e do vinho – São Cristóvão de Nogueira (Cinfães)
1ª edição realizada em 30 e 31 de Maio de 2015 e a segunda realizou-se em 27, 28 e 29 de Maio de 2016. Os dois eventos foram organizados pela junta de freguesia de São Cristóvão de Nogueira com o apoio do município de Cinfães. Este evento tem vertente cultural mais alargada com tertúlia, animação cultural, prova de vinhos mostra de produtos regionais e aulas de zumba e quizomba.

Ao contrário daquilo que vai acontecendo noutros territórios, não foi detectado nenhum evento com abrangência alargada e que simultaneamente procure compatibilizar a vertente gastronómica com várias vertentes associadas à gestão e exploração dos recursos piscícolas como a vertente de pesca desportiva, pesca de competição, preservação do ambiente, cultura, etc. Alguns eventos deste tipo (Paredes de Coura, Canedo (Ribeira de Pena), Vila Nova de Paiva) têm vindo a surgir recentemente no norte de Portugal, tentando inicialmente capitalizar a relevância desportiva, gastronómica e económica da truta, mas posteriormente têm lentamente conseguido ir mais além procurando também dinamizar a parte ambiental e pedagógica. O mais antigo, já na quinta edição, e com maior notoriedade (Festival da truta do Paiva) decorre durante três dias e em 2016 teve as seguintes vertentes:

- Ações de repovoamento
- Concurso/convívio de pesca
- Pesca livre
- Limpeza de um troço do rio
- Animação musical
- Concurso de pintura
- Expositores de venda de produtos regionais e artesanato
- Showcooking
- Mostra gastronómica nos restaurantes da região

7 Caracterização institucional do setor

7.1 Principais intervenientes

7.1.1 Municípios

Todos os municípios foram alvo de uma atenção especial, sendo realizada uma reunião conjunta inicial a que se seguiram reuniões específicas com os departamentos ou pessoas de cada câmara que à partida teriam maior apetência e conhecimento sobre a área dos recursos piscícolas. Apesar de serem agentes privilegiados na gestão do território da CIM, o que se conseguiu apurar através de visitas realizadas a todos os municípios foi que a esmagadora maioria não tem qualquer conhecimento estruturado sobre os recursos piscícolas, nem demonstra nenhuma preocupação estratégica a este nível. Nalguns casos específicos, a situação é de tal forma gritante que as próprias entrevistas tiveram uma duração bastante curta, porque os interlocutores desconhecem completamente o que se passa no território a este nível. De qualquer forma, em termos médios, as pessoas entrevistadas, na sua grande maioria estão enquadradas dentro do pelouro florestal, demonstram um forte desconhecimento sobre as grandes problemáticas que afetam esta área, tendo muitas vezes a informação que ser recolhida junto de alguém que simultaneamente é funcionário do município e se dedica à pesca desportiva ou é membro de uma associação e clube

de pescadores. Isto demonstra claramente o grande alheamento que estes agentes têm tido relativamente a esta matéria e que não está muito longe da Perspectivas adotada pelas entidades centrais, nomeadamente pelo ICNF. Seguindo assim o protocolo atual em termos de entidades públicas, a principal preocupação dos municípios ao nível da gestão dos recursos é a floresta, com uma incidência quase obsessiva sobre os incêndios, aparecendo a caça num lugar muito residual, como serviço associado, e a pesca praticamente não existe.

Neste contexto, os municípios da CIM não dispõem de estratégias de médio e longo prazo para esta área, fazendo investimentos reduzidos e apresentando sobretudo ações pontuais para resolver problemas de curto prazo. Mesmo assim, e dentro desta inércia em termos genéricos, é possível encontrar uma grande diversidade de estratégias a serem aplicadas em simultâneo pelos diferentes municípios da CIM, não tendo sido encontrado em nenhum caso uma visão supramunicipal integrada para este sector. Assim, dentro da panóplia de estratégias referenciadas, encontramos, desde exemplos de municípios com forte capacidade de intervenção que gerem zonas de pesca lúdica, realizam repovoamentos, investem na requalificação de pistas de pesca ou promovem a dinamização de eventos, como Celorico de Basto, Marco de Canaveses, Amarante, Baião ou Resende, até municípios onde esta área não é alvo de qualquer cuidado especial.

A única linha de ação com algum relevo e transversal à grande maioria dos concelhos assenta na atribuição de subsídios genéricos (a grande maioria), subsídios específicos e no empréstimo dos veículos municipais para auxiliar em deslocações das associações de pesca com vertente de competição. No entanto, mesmo a este nível é possível encontrar uma grande diversidade de montantes e sistemas de apoio a serem aplicados, o que nem sempre é bem visto por algumas associações de pescadores e gera algum sentimento de discriminação numa perspetiva intermunicipal. Adicionalmente, a simples atribuição de subsídios genéricos municipais sem qualquer contrapartida parece-nos ser um incentivo económico desprovido de qualquer racionalidade e que convém eliminar.

7.1.2 ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas)

Este instituto público criado por decreto de lei de 2012 é responsável pela gestão nacional das florestas e águas interiores e respetivos produtos e serviços associados, dentro dos quais se inclui os recursos piscícolas e a pesca, como forma de exploração destes recursos. É um instituto que faz parte do Ministério da Agricultura, dispondo de património próprio e tendo autonomia administrativa e financeira. A sua formação resultou da fusão entre a Autoridade Florestal Nacional (AFN) e o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB).

Nos últimos anos, a ação desta instituição pública tem sido relativamente incipiente ao nível dos recursos piscícolas, denotando-se um forte alheamento relativamente a este tipo de questões. Esse tipo de abordagem é visível na falta de modernização legislativa, na incapacidade para dar resposta a solicitações regionais, na redução das densidades piscícolas indígenas, no aumento de espécies exóticas e na falta de ordenamento das massas e cursos de água. Muito desse alheamento é muitas vezes observado na própria gestão de zonas de pesca reservada que não são devidamente

fiscalizadas e geridas, e que se mantêm com densidades de peixe abaixo do seu potencial. Adicionalmente, a reduzida qualidade e detalhe dos dados fornecidos para este estudo são também um reflexo claro de que muita da informação produzida nesta área não é devidamente tratada, o que depois pode levar a decisões erradas, ou na maioria dos casos, à inexistência de qualquer tipo de decisão.

A esta situação também não será a baixa dotação orçamental associada ao sector dos recursos piscícolas. Com licenças de pesca nacionais que são um décimo do valor das licenças de caça nacionais e com taxas de criação e manutenção de zonas de pesca lúdica de poucas dezenas de euros por vários quilómetros de rio, é impossível gerar receitas financeiras suficientes para se dedicar alguns meios humanos e outros à gestão deste sector. Assim, e com base nos dados referentes a 2015 que nos foram cedidos pelo ICNF, foram tiradas 173 422 licenças de pesca, na suas várias vertentes, tendo estas licenças gerado num cômputo geral, apenas 690 771 euros. Isto comparativamente aos mais de 5 milhões de euros gerados por apenas 113 613 licenças de caça na temporada de 2015/2016 (dados do ICNF).

A explicação para esta situação inexplicável em termos orçamentais reside no facto de ainda se estarem a utilizar valores com base na Lei de 1962, aliás como se pode ver no despacho para a concessão de pesca do Rio Ardena em Cinfães, emitido em Janeiro de 2016 (figura). Tal como se pode ver, a atribuição dos direitos exclusivos de pesca para 6,4 km do Rio Ardena, 1,1 km do Rio Lourosa e 1,9 km da Ribeira de Santa Marinha, numa área de 5,6 hectares, paga apenas a quantia de 33,54 euros, isto com base nos limites estabelecidos pelo Decreto-Lei nº44623 de 1962, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei nº131/82.

7.1.3 Grupos de Ação Local

No território da CIM existem vários grupos de ação local que têm um papel fundamental ao nível do desenvolvimento regional e local, procurando defender e valorizar os recursos endógenos com vista à melhoria das condições económicas, sociais e culturais das populações. Estes grupos abrangem vários municípios e alguns estendem-se para fora da CIM, sendo paradigmáticos os casos da PROBASTO e ADRIMAG que apenas incluem um município dentro do território da CIM. Estas entidades dispõem de envelopes financeiros específicos que lhe permitem ter a capacidade de ter uma ação bastante relevante ao nível da dinamização das áreas geográficas nas quais se enquadram.

Ao nível da gestão e preservação dos recursos piscícolas e das atividades relacionadas, como por exemplo a pesca, verifica-se que a ação dos grupos locais tem sido quase nula. À exceção de alguns estudos e iniciativas pontuais que se focalizam sobre linhas de água específicas como o Sousa ou o Olo, sobretudo numa vertente bastante genérica, não encontramos evidência de uma estratégia comum e transversal aos vários grupos de ação local para estudar ou agir especificamente sobre questões ligadas à gestão de recursos piscícolas em águas interiores. O único exemplo que merece destaque a este nível, é o trabalho da ADERSOUSA que realizou um estudo bastante detalhado sobre o Rio Sousa entre 2006 e 2008, procurando fazer um levantamento exaustivo sobre a fauna

piscícola e colocando a ênfase na necessidade de reduzir obstáculos para as espécies migratórias e promover a reintrodução e recuperação do sável, savelha e lampreia nesta bacia, dado que estas espécies de peixes estão consideradas como ausentes do Sousa. Adicionalmente, a ADERSOUSA também participa no Projeto RIOS que visa a adoção, monitorização e proteção de um troço de rio.

Neste âmbito, e apesar de uma das principais vertentes de alguns grupos de ação local da CIM ser a valorização dos recursos endógenos, verifica-se que, na prática, os recursos piscícolas são esquecidos. De facto, não encontramos qualquer evidência de investimentos com uma preocupação específica de preservar e ordenar estes recursos ou de promoção da sua valorização turística. Apesar de nalguns casos existir uma preocupação concreta com a preservação da paisagem fluvial, essa preocupação não transvasa para o que se passa dentro de água.

7.1.4 Associações e clubes de pescadores

De acordo com dados fornecidos pela CIM e tendo em conta alguma margem de erro que possa existir ao nível da recolha e compilação dos mesmos, existem 76 associações cujo âmbito de actuação, directa ou indirecta, inclui a caça e pesca. Em termos da designação das associações, verifica-se que a caça tem uma presença mais forte do que a pesca, com 68% das entidades a terem alguma referência à caça, enquanto apenas 53% apresentam alguma referência à pesca, sendo que existem 12 associações cuja designação de focaliza apenas na pesca

49

Estes números apontam para uma relevância significativa da pesca do ponto de vista associativo, apesar de a caça ser uma actividade ligeiramente mais mobilizadora. De facto, a diferença de adesão para estas duas actividades não nos parece ser muito significativa até porque são muitas as associações (29 – aproximadamente 38%) que simultaneamente cobrem este dois tipos de actividade, demonstrando que há uma forte convivência e cumplicidade entre caçadores e pescadores.

Ao nível da distribuição concelhia do associativismo e observando a figura 4 (abaixo) com valores absolutos, verifica-se que há uma distribuição relativamente desigual. Os concelhos com maiores valores absolutos de associações com ligação a este dois sectores são: Marco de Canaveses (14), Amarante (12) e Penafiel (11), enquanto que aqueles com menor dinâmica são Celorico de Basto (2), Baião, Lousada e Felgueiras (todos com 4).

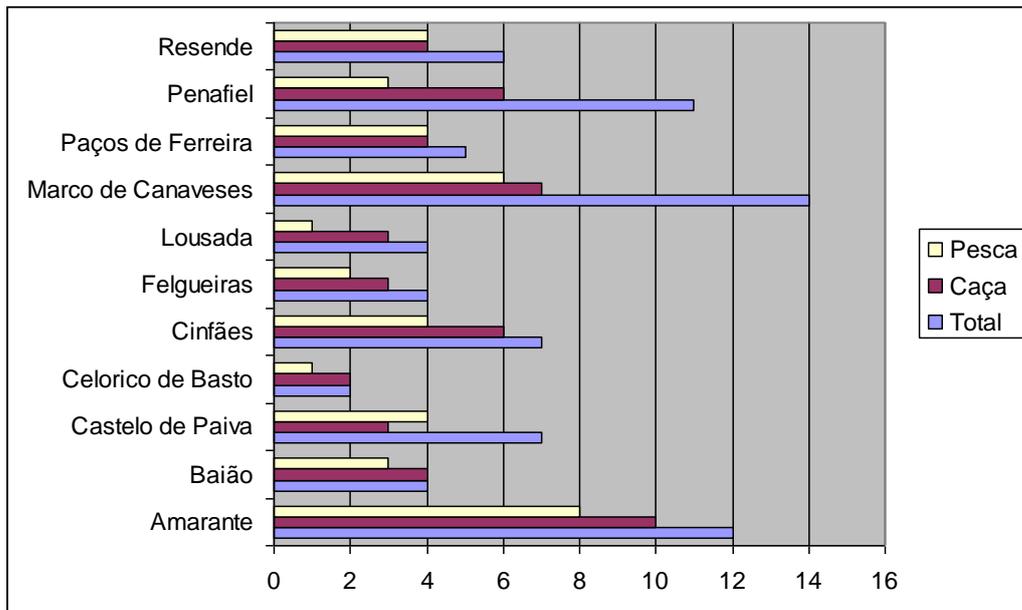


Figura 4 – Distribuição das associações por município com base na sua designação
(Fonte: CIM Tâmega e Sousa, 2016)

Numa perspetiva relativa, e observando a figura 5 onde se apresentam os valores para o indicador de área concelhia por associação, verifica-se que a disparidade é mais evidente, especialmente quando olhamos aos valores elevados de Celorico de Basto. Este é um município com uma área de cerca de 180 km², mas onde a implantação deste tipo de associações parece ser residual. A forte dinâmica do município nestas duas áreas parece ser o principal responsável por esta situação, que se traduz, no caso concreto da pesca, na gestão de uma concessão de pesca lúdica, a única na CIM gerida por um município. Já os valores baixos do caso de Paços de Ferreira são explicados pela conjugação de uma área reduzida com uma forte densidade populacional e não indiciam, necessariamente, uma forte adesão a este tipo de actividades.

50

No global, estas disparidades não são minimamente indicativas de maior ou menor qualidade ao nível da gestão destas duas actividades a nível municipal. De um ponto de vista técnico, apenas são sinais de maior ou menor capacidade associativa.

No que diz respeito à pesca, a disparidade concelhia é relativamente similar à que se verifica para a caça, no entanto, as dinâmicas associativas são muito diferentes. Ao nível da pesca, é notória a falta de intervenção directa das associações sobre a gestão ordenada dos recursos piscícolas e os respectivos cursos de água e massas de água. A gestão de apenas sete zonas de pesca lúdica num universo de aproximadamente 40 associações dentro da CIM é um facto difícil de explicar e parece apontar para algum desinteresse sobre esta realidade. Efectivamente, parece-nos que a maioria das associações de pesca estão eminentemente viradas para a pesca de competição não demonstrando grande preocupação territorial, a não ser no que diz respeito à solicitação de pistas de pesca ou de apoios financeiros.

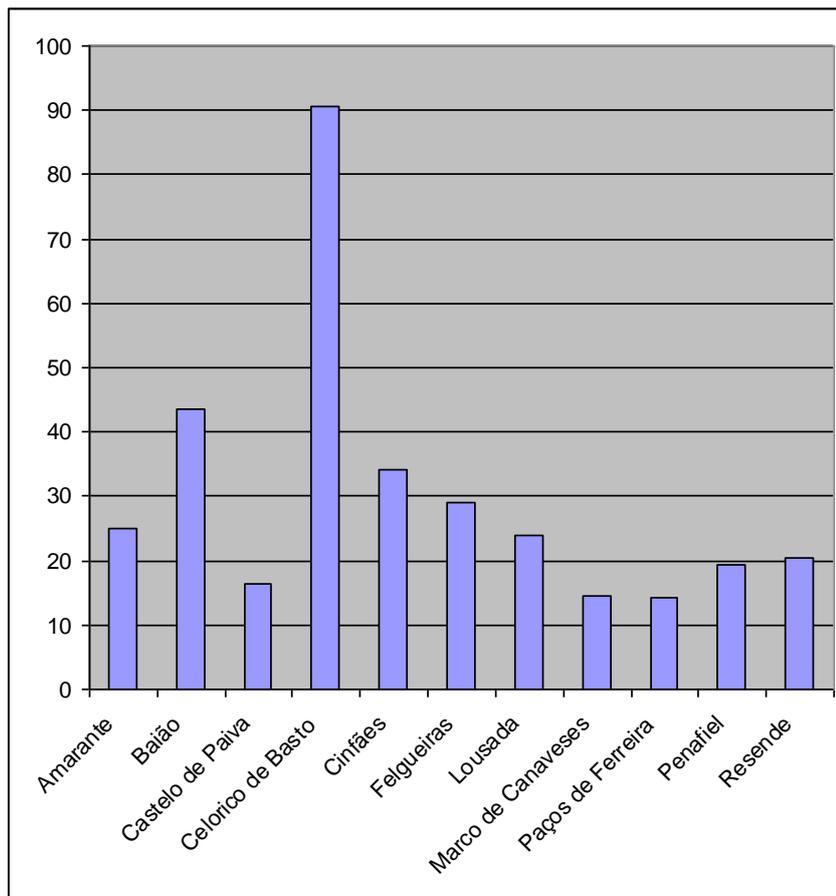


Figura 5 – Área concelhia (km²) por associação
(Fonte: CIM Tâmega e Sousa, 2016)

Muitas das associações de pesca trabalham essencialmente numa base local, têm um número reduzido de sócios e movimentam volumes financeiros globais inferiores aqueles que normalmente circulam na caça. Isto retira-lhes uma forte base de competências, limitando o seu acesso à informação e ao conhecimento, sendo muito poucas as entidades que procuram realizar uma disseminação pública dos principais feitos e actividades, que procuram valorizar a sua oferta nos territórios ou que conseguem aceder a apoios financeiros institucionalizados.

Adicionalmente, e de acordo com informação qualitativa obtida junto de algumas organizações da CIM, o nível habilitações genéricas das entidades gestoras deste tipo de associações é relativamente reduzido, bem como o nível de formação específico. Estamos sobretudo a falar de pessoas com o Ensino Básico ou Secundário, sendo raras aquelas que possuem uma habilitação ao nível do Ensino Superior e ainda mais raras aquelas que tenham realizado formação na área específica da gestão piscícola. Para além disso, a grande maioria dos gestores e funcionários trabalham nestas áreas de forma voluntária, amadora e gratuita. Assim, deparamo-nos com experiências de gestão em part-time em que a principal perspectiva estratégica é essencialmente de curto prazo, sendo rara a existência de abordagens estruturantes que estabeleçam estratégias e objectivos de médio e longo prazo.

Este tipo de perspectiva acaba por ser potenciado pela natureza de alternância de poder no curto prazo e forte proximidade entre equipa de direcção e sócios neste tipo de pequenas entidades que gerem os sectores da caça e pesca. Com menores dimensões e forte base local, os órgãos sociais deste tipo de associações estão sujeitos a um escrutínio bastante apertado por parte dos seus pares, sendo os períodos eleitorais relativamente curtos. Isto condiciona ainda mais a estabilidade governativa e concentra a acção dos gestores na gestão das questões de curto prazo, deixando de lado muitas vezes decisões estruturantes necessárias, mas que vão contra uma maioria populista e desinformada.

Inquérito às associações

Na sequência de inquérito enviado a todas as associações do sector através da CIM, conseguimos obter apenas oito respostas. A amostra cobre sobretudo os municípios do Marco de Canaveses, Castelo de Paiva, Amarante, Lousada, Celorico de Basto e Felgueiras. As associações em causa apresentam um número de sócios relativamente elevado, em média superior a 100, e têm já uma longevidade bastante relevante. Na sua grande maioria, dedicam-se exclusivamente à pesca de competição (7 associações), com apenas uma delas a ter uma vertente de puro ordenamento virado para a pesca desportiva (Clube de Caça e Pesca da Aboadela). Duas destas associações, uma com vertente competição e outra com a vertente ordenamento, partilham o seu âmbito com a caça.

Ao nível de receitas, verifica-se que a média das quotas dos sócios andam nos 10 euros. Isto leva a níveis de receita bastante reduzidos que claramente não chegam para suportar o esforço financeiro da vertente mais relevante destes clubes: a competição. Perante isto, o financiamento e apoio externo são necessidades obrigatórias para permitir a sobrevivência destas associações.

Relativamente à proveniência dos sócios, verifica-se que, em média, cerca de 80% são locais. Esta percentagem parece ser um indicador de uma forte territorialidade destas associações, o que não é necessariamente mau de um ponto de vista de competição, mas pode ser redutor de um ponto de vista de valências, funcionamento, financiamento e evolução.

Denota-se que as associações de pesca têm uma fraca capacidade de acção sobre o território da CIM, e portanto, não têm vigilância própria, nem realizaram qualquer acção de requalificação de cursos ou massas de água, mesmo o clube que detém a zona de pesca lúdica do Ovelha. O único tipo de acção realizada por este clube traduz-se em acções anuais de repovoamento de truta comum.

Para um visão mais detalhada, segue abaixo resumo dos principais elementos caracterizadores destas associações:

- Municípios abrangidos:
 - Lousada
 - Marco de Canaveses (2)
 - Castelo de Paiva (2)

- Amarante (2)
- Celorico de Basto
- Felgueiras
- Sócios:
 - Entre 41 e 364
 - Cerca de 80% locais
 - Pagam uma média de 10 euros
- Sede própria e fundação:
 - associações dispõem de sede própria
 - Datas de fundação: desde 1966 até 2005
- Zonas de pesca:
 - 1 zona de pesca lúdica
 - Clube de Caça e Pesca da Aboadela
 - Rio Ovelha
 - Extensão: 7,6 km
 - Município: Amarante
 - Principal espécie: truta
 - Vigilância:
 - Não tem
 - Ações de requalificação
 - Não realiza, nem realizou

8 Quadros legislativos

A lei que regulamenta actualmente a pesca desportiva em águas interiores é a que consta do decreto de lei nº 222 de 2015, tendo sido publicada a 8 de Outubro desse mesmo ano. Esta lei vem revogar a lei nº 7 de 2008 e pretende rever a forma de resolução de muitas das questões específicas que ainda eram regulamentadas com base nas leis de 6 de Junho de 1959 e 10 de Outubro de 1962. Efectivamente, e apesar da publicação da lei de 2008, algumas das portarias e disposições regulamentares em vigor durante últimos anos ainda remontam ao tempo do Estado Novo e, portanto, estão completamente fora de contexto relativamente a uma realidade que evoluiu bastante. Existem neste momento, novas espécies piscícolas, densidades mais reduzidas de espécies indígenas, ameaças mais fortes e novas formas de exploração através da pesca que são completamente diferentes das que existiam há mais de 50 anos atrás e como tal necessitam de enquadramento próprio. São vários os governos democráticos que se têm sucedido desde o Estado Novo, e o lag temporal em termos legislativos é um sintoma claro do estado de abandono a que este sector tem sido sujeito.

Como evidência desta situação, basta olhar ao último despacho emitido para constituição de zona de pesca no Rio Ardena (Cinfães) em Janeiro de 2016 (figura 6 - abaixo). A referência às Leis de 1959 e 1962 é clara e demonstra a importância que as mesmas ainda têm no actual modelo de gestão dos recursos piscícolas a nível central. Neste caso, a sua relevância é premente, especialmente ao nível da fixação das taxas a aplicar às entidades gestoras das zonas de pesca lúdica.



DESPACHO

EMISSOR	VOGAL DO CD Eng.ª Sofia Castel-Branco da Silveira	NÚMERO	44896/2015 VCD_5CB5/0001/2016
		DATA	04-01-2016
ASSUNTO	CONCESSÃO DE PESCA NO RIO ARDENAS ASSOCIAÇÃO DE CAÇA E PESCA DE NESPEREIRA		
DISTRIBUIÇÃO	PORTAL DO ICNF		

Cumpridos os preceitos legais e com fundamento no artigo 6.º do Regulamento da Lei n.º 2097, de 6 de junho de 1959, aprovado pelo Decreto n.º 44623, de 10 de outubro de 1962, e no uso dos poderes delegados, determino que seja concedido à Associação de Caça e Pesca de Nespereira, com o número de identificação fiscal 504060961 e sede no Largo do Pelourinho, n.º 35, Feira, 4690-363 Nespereira CNF, o exclusivo de pesca desportiva no rio Ardenas, numa extensão aproximada de 6,4 km, desde a travessia do caminho do Espírito Santo, limite a montante, até à mini-hídrica do Ardenas, limite a jusante, incluindo 1,1 km no ribeiro de Lourosa e 1,9 km na ribeira de Santa Marinha, freguesia de Nespereira, Concelho de Cinfães, nas condições que a seguir se indicam:

1. A concessão de pesca abrange uma área aproximada de 5,6 hectares;
2. O prazo de validade da concessão é de 10 anos, a contar da data do respetivo alvará, podendo este ser cancelado sempre que for julgado conveniente ao interesse público ou não houver cumprimento do estabelecido;
3. A taxa devida anualmente pela concessão é de 33,54 euros, de acordo com os limites estabelecidos pelo artigo 6.º do Decreto n.º 44623, de 10 de outubro de 1962, alterado pelo Decreto-Lei n.º 131/82, de 23 de abril;
4. A importância referida no número anterior constitui receita do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.;
5. O pagamento da taxa referente ao ano em que a concessão de pesca entra em vigor far-se-á no ato da entrega do alvará, sendo a mesma devida por inteiro;
6. A concessionária é obrigada a cumprir e a fazer cumprir as normas do regulamento desta concessão, aprovado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.;
7. Os repovoamentos com espécies aquícolas só poderão ser levados a efeito depois de autorizados pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.;
8. Publique-se no Portal do ICNF, I.P..

A Vogal do Conselho Diretivo


Sofia Castel-Branco da Silveira

VOGAL DO CD1/1

Figura 6 – Despacho de concessão de pesca no Rio Ardena (Cinfães)
(Fonte: ICNF, 2016)

E se dúvidas houvessem relativamente a este estado de coisas, basta olhar aos efeitos práticos sobre o sector provocados pela publicação da lei de 2015. As alterações relativamente á antiga lei de 2008, foram essencialmente cosméticas, e continuamos a funcionar com uma estrutura regulamentar que herda quase na íntegra os principais pilares da lei de bases de 1959. A promessa de novas portarias para alterar o actual estado de coisas mantém-se por cumprir, mesmo após ter decorrido mais de um ano e não existe qualquer data prevista para que as mesmas sejam publicadas. Assim sendo, e à semelhança de 2016, vão-se manter em vigor as portarias antigas que permitem a pesca com morte todos os dias ou que definem os tamanhos mínimos de retenção, etc.

Esta situação acaba por ser tão irracional que gera efeitos práticos completamente contraproducentes, aliás como se pode observar em duas situações concretas. A primeira refere-se ao facto de que desde Janeiro de 2016, não há qualquer novo despacho no site do ICNF a reportar a

criação de concessões de pesca. Sinónimo que todos os processos a este nível estão parados. A segunda refere-se à acção concreta dos agentes do SEPNA em inícios de 2016. Por desconhecimento da lei que permitia o funcionamento das antigas portarias durante a falta das novas, estes agentes chegaram mesmo a proibir de forma abusiva e ilegal a pesca nalgumas águas interiores do nosso país, o que levou a perdas significativas para pescadores nacionais e estrangeiros que pagaram licenças especiais e realizaram deslocações para não poderem pescar.

Efetivamente, a questão legislativa é premente e são vários os sinais que apontam para falta de capacidade e de rumo neste ponto específico. Um exemplo desta situação é a controvérsia gerada recentemente relativamente às espécies exóticas, despoletada por uma proposta do ICNF para erradicar estas espécies das águas nacionais, e que não demonstrou inicialmente qualquer preocupação em acautelar os interesses de grupos de pescadores ou da própria pesca de competição. Esta matéria está ainda a ser trabalhada e pensamos que ainda vai demorar, no entanto, a verdade é que os seus efeitos práticos já se começam a sentir na prática, com a instalação de uma enorme confusão e incerteza na forma de gerir e explorar os recursos piscícolas, pelo menos num futuro próximo.

9 Benchmark internacional

O exemplo mais claro de um sistema descentralizado e que apresenta um grau de eficiência bastante elevado, é o que podemos encontrar no nosso país vizinho. Em Espanha, a gestão da efectiva da pesca em águas interiores está entregue às regiões autonómicas que têm capacidade para regulamentar, fiscalizar, gerir centros de repovoamento, estabelecer períodos hábeis de pesca, atribuir concessões, emitir licenças, etc. Toda esta actividade realizada pela regiões autonómicas está enquadrada pela lei nacional definida pelo Ministerio da Agricultura. Para além de se ficarem pela simples vertente administrativa, as instituições autonómicas procuram criar valor para o pescador da seguinte forma:

- Permitindo a compra e renovação de licenças online.
- Disponibilizando cartografia detalhada e actualizada dos cursos e massas de água com indicação dos limites das zonas de pesca, concessões e zonas de não pesca.
- Publicação anual de um boletim ilustrado com a apresentação simplificada de toda a regulamentação aplicável para o pescador.
- Informação detalhada sobre o funcionamento das concessões.
- Inscrição online para o sorteio de dias de pesca nas concessões mais concorridas.
- Realizando uma fiscalização activa diária com meios próprios para garantir o menor nível possível de incidência de fenómenos de furtivismo.

O modelo anglo-saxónico que está em vigor nos EUA ou no Reino Unido não está muito longe daquele que é adoptado em Espanha, mas diferencia-se sobretudo pelo nível de profissionalismo em termos de modelo de gestão. Nos EUA, a gestão deste tipo de recursos é realizada ao nível do estado, enquanto que em Inglaterra é realizada ao nível da região. Em ambos os países, o que

diferencia a abordagem relativamente à espanhola é o nível de profissionalismo que é muito mais elevado, justificado pelos maiores montantes que são movimentados e investidos nesta actividade. Assim, a gestão é muito mais atenta, a fiscalização é muito mais apertada e tudo isto leva a que sejam produzidas alterações regulamentares de forma célere à medida que vão surgindo novas informações sobre alterações nos recursos piscícolas. A preocupação com a exploração sustentável destes recursos é prioritária e nota-se na quantidade e qualidade de informação que é oferecida ao pescador. A figura abaixo (figura 7) representa a página de um boletim de 80 páginas que é oferecido a todos os pescadores que pretendam pescar no estado de Nova Iorque, de modo a permitir acesso universal e fácil à legislação em vigor.



Figura 7 – Boletim anual com informação para a pesca em águas interiores no Estado de Nova Iorque (EUA) (Fonte: Department of Environmental Conservation, 2016a)

10 Apoios financeiros

10.1 Municípios

Quase todos os municípios da CIM atribuem um subsídio anual a todas as associações, independentemente do seu âmbito. No entanto, o que se verifica é que há uma grande diversidade em termos estratégias e montantes a funcionarem em simultâneo dentro da CIM. Existem dois ou três casos onde há uma preocupação específica de desenvolver este sector, mas a grande maioria atribui apoios com base em critérios genéricos de associativismo municipal.

Nalguns casos, a atribuição está sujeita ao cumprimento de um plano de actividades, com as associações e clubes mais cumpridores a receberem mais. O montante normalmente varia entre os 250 e os 1000 euros, à excepção de um montante de 2500 euros no caso de Resende, que apoia um clube de pesca com forte vertente de competição. Adicionalmente, a maioria dos municípios também coloca à disposição de todas as associações os seus meios de transporte, para poderem auxiliar nas deslocações em representação do concelho. Este apoio apesar de ser genérico, é muito aproveitado pelas associações e clubes de pescadores que se dedicam à pesca de competição, especialmente os que participam em provas nos campeonatos regionais e nacionais. No caso das associações de pescadores que se dediquem a pesca de competição e que participem em competições nacionais e/ou internacionais e tenham atletas federados, existe também a possibilidade de receber subsídios específicos de apoio à actividade desportiva federada que podem ir de 250 a 500 euros por participação. Esta política de incentivos aos atletas federados só foi encontrada no caso de dois municípios.

10.2 PROVERE

Para o caso específico de regiões com baixa densidade populacional em que os recursos endógenos são uma mais valia importante, existe o programa PROVERE. Este programa visa financiar acções que permitem transformar recursos endógenos em bens e serviços transacionáveis, e está a ser dinamizado na região através dos grupos de acção local. Neste momento, os territórios abrangidos são:

- Montemuro, Arada e Gralheira, sendo líder do consórcio a ADRIMAG. Esta iniciativa focalizado-se sobretudo nos sítios Rede Natura (Serra de Montemuro e Rio Paiva) que, neste âmbito concreto, incluem os concelhos de Cinfães e Castelo de Paiva (localizados na CIM). Tem como principal vertente o turismo de natureza e portanto pode ter enorme potencial para desenvolver estratégias e pacotes turísticos que tenham por base os recursos piscícolas das zonas acima referidas.
- Paisagens milenares no Douro Verde, sendo líder do consórcio a DOLMEN. Esta iniciativa focaliza-se sobretudo na valorização da paisagem cultural como fonte de turismo, incluindo também o município de Celorico de Basto.

10.3 EMER-N

Num cenário em que a componente turística associada ao aproveitamento dos recursos piscícolas é praticamente inexistente, existe claramente potencial para a criação de novos modelos de negócio associados a esta realidade em zonas de menor densidade populacional. Como forma de apoiar esta dinâmica, o programa EMER-N (Empreendedorismo em Meio Rural na Região Norte) que tem como objectivo a criação de empresas e empregos (sobretudo na vertente micro) em meio rural

pode ser uma ferramenta relevante, pois oferece um conjunto de apoios aos novos empreendedores que passam por consultoria específica, facilitação no acesso a redes de conhecimento, apoio no acesso a financiamentos, acções de promoção e comunicação, etc. Os principais beneficiários deste programa são os grupos de acção local e a CIM funciona como parceira.

10.4 PDR 2020

Reconhecendo a importância deste sector no desenvolvimento rural, combate à desertificação, valorização do oferta turística em espaço rural e na protecção do ambiente, o Plano de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR 2020) delineou um quadro específico de apoio para as actividades cinegéticas e gestão de recursos aquícolas em águas interiores. Dentro deste quadro, e no que diz respeito às actividades de apoio às entidades gestoras de concessões de pesca é dada prioridade à selecção de candidaturas que cumpram os seguintes critérios:

- a) Candidaturas respeitantes a investimentos que se situem no SNAC (Sistema Nacional de Áreas Classificadas);
- b) Candidaturas respeitantes a investimentos para o desenvolvimento da gestão piscícola das espécies com elevado valor pesqueiro;
- c) Candidaturas respeitantes a investimentos para a melhoria de habitat baseadas em técnicas de engenharia natural e recorrendo a espécies autóctones;
- d) Candidaturas respeitantes a investimentos para a melhoria da conectividade longitudinal dirigida às espécies com elevado valor pesqueiro, através de intervenções em açudes, incluindo a instalação de dispositivos de passagem para peixes;
- e) Candidaturas que incluam estratégias de diversificação de oferta de serviços relacionados com a atividade da pesca;
- f) Candidaturas respeitantes a investimentos que se situem em territórios de baixa densidade.

58

Em termos do primeiro critério, a CIM contém três sítios de importância comunitária que são classificados como Rede Natura 2000. Os sítios e respectivas áreas municipais incluídas são:

- Sítio Alvão/Marão:
 - Amarante (8217 hectares)
 - Baião (1477 hectares)

- Sítio Serra de Montemuro:
 - Cinfães (13717 hectares)
 - Resende (6593 hectares)

- Sítio Rio Paiva:
 - Castelo de Paiva (3412 hectares)
 - Cinfães (626 hectares)

Assim, todas as entidades ligadas à gestão de recursos aquícolas e localizadas nas áreas específicas dos municípios acima assinalados podem beneficiar de preferência no acesso a este tipo de apoios.

Até ao momento não foi aberto nenhum concurso específico pelo PDR2020 para esta modalidade. Não percebemos o porquê desta situação e deste adiamento, quando foi já aberto um concurso para a caça em 2016.

- Portaria nº 188 de 13 de Julho de 2016:
 - Artigo 2º - objetivos:
 - a) Promover a biodiversidade, resiliência, valor ambiental e social dos espaços florestais, através da melhoria do ordenamento dos recursos cinegéticos e aquícolas das águas interiores;
 - b) Desenvolver a oferta de bens e serviços recreativos e turísticos em espaço rural, ligados à caça e à pesca;
 - c) Contribuir para a recuperação e conservação das espécies cinegéticas, aquícolas das águas interiores e os seus *habitats*.
 - Beneficiários – artigo 12º:
Podem beneficiar dos apoios previstos no presente capítulo as pessoas, singulares ou coletivas, titulares ou gestoras de concessões de pesca ou de zonas de pesca lúdica, reservada ou profissional e suas associações.
 - Critérios de elegibilidade – artigo 14º
 - 1 — Podem beneficiar do apoio previsto no presente capítulo as operações que se enquadrem nos objetivos previstos no artigo 2.º e que preencham as seguintes condições:
 - a) Se desenvolvam em concessões de pesca ou em zonas de pesca lúdica, zonas de pesca reservada ou zonas de pesca profissional;
 - b) Incidam em territórios rurais;
 - c) Apresentem coerência técnica, económica e financeira;
 - d) Contribuam para a melhoria da estrutura das populações piscícolas e da composição das comunidades aquáticas, assim como para a promoção, valorização e divulgação da pesca ou para a sistematização de informação com ela relacionada.
 - e) Tenham um custo total elegível, apurado em sede de análise, inferior ou igual a 75.000 euros
 - Forma e nível de apoios – artigo 18º
 - 1 — Os apoios previstos no presente capítulo revestem a forma de subvenção não reembolsável.
 - 2 — O nível de apoio a conceder é de 75 % da despesa total elegível.
 - 3 — O apoio a conceder no âmbito do presente capítulo está limitado a uma candidatura por beneficiário, para o período de vigência do PDR 2020.
 - 4 — O apoio a conceder no âmbito do presente capítulo é cumulável com outros auxílios de minimis enquadrados no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de

dezembro de 2013, sendo que o respetivo montante acumulado, durante o período de três exercícios financeiros consecutivos, não pode exceder € 200.000 por beneficiário.

Despesas elegíveis e não elegíveis– Anexo III

I — Custos relacionados com a melhoria e recuperação de *habitats* aquáticos e a conectividade fluvial

1 — Projeto de execução, assim como as obras ou equipamentos para:

- a) Naturalização de troços de cursos de água;
- b) Consolidação e estabilização de margens de cursos de água;
- c) Melhoramento do *habitat* litoral de albufeiras;
- d) Recuperação e reabilitação de zonas de desova em cursos de água;
- e) Aquisição e instalação de ninhos e desovadeiras artificiais;

2 — Custos relacionados com intervenções e obras em açudes para a melhoria da conectividade fluvial para as populações piscícolas, incluindo:

- a) Instalação de dispositivos de transposição para a fauna piscícola;
- b) Projeto de execução;

II — Custos relacionados com a diversificação da oferta de serviços associados à atividade da pesca e com a gestão dos recursos aquícolas

3 — Execução de planos para a melhoria da gestão piscícola ou para a valorização da pesca, que assegurem simultaneamente a conservação da biodiversidade aquática e da qualidade ou potencial ecológico das massas de água, através de medidas de gestão piscícola inovadoras associadas a novos produtos e serviços, incluindo despesas em equipamento e serviços para:

- a) Equipamentos de caracterização e monitorização das populações piscícolas;
- b) Implementação de sistemas de recolha de informação sobre a pesca e os recursos piscícolas, nomeadamente com base em informação fornecida pelos pescadores;
- c) Produção e disponibilização de conteúdos destinados a divulgar o Plano de Gestão e Exploração e as medidas de gestão piscícola a implementar;

4 — Implementação, por meios convencionais ou eletrónicos através de aplicações, plataformas ou páginas *web*, de ferramentas para a disponibilização e o reporte de informação sobre a pesca e os recursos aquícolas, incluindo a aquisição ou desenvolvimento de programas informáticos e licenças;

5 — Custos com obras e equipamento associados a observatórios e percursos, assim como a respetiva sinalética, destinados a permitir a ligação e integração dos percursos de acesso a pesqueiros em percursos de turismo de natureza, circuitos pedonais ou similares;

6 — Custos com obras ou equipamento necessários à implementação de medidas inovadoras de gestão piscícola, nomeadamente a construção, melhoria e sinalização de percursos, acessos, pesqueiros ou lotes;

7 — Custos com obras e equipamentos associados à valorização da pesca desportiva através da instalação ou melhoramento de pistas de pesca;

8 — Suportes para disponibilização de informação ao pescador, relativa à pesca e aos recursos aquícolas;

III — Custos com estudos

9 — Recolha e sistematização de informação sobre pesca nas águas interiores e recursos aquícolas, nomeadamente com base em informação fornecida pelas organizações do setor ou outras fontes;

10 — Conceção de ferramentas para a disponibilização e o reporte de informação sobre a pesca e os recursos aquícolas;

11 — Monitorização, análise e avaliação final do Plano de Gestão e Exploração.

— As despesas com estudos estão limitadas a 10 % da despesa total elegível do projeto e à seguinte tipologia de custos:

a) Custos com pessoal: Remunerações ou partes de remunerações e respetivos encargos associados, em condições a definir em OTE, dos técnicos e outro pessoal, afetos à elaboração dos estudos ou projetos;

b) Deslocações, alojamento e ajudas de custo — Despesas com deslocações, alojamento e ajudas de custo, nos termos e até aos limites legais fixados para os trabalhadores que exercem funções públicas, em condições a definir em OTE;

c) Bens e serviços técnicos especializados — Despesas com bens ou serviços especializados necessários à elaboração dos estudos ou projetos, nomeadamente consultoria.

IV — Custos relativos à elaboração e acompanhamento do projeto de investimento

12 — Elaboração e acompanhamento do projeto de investimento ou outros estudos prévios necessários ao investimento, incluindo a cartografia digital, até 3 % da despesa elegível e ao limite máximo de € 2500, desde que as despesas tenham sido efetuadas até seis meses antes da data de apresentação da candidatura.

61

Despesas não elegíveis

Investimentos materiais, Investimentos imateriais e outros

13 — *Bens de equipamento em estado de uso;*

14 — *Substituição de equipamentos, exceto se esta substituição incluir a compra de equipamentos diferentes, quer na tecnologia utilizada, quer na capacidade absoluta ou horária;*

15 — *Aquisição de espécimes vivos ou ovos;*

16 — *Componentes do imobilizado incorpóreo;*

17 — *Juros durante a realização do investimento e fundo de manei;*

18 — *Custos relacionados com contratos de locação financeira como a margem do locador, os custos do refinanciamento dos juros, as despesas gerais e os prémios de seguro;*

19 — *Despesas de pré – financiamento e de preparação de processos de contratação de empréstimos bancários e quaisquer outros encargos inerentes a financiamentos;*

20 — *IVA recuperável nos termos da legislação fiscal.*

PARTE II - DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS DE ATUAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL ENDÓGENO DOS RECURSOS PISCÍCOLAS NO TERRITÓRIO DO TÂMEGA E SOUSA

11 Análise SWOT (Oportunidades, Ameaças, Forças e Fraquezas)

Com base nas várias secções apresentadas anteriormente, foi possível construir a seguinte análise SWOT (Oportunidades, Ameaças, Forças e Fraquezas). Esta matriz considera como unidade territorial a CIM do Tâmega e Sousa, englobando a dimensão externa todas situações que tenham a ver com outras CIM, o país e o estrangeiro.

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Importância turística dos recursos piscícolas - Apoio financeiro específico para este setor no âmbito do Portugal 2020 - Sinergias positivas associadas à construção de percursos pedestres e ecovias - Capacidade de valorização dos recursos piscícolas numa base gastronómica, desportiva, ambiental e cultural. - Aumento da procura de pesca desportiva em Portugal pelos Espanhóis - Grande afluxo de turismo à zona Norte e sobretudo ao Douro - Aumento do número de eventos que têm como base os recursos piscícolas, nomeadamente as trutas - Ambiente político favorável à descentralização de competências centrais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Legislação desatualizada - Esforço de pesca com morte elevado - Introdução e rápida disseminação de espécies exóticas - Regressão de espécies indígenas: truta, escalo e boga - Fenómenos de poluição - Construção de barragens na bacia hidrográfica do Tâmega - Falta de ação do SEPNA - Falta de ação e estratégia do ICNF para o sector. - Sérias deficiências ao nível do processamento e divulgação de dados sobre o sector por parte de entidades oficiais (ICNF) - Adiamento na abertura de concursos no âmbito do PDR2020 - Receitas reduzidas geradas por este sector: licenças de pesca e taxas de concessão com valores muito baixos - Reduzida valorização deste sector em termos de política florestal - Aumento de predadores, nomeadamente de corvos marinhos

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> - Proximidade aos grandes centros urbanos da zona norte do País - Proximidade do Posto do Torno às águas da região - Boa afluência turística ao Posto do Torno - Água de excelente qualidade nas zonas montanhosas. - Elevada reputação de alguns rios para a pesca à truta. - Disponibilidade e potencial para aumentar as despesas dos pescadores - Existência de linhas específicas de apoio financeiro a nível local que podem ser mobilizadas - Presença e visibilidade turística do posto do Torno no território - Inclusão de três sítios na Rede Natura - Forte dinâmica associativa ao nível da pesca de competição - Sucesso nas iniciativas gastronómicas associadas à lampreia e ao peixe do rio. - Sucesso na feira de material de pesca em Penafiel. - Excelentes condições naturais da zona da Pala para a pesca de competição - Existência de apoios municipais aos clubes e associações de pesca - Propostas municipais para criação de pistas de pesca (Marco e Lousada) 	<ul style="list-style-type: none"> - Focos de poluição significativos e estáveis em vários municípios da CIM - Taxa reduzida de saneamento em zonas menor densidade populacional - Baixo nível de qualidade de algumas águas, especialmente nos locais com maior densidade populacional e industrial - Fraco nível de ordenamento - Falta de pistas de pesca - Desconhecimento e alheamento dos municípios - Falta de escadas de peixe - Escadas de peixe não funcionam - Falta de oferta turística no sector - Falta de conhecimento científico sobre os recursos piscícolas e o seu aproveitamento - Baixo nível de habilitações e formação das entidades gestoras de clubes e associações de pesca - Falta de requalificação de margens e açudes - Forte incidência de incêndios - Limitações artificiais no acesso às margens de alguns cursos de água - Falta de capacidade para repovoamentos e degradação do Posto do Torno - Falta de dinamismo dos grupos de ação local neste sector. - Falta de participação social dos clubes e associações de pesca: formação - Falta de intervenção dos clubes e associações de pesca sobre o território - Desaparecimento da lampreia, sável e savelha. - Orçamentos reduzidos dos clubes e associações de pesca. - Inexistência de um sistema de informação atualizado e eficiente sobre a oferta de pesca desportiva lúdica na CIM - Inexistência de uma estratégia bem estruturada para repovoamentos - Falta de controlo de qualidade sobre o funcionamento das zonas de pesca lúdicas, reservadas e outras.

12 Propostas para o desenvolvimento do potencial endógeno dos recursos piscícolas no território

Do diagnóstico acima realizado resulta a evidência do considerável atraso em que nos encontramos em matéria de valorização turística, económica e ambiental dos recursos piscícolas endógenos no território da CIM do Tâmega e Sousa. Tendo em conta que tal situação tem na sua origem uma multiplicidade de fatores, qualquer processo de mudança exige necessariamente uma estratégia integrada, que:

- i) Clarifique e atribua competências a entidades que possam ter uma ação efetiva, capaz de preencher o vazio operacional do ICNF e, também, em menor escala do SEPNA.
- ii) Estabeleça procedimentos e regras de ação e comportamento para os diferentes agentes institucionais envolvidos ou a envolver
- iii) Estabeleça um programa de ação a médio e longo prazo.

É neste contexto que se apresenta de seguida um conjunto de propostas, estruturadas em 5 eixos de ação: institucional e de governance; sustentabilidade; infraestruturas; medidas de apoio ao associativismo e projetos âncora.

12.1 Medidas institucionais e de governance

Neste momento, a gestão dos recursos piscícolas na CIM está quase inteiramente dependente das entidades centrais e nomeadamente do ICNF. As associações de pescadores e municípios têm demonstrado um interesse residual por intervenções a este nível no território, e como tal, a percentagem de ordenamento dos cursos e massas de água é relativamente reduzido. Assim, a CIM tem na sua maioria áreas livres, onde a pesca pode ser realizada por qualquer pescador em qualquer dia, que pode reter as capturas que bem entender, desde que respeite os tamanhos mínimos previstos na lei desde 1959.

Com este tipo de cenário, são gritantes os casos de alheamento da gestão dos recursos piscícolas e dos cursos e massas de água dentro da CIM. Rios como o Ovil e o Teixeira que funcionam em regime livre, já foram bastante abundantes em trutas, e hoje só têm alguns exemplares porque o município e algumas associações de Baião têm solicitado repovoamentos pontuais, a que o ICNF vai respondendo de forma recativa. Não há evidência de qualquer postura mais ativa da parte desta entidade, a não ser exclusivamente no Olo que está a seu cargo na totalidade, e mesmo aí têm surgido queixas. O distanciamento ao território e a incapacidade decisória do ICNF tem vindo a aumentar nos últimos tempos, e neste momento, a pesca deve ser das últimas prioridades dentro do seu núcleo central, pois há mais de um ano que se aguardam portarias para alterar um paradigma de exploração da pesca desportiva que há muito está obsoleto.

No entanto, este cenário de falta de presença no terreno não é exclusivo do ICNF, já que a ação do SEPNA, ou melhor a inação, é um dos principais aspetos responsáveis pela proliferação da pesca ilegal. Não só a falta de homens e de meios, mas também a falta de preocupação com a área da

fiscalização e vigilância dos recursos piscícolas em águas interiores são fatores fundamentais a contribuir para o sentimento de impunidade de quem se dedica ao furtivíssimo nas águas da CIM. Um número de apenas 54 contraordenações nos últimos 5 anos parece-nos demasiado reduzido, atendendo à dimensão geográfica e hídrica da CIM e ao facto de muitos fenómenos deste tipo serem conhecidos e às vezes praticados em zonas de fácil acesso, aliás como documentado em secção anterior.

Para inverter este estado de coisas, é necessário então propor um novo modelo de governance que assente numa dinâmica de maior proximidade entre as entidades que regulamentam o sector e os locais onde posteriormente a legislação é aplicada. À luz do que se passa em Espanha, com as regiões autonómicas, é necessário descentralizar a regulamentação específica da gestão dos recursos piscícolas para o nível intermunicipal, criando uma maior customização da lei às necessidades específicas do território, permitindo um controlo mais efetivo sobre a ação das zonas de pesca e implementando uma estratégia de valorização turística destes recursos. Isto deve permitir um aumento no número de ações realizadas sobre o território, mas sobretudo um aumento da qualidade dessas ações, tornando mais eficazes os investimentos realizados. Efetivamente, a diferença é abismal quando se compara a informação disponibilizada pelas regiões autonómicas em termos do sector da pesca relativamente àquela que é disponibilizada pelo ICNF. A diferença é, não só quantitativa, concentrando informação de todas as zonas de pesca do território e fornecendo suficiente cartografia e informação detalhada de apoio aos pescadores, mas também qualitativa, simplificando essa informação, tornando-a mais vocacionada para a valorização turística dos recursos e promovendo os meios eletrónicos de acesso às zonas de pesca (licenças e sorteios para aberturas).

É nosso entender que o atual quadro legislativo já possui as condições necessárias para permitir um processo de descentralização que se concretize efetivamente através da transferência de competências de entidades centrais para as Comunidades Intermunicipais (CIM) em várias áreas, incluindo a piscícola. A Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, que regulamenta o papel das autarquias e entidades intermunicipais prevê claramente a possibilidade de transferência de competências do Estado para as Autarquias e Comunidades Intermunicipais. Especialmente no caso destas últimas, pela sua abrangência territorial, a lei, no seu artigo 81, número 2, alínea d), atribui competências ao nível da articulação em termos de atuações entre municípios e serviços da administração central no que diz respeito a ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais. Posteriormente, no número 3 desse mesmo artigo, é dada abertura para a transferência de poderes da seguinte forma: *“Cabe às comunidades intermunicipais exercer as atribuições transferidas pela administração estadual e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram, nos termos da presente lei.”* Neste contexto, e atendendo ao espírito da Lei, é nosso entender que há claramente espaço para se proceder a uma transferência de competências na gestão dos recursos piscícolas. Obviamente, que uma consubstanciação desta transferência teria que ser obrigatoriamente objeto de uma negociação específica entre os vários parceiros envolvidos, nomeadamente, CIM, Ministério da Agricultura, ICNF, uma vez que não há neste momento nenhuma situação idêntica a nível nacional, que possa servir de *benchmark*.

A reforçar um pouco mais a ideia anterior, convém também referir o facto de a descentralização a nível municipal ter voltado a assumir preponderância no discurso e na agenda política. Efetivamente, volta a estar em cima da mesa a discussão sobre a descentralização de competências centrais para os municípios com a promessa de que o atual Governo vai conseguir avançar

significativamente a este nível ainda este ano. Isto pelo menos no que se refere a uma lei chapéu, que depois terá que ser particularizada a nível sectorial, podendo levar a que sua implementação efetiva ocorra apenas para 2019, na melhor das hipóteses. Apesar de esta data ser um pouco tardia, parece-nos que a tendência está a ser consolidada, reforçando ainda mais o que já foi começado a construir em 2013 e criando maior abertura para se começar a trabalhar em projetos piloto desde já.

Neste momento, é consensual para todas as entidades consultadas no âmbito deste estudo que se impõe uma mudança de paradigma de governance que traga para a linha da frente da gestão dos recursos piscícolas entidades que estão no território, que conhecem o território e que têm os meios para garantir e fiscalizar o cumprimento de medidas adotadas. Assim, perante a falta de ação da tutela, do ICNF e do SEPNA, e trilhando uma maior tendência atual para a descentralização, o que se propõe é o seguinte:

- A delegação imediata, ao abrigo da Lei de nº 75/2013, dos poderes centrais à CIM para proceder a uma gestão efetiva dos recursos piscícolas no território. A Lei parece-nos clara ao nível do modelo de transferência de competências e não abre a possibilidade de criar entidades alternativas com o mesmo foco territorial que possam responder a esta solicitação específica. Assim, terá que ser a CIM a assumir diretamente esta responsabilidade e quanto mais rápido, melhor, uma vez que o modelo de gestão centralizada dos recursos piscícolas já entrou há muito tempo numa espiral de desinvestimento e inação, e portanto, não há interesse em adiar esta decisão mais alguns anos à espera de que a nova política de descentralização venha confirmar o inevitável. Isto apenas se traduziria num prolongar da perda de tempo dos últimos anos com consequentes efeitos nefastos sobre esta atividade.
- Quanto à operacionalização deste modelo de governance, pensamos que o facto de a CIM assumir poderes não significa que os tenha que exercer posteriormente de forma individual. Assim, parece-nos de todo aconselhável considerar as seguintes opções:
 - Os serviços da CIM assumem na íntegra a execução desses poderes, podendo articular com os municípios para questões concretas (fiscalização de zonas de pesca através do uso da polícia municipal, emissão de licenças, etc.).
 - A CIM preside à formação de um consórcio, em que a CIM tem o papel central em termos executivos, mas que depois promove a subsequente descentralização de poderes específicos através da realização de parcerias ou protocolos com várias entidades municipais, regionais e/ou do setor.

A primeira parece-nos claramente mais fácil de aplicar, pois está prevista no espírito da Lei 75/2013, enquanto a segunda não tem enquadramento específico e pode levantar questões relevantes do ponto de vista de estruturação, funcionamento e financiamento, atrasando o processo sem uma data definida, pois pode ser necessário criar nova legislação.

- Este novo modelo de governance deve substituir em pleno a ação do ICNF e do SEPNA dentro do território da CIM, procedendo a uma total descentralização na gestão dos recursos piscícolas e da sua exploração. No entanto, isto não implica alhear o ICNF e o SEPNA do funcionamento desta entidade, já que estas entidades deverão estar envolvidas em termos administrativos e consultivos para assegurar a monitorização e controle da nova política de descentralização e promover uma ligação da ação efetiva deste novo modelo a objetivos e políticas nacionais.
- Qualquer que seja a opção do ponto de vista executivo, pensamos que terá que ser sempre constituído um Conselho Piscícola Intermunicipal, para funcionar como órgão consultivo. Este conselho elimina de certa forma a anterior figura do conselho municipal, praticamente inoperacional atualmente, e deve albergar os interesses de todos os stakeholders interessados nesta gestão: CIM, municípios, associações de pescadores, organizações do sector (ARNPD), entidades gestoras de zonas de pesca, universidades, ICNF, SEPNA, etc. O conselho deve ser um órgão de apoio técnico à delimitação e monitorização da implementação de estratégias específicas para o fomento, preservação e valorização dos recursos piscícolas na região.

As principais funções a serem alvo de transferência no âmbito desta proposta de modelo de governance devem ser as seguintes:

- Monitorizar e gerir os cursos e massas de água em regime livre.
- Autorizar a constituição, monitorizar e extinguir zonas de pesca lúdicas.
- Assegurar a gestão das atuais zonas de pesca reservada a cargo do ICNF.
- Emitir licenças especiais para permitir a pesca anual em todas as águas da CIM (independentemente de estarem concessionadas ou não). As receitas destas licenças, numa parte significativa, terão que ser utilizadas para suportar os custos com repovoamentos e vigilância.
- Criar taxas especiais para as zonas de pesca lúdica na CIM.
- Assegurar o equilíbrio entre superfície hídrica concessionada e em regime livre, assegurando que pelo menos 25% desse território se mantém livre.
- Reduzir o número de dias de pesca, sobretudo com morte, durante a semana.
- Aumentar o tamanho mínimo de retenção (morte) de algumas espécies.
- Proceder a repovoamentos em cursos e massas de água em regime livre.
- Dispor de um corpo de vigilância próprio (possibilidade de protocolo com as autarquias para a mobilização da polícia municipal), destinado, entre outros, a:
 - Controlar o furtivismo
 - Realizar controlos aleatórios esporádicos da qualidade da água
 - Identificar focos de poluição
 - Identificar constrangimentos nos acessos às margens
 - Controlar o funcionamento das concessões
 - Emitir licenças de pesca
 - Informar os pescadores e fiscalizá-los
 - Limpar as margens

- Gerir o posto aquícola do Torno e infraestruturas associadas que venham a ser construídas.
- Adotar uma política ativa de restauração de açudes e monitorização de caudais.
- Apoiar as associações de pescadores e clubes de pesca na criação de concessões.

- Apoiar as associações de pescadores e clubes de pesca no concurso a meios de financiamento.
- Proceder a limpezas e requalificação das margens.
- Possuir e manter um site atualizado em Português e Inglês com toda a cartografia hidrográfica da CIM, regulamentação da pesca e condições de acesso a zonas de pesca.
- Dispor de site que permita a compra automática de licenças de pesca, bem como a possibilidade de aceder a sorteios para aberturas em zonas de pesca com grande procura.
- Procurar a integração da pesca nos pacotes turísticos regionais.
- Proceder à divulgação e promoção da oferta turística ligada à pesca desportiva

Considerando a abrangência das funções anteriores, e para que haja uma ativação em pleno desta proposta é necessária uma delegação quase total dos poderes do ICNF à CIM para que esta passe a realizar na plenitude a gestão dos recursos piscícolas no território. De modo a que isso possa acontecer, é necessário encetar um processo negocial com as entidades centrais que tente realizar essa passagem de poderes de forma equilibrada, isto porque esta alteração não vai ser de todo consensual numa primeira fase e pode implicar uma significativa perda de poder do ICNF ao nível da gestão destes recursos, com a consequente repercussão financeira. Efetivamente, com a transferência de competências é natural que também sejam transferidas as dotações financeiras geradas por este sector a nível territorial, nomeadamente as que estão ligadas aos pagamentos de licenças de pesca pelos pescadores e às taxas de concessão e manutenção das zonas de pesca. O ideal seria uma transferência total destas receitas para esta nova entidade, no entanto, acreditamos que haja sempre alguma resistência da parte do ICNF a este tipo de proposta, apesar dos montantes em causa serem relativamente reduzidos, devido ao baixo valor atual das licenças de pesca e das taxas das concessões.

12.1.1 Estratégia municipal

Na sequência de vários contactos realizados com os municípios da CIM, foi patente o desconhecimento sobre os recursos piscícolas do território debaixo da alçada desses mesmos municípios. Se na caça, este problema já era significativo, mesmo existindo um conselho cinegético municipal, no caso da pesca a situação é ainda mais complicada com o desconhecimento ainda a ser mais evidente pois não existe nenhum caso de formalização institucional ao nível do contacto entre municípios e entidades gestoras de zonas de pesca. A falta de ordenamento do território a este nível, a inexistência de qualquer conselho municipal piscícola e o domínio avassalador das questões florestais, nomeadamente os incêndios, colocam esta temática num posição excessivamente residual dentro das competências municipais, sendo muito difícil obter informação relevante.

Neste contexto, e considerando o modelo de governance proposto no ponto anterior, em que se prevê a transferência de poderes centrais para a CIM, nomeadamente os do ICNF, há necessidade de definir uma nova estratégia municipal para este sector. Assim, as principais linhas estratégicas do ponto de vista municipal poderão ser as seguintes:

- Participação ativa na formulação da estratégia e política piscícola intermunicipal com assento no conselho piscícola intermunicipal.
- Focalização na dinamização e articulação das associações de pescadores que operam no seu território.
- Melhoria do conhecimento existente sobre as águas do território, a densidade de espécies piscícolas e o funcionamento das zonas de pesca, bem como o seu impacto na gestão das espécies piscícolas e na biodiversidade.

De um ponto de vista mais detalhado, configuram-se como relevantes e prioritárias as seguintes medidas:

- Realização de protocolos com a CIM de modo a prestar assistência em áreas específicas da gestão dos recursos piscícolas, ao abrigo do novo modelo de governance proposto neste documento.
- Atribuição de competências específicas a um pelouro para gerir estas questões, exigindo-se a produção anual de informação sobre esta matéria.
- Realizar um mapeamento atualizado dos cursos ou massas de água com informação sobre:
 - Tipos de espécies de peixe e respetiva densidade
 - Zonas de desova
 - Pistas de pesca
 - Zonas de pesca lúdicas ou outras.
 - Fontes de poluição
 - Focos de furtivismo
 - Mini-hídricas e respetivas albufeiras
 - Níveis de caudais
 - Açudes
 - Tipo de leitos
 - Vegetação aquática
- Divulgar informação externa sobre recursos piscícolas e pesca desportiva no território.
- Realizar uma avaliação criteriosa dos pedidos de apoio financeiro pelas associações e clubes de pesca.
- Criar uma base de dados atualizada com a informação de atletas e associações/clubes de pescadores.
- Reunir com entidade intermunicipal que gere esta área.
- Colaborar com entidade intermunicipal na aplicação local da estratégia para o setor.

12.1.2 Licença de pesca e taxas de concessão - CIM

No momento presente, a pesca é vista como uma fonte residual para o financiamento do ICNF. A falta de valorização deste desporto é notória no baixo preço das licenças cobradas aos pescadores e nas reduzidas taxas aplicadas às zonas de pesca lúdicas. Efetivamente, essa é uma situação crítica que pode impedir o desenvolvimento deste sector ao não o valorizar devidamente. Acreditamos que há disponibilidade para existirem aumentos, quer do lado dos pescadores, quer do lado das entidades gestoras, desde que esse pagamento adicional seja justo e se traduza em melhoria proporcional da quantidade e qualidade dos recursos piscícolas. Perante esta situação, e uma vez que a definição dos preços para as licenças de pesca e as taxas para as zonas de pesca é uma das competências que atualmente está dependente do poder central, o financiamento de um novo modelo de governance intermunicipal poderia ser demasiado reduzido se assentasse unicamente numa simples transferência das receitas atuais

Como não acreditamos que o executivo venha a alterar as taxas de forma significativa num futuro próximo, e de forma a valorizar o património piscícola devidamente e a financiar uma ação mais direta sobre o território, pensamos que fará sentido criar uma licença de pesca vocacionada unicamente para a CIM e que acumule com as licenças de pesca centrais, quer sejam regionais ou nacionais. Para além do valor de exclusividade territorial CIM, esta licença também permite a discriminação entre a exploração de recursos de menor ou maior valor acrescentado, sendo neste caso a distinção proposta entre os salmonídeos e os ciprinídeos. Quanto à fixação efetiva dos montantes a cobrar, eles devem ser os adequados em função do valor das espécies e do serviço público oferecido. Os formatos são:

- Águas de ciprinídeos (mais barata)
- Águas de salmonídeos (mais cara)

Finalmente, esta distinção também pode ser aplicada às zonas de pesca localizadas no território da CIM, com taxas superiores para as concessões localizadas em águas salmonídeas e taxas menores para as localizadas em águas ciprinídeas.

De modo a credibilizar a criação destas novas taxas e licenças e para evitar que elas sejam fixadas de forma errada é necessário trabalhar duas vertentes fundamentais desde um primeiro momento:

- Uma parte significativa dessas novas taxas deve ser assignada de forma direta a repovoamentos, fiscalização e requalificação dos cursos e massas de água. Isto permite aos pescadores e entidades gestoras de caça terem a noção de que não se trata apenas de um novo imposto, mas sim da aplicação de um princípio de utilizador pagador.
- De modo a evitar uma fixação de valores errados para estas novas taxas e licenças é importante que as mesmas sejam definidas e ajustada periodicamente com base em parecer do conselho intermunicipal, onde os interesses dos pescadores e das entidades gestoras de zonas de pesca devem ser ouvidos e salvaguardados.

12.2 Medidas de sustentabilidade e fomento

12.2.1 Levantamento exaustivo do atual estado dos recursos hídricos/piscícolas na CIM

Atendendo ao forte alheamento das entidades públicas (municípios e entidades centrais) mantido durante várias décadas relativamente a estes recursos endógenos, está na altura de inverter este estado de coisas e definir uma nova estratégia para o território da CIM. Não se pode pedir a uma CIM ou aos municípios para gerirem ou ajudarem a gerir aquilo que não conhecem, e portanto, o ponto de partida básico para qualquer intervenção a realizar nesta área terá que ser a realização de um estudo detalhado a nível intermunicipal que assente num levantamento técnico bastante apurado e rigoroso das atuais condições em termos de recursos hídricos e piscícolas. Isto será um trabalho de grande valia e que necessita de horizonte temporal alargado, indo muito mais além do âmbito da nossa abordagem atual que é essencialmente genérica e não dispôs do tempo, nem dos dados, nem da qualidade de informação qualitativa desejada para conseguir alcançar o nível de pormenor que se exige.

Assim, e depois de muito procurar, conclui-se que neste momento, não há nenhuma ferramenta atualizada disponível a este nível e o ICNF detém muito pouco conhecimento estruturado nesta área, aliás como foi possível observar através dos dados que nos foram enviados. O pouco conhecimento que existe é muito insuficiente, inexato e está disperso por várias entidades centrais, não tendo havido nenhum interesse específico em processar os dados em bruto que existem e torná-los públicos.

De modo a suprir esta falha significativa, tem mesmo que se ir diretamente ao território recolher informação e convém adotar uma perspetiva holística que procure, em parceria com as entidades centrais, criar uma fotografia pormenorizada do território e do seu potencial. Para tal, deve-se criar uma equipa multidisciplinar que tenha capacidade, não só para realizar levantamentos mais de carácter biológico e hidráulico, que são absolutamente indispensáveis neste momento, mas que também tenha o discernimento para compreender as dinâmicas económicas e sociais que são geradas pelo aproveitamento desses recursos. É importante que se perceba como é que estes recursos contribuem para a qualidade de vida das populações e quais as externalidades provocadas, ou que podem vir a ser provocadas, pelos mesmos em termos de economia, sociedade, história e cultura.

12.2.2 Estratégia de repovoamentos piscícolas

Neste ponto em concreto, há que delinear uma estratégia de médio e longo prazo para os repovoamentos a realizar no território da CIM, procurando que as intervenções sejam monitorizadas em termos dos seus efeitos práticos sobre os recursos piscícolas. Aqui convém evitar a massificação do repovoamento como solução que visa apenas manter uma população de

pescadores satisfeita durante um curto espaço de tempo. Muitas vezes, esta opção acaba por ser errada, já que potencia a introdução de doenças e leva à perda de património genético, podendo eventualmente descambar em reduções significativas das densidades de peixe nos cursos de água que são alvo de repovoamentos constantes.

O que importa é tentar restaurar os equilíbrios em termos de ecossistema nos cursos e massas de água que registam situações anormais, devendo o repovoamento ser uma das técnicas a utilizar em conjunto com outro tipo de intervenções. Interessa também diversificar as espécies que são objeto de repovoamento, deixando de lado a predominância total da truta e procurando introduzir também algumas espécies indígenas em regressão, como por exemplo; a boga e o escaló, ou espécies migratórias (incluídas num plano mais alargado), como: lampreia, sável e savelha.

Ao nível da truta, a aposta tem que ser focalizada na salvaguarda do património genético das trutas indígenas presentes nos diferentes cursos de água da CIM. Para tal, há que alterar o atual modelo de repovoamentos assentes em exemplares híbridos e substituí-lo por um modelo baseado em bacias hidrográficas a nível micro. A implementação deste novo modelo implicará, provavelmente, investimento e alargamento do posto do Torno ou a criação de outras infraestruturas de apoio.

12.2.3 Programa de reintrodução da lampreia, sável e savelha na CIM

Apesar de estas espécies (lampreia, sável e savelha) terem desaparecido do território da CIM, acreditamos que atualmente existe a tecnologia e o conhecimento científico para pensar em voltar a trazer brevemente estes exemplares às bacias do Sousa, Paiva e Tâmega. Consideramos esta linha de ação uma prioridade, especialmente devido ao elevado valor gastronómico e turístico destas espécies, mas também devido à sua importância em termos naturais, económicos e históricos para esta região. Apesar de ainda se ter conseguido manter alguma dinâmica gastronómica à volta da lampreia, mesmo após o seu desaparecimento da CIM, há razões para acreditar que a sua exploração e riqueza está muito abaixo do potencial de há alguns anos atrás. A falta de exemplares nos cursos de água e a inexistência de toda uma cultura e economia à volta desta espécie vão corroendo lentamente os pilares daquilo que era um produto regional de grande valia que poderia hoje em dia estar certificado com selo de qualidade e ser um forte símbolo da região.

Os exemplos de recuperação de espécies migratórias nos rios poluídos pela industrialização e pelas forte utilizações do carvão em Inglaterra (Environment Agency UK, 2015) são extraordinárias histórias de sucesso que indiciam a possibilidade de ainda não se ter atingido o ponto de não retorno na recuperação destas espécies. Uma estratégia válida só pode ser implementada, desde que várias entidades se consigam entender para conseguir revitalizar habitats que têm estado negligenciados durante vários anos. Mais importante do que o montante de investimento, que não será muito elevado, sobretudo no caso do Sousa, é a capacidade de articular interesses e procurar consensos.

No nosso entender, para alterar esta situação, é necessário desenvolver um plano de ação integrado que se apoie nas seguintes vertentes:

- Estudo sobre os obstáculos e principais impedimentos à desova destas espécies no território da CIM.
- Apoiar e promover parcerias com universidades de modo a fomentar a investigação científica destas espécies com vista à criação de viveiros e zonas de desova artificial direcionadas para o repovoamento.
- Eliminação de todos os obstáculos existentes à subida das espécies migradoras:
 - Realização de protocolo com a EDP para:
 - Construção de escada de peixe no Torrão com condições para permitir a subida da lampreia.
 - Melhoria ou construção de escadas de peixe alternativas no Carrapatelo e em Crestuma-Lever que permitam a subida da lampreia.
- Monitorização em contínuo do funcionamento das escadas de peixe construídas.
- Redução significativa da poluição nos rios Douro, Tâmega, Paiva e Sousa.
- Revitalização das zonas de desova tradicionais das espécies migratórias.
- Controlo apertado do furtivismo em troços específicos.
- Promoção do valor gastronómico e turístico da lampreia e sável.

No global, parece-nos que a recuperação destas espécies é claramente mais fácil de ser realizada no rio Sousa. As intervenções a realizar não serão muito avultadas e com algum esforço é possível conseguir alcançar resultados positivos em 3 a 5 anos. Quanto ao Tâmega e Paiva, a solução é mais complicada e passa por uma solução definitiva para o problema de Crestuma-Lever que ainda deve implicar um investimento científico substancial em termos de tempo e dinheiro. Nesta situação em concreto, e atendendo à vertente cada vez mais ambientalista da EDP, penso que haverá abertura para esta empresa investir nesta iniciativa de forma significativa, no entanto, o despoletar desta situação tem que partir de outras entidades interessadas, de forma individual ou em consórcio. No entanto, mesmo neste caso, achamos que não há impossíveis e que em 10 ou 12 anos é possível ter estas espécies de volta a estes cursos de água de forma consistente.

12.2.4 Combate à poluição dos cursos e massas de água

De todas as ameaças aos recursos piscícolas, a poluição é claramente a mais grave, porque produz alterações estruturais de médio e longo prazo na maioria dos casos. O panorama nacional em termos de poluição tem sido um de muito falar e pouco fazer, já que se continuam a viver situações

muito complicadas de focos de poluição estruturais responsáveis pela contínua diminuição significativa de recursos piscícolas, nomeadamente indígenas, por todo o território.

Com este enquadramento genérico, a situação na CIM não é muito melhor e, como tal, no âmbito deste estudo foram detetadas várias situações anómalas no território que importa corrigir o quanto antes. As principais vertentes a ativar devem ser as seguintes:

- Sensibilização da população ribeirinha para os problemas da poluição e para o despejo de lixo doméstico nos cursos e massas de água.
- Controlo contínuo e mais apertado da qualidade da água junto de focos de poluição
- Monitorização do funcionamento das pedreiras
- Monitorização das descargas realizadas por vacarias ou outras explorações agrícolas e industriais
- Monitorização do funcionamento das ETAR's com a proposta de reconversão e fecho das mais antigas ou das que apresentam maiores problemas.
- Controlo mais apertado do nível de eutrofização das albufeiras, procurando encontrar estratégias para aumentar a oxigenação da água
- Avaliação do nível de utilização de herbicidas no território da CIM
- Aumentar a cobertura do saneamento
- Realização de protocolos de controlo da poluição com outras CIM ou mesmo internacionais para resolver focos do Paiva, Douro e Tâmega.

No global, a principal linha de ação passa pelo controlo contínuo e mais apertado da qualidade da água juntamente com a identificação e eliminação imediata dos principais focos. A fiscalização é um dos vetores mais cruciais a este nível e deve ser acionado de forma a funcionar com a eficiência exigida, já que nos parece que tem havido alguma tolerância em demasia para certos casos.

12.3 Infraestruturas

12.3.1 Pistas de pesca

Atendendo à grande vertente competitiva das associações de pescadores da CIM e aos resultados que os seus atletas têm alcançado a nível regional, nacional e internacional, importa colmatar rapidamente a questão da falta de pistas de pesca. Com Formão e Cavez a serem opções com vida curta, pelo menos no seu formato atual, devido à construção de barragens no Tâmega, convém rapidamente pensar na construção de infraestruturas a este nível que permitam simultaneamente diminuir os custos de transporte para a maioria das coletividades, assegurar equidade entre territórios da CIM, desenvolver o turismo e comércio local, melhorar a performance dos atletas locais e potenciar ainda mais a pesca desportiva na CIM. Nesta última vertente, poderá ser relevante introduzir uma vertente de formação de novos talentos, através da criação de infraestruturas de apoio à instalação de escolas de pesca que possam facilitar o trabalho de captação e formação de novos pescadores.

Todos os investimentos a realizar ao nível da construção de pistas de pesca devem ser precedidos por um estudo científico prévio que realize um levantamento dos locais com maior potencial, obedecendo a critérios ambientais, hídricos, económicos, turísticos, culturais, etc. Para tal, julga-se relevante a formação de uma equipa multidisciplinar, onde as associações e clubes de pescadores e a ARNPD também tenham um papel ativo e determinante, pois são os principais interessados.

A nível global e de modo a suprir as necessidades atuais, julga-se relevante a realização de três investimentos e de uma tentativa de alteração legislativa de um plano de ordenamento:

- Uma construção de uma pista internacional de referência que possa albergar os campeonatos mundiais e funcionar como pólo de atracção turística, tendo como base a pesca desportiva de competição. Neste momento, e segundo a ARNPD, apenas existem duas pistas nacionais com capacidade efetiva de albergar competições internacionais e elas estão localizadas em Coimbra e Cabeção, deixando assim a zona norte completamente desfalcada a este nível. Isto significa que há claramente aqui uma oportunidade para trabalhar, apesar de haver também a consciência de que o relevo dos cursos e massas de água do norte do país não é o mais favorável a este tipo de infraestruturas, devido a margens bastante inclinadas e profundidades elevadas. De qualquer forma, e de modo a potenciar as sinergias associadas a este investimento, era importante que os seguintes critérios fossem considerados na escolha do local:
 - Proximidade a centro urbano com alguma dimensão – para aumentar visibilidade dos eventos nas vertentes espetáculo e pedagógica
 - Escolha de troço de rio com capacidade para albergar uma boa densidade de ciprinídeos (com ou sem alteração de margens/açudes)
 - Capacidade para 200 pesqueiros em contínuo (mínimo exigível de 160, de acordo com a ARNPD)
 - Largura mínima de 20 metros (ARNPD)
 - Nível máximo de profundidade: 2,5 a 4 metros (ARNPD)
 - Escolha de troço de rio com nível reduzido de poluição
 - Constituição de zona de pesca lúdica de suporte
 - Proibição da prática de pesca com morte no local
 - Zona fiscalizada por várias autoridades
 - Infraestrutura de apoio à criação de escola de pesca nas proximidades com vista à formação de novos talentos
 - Proximidade a estruturas de hotelaria e restauração
 - Proximidade a parque de estacionamento com uma dimensão razoável
 - Proximidade a ecovia ou percurso pedestre
 - Afastamento de zona de piqueniques ou praia fluvial
- Construção de duas pistas de pesca de cariz regional ou nacional, localizadas uma acima e outra abaixo do Douro, de modo a garantir equidade entre municípios no acesso (custo de transporte) a este tipo de infraestruturas. Estas pistas seriam essencialmente utilizadas como locais de treino dos atletas e formação de novos talentos. Devem ter, de qualquer forma, as condições necessárias para realizar campeonatos nacionais, ou pelos menos

regionais, sabendo que para os nacionais se exige um número mínimo de 100 pesqueiros (ARNPD). Não pensamos que se justifiquem investimentos de grande monta a este nível e devem-se procurar locais que pelas suas características naturais e físicas não necessitem de grandes alterações ou infraestruturas. Quanto a critérios de seleção de local, convinha respeitar algumas das vertentes já enunciadas acima para a pista de pesca internacional, no entanto, as vertentes centro urbano, hotelaria, restauração e estacionamento podem ser reduzidas para níveis mais consentâneos com a dimensão da infraestrutura, que poderá avançar para zonas mais remotas, onde se privilegiem a paisagem e o ambiente natural.

As atuais propostas que existem no município do Marco de Canaveses e Lousada para a construção de pistas de pesca podem ser alternativas com alguma capacidade para suprir as necessidades pontuais para treinos ou pequenos concursos amadores acima do Douro. No entanto, e atendendo à reduzida largura dos troços de rio em questão, não nos parece que as condições hídricas dos locais em causa sejam as suficientes para justificar a realização de concursos nacionais ou regionais. Uma opção bastante válida para suprir necessidades a este nível acima do Douro, seria a zona da Pala. Penso que a este nível fará sentido exercer pressão junto das entidades centrais no sentido de se proceder à revisão do POARC, procurando libertar a zona da Pala para a realização de convívios e competições de pesca desportiva. Sendo uma zona com excelentes condições naturais que permite até 180 pesqueiros, com 100 deles em contínuo, seria o local ideal para resolver a questão da construção de uma pista de pesca nacional com um investimento mínimo. Algum investimento terá que ser sempre realizado, porque esta zona tem estado abandonada, do ponto de vista de competição, e seria sempre necessário realizar algumas infraestruturas para melhorar acessos, locais de estacionamento e margens. Atendendo à baixa incidência da motonáutica e ao quase nulo nível intrusão da pesca de competição sobre a massa de água, não se compreende como é que estas duas atividades não conseguem subsistir em harmonia neste espaço específico.

12.3.2 Revitalização, reconstrução e monitorização de açudes

Inicialmente construídos para assistir na rega dos campos ou permitir o funcionamento dos moinhos, os açudes tornaram-se rapidamente numas das principais estruturas a condicionar o caudal dos cursos de água nacionais. Apesar de serem estruturas artificiais que podem limitar a migração de recursos piscícolas para as zonas de desova, não deixam de ter grande valia pela concentração de água que permitem, sobretudo em cursos de água de menor dimensão. Estes cursos de água muitas vezes conseguem manter uma população saudável de recursos piscícolas mesmo durante o Verão, devido unicamente à presença de açudes. Adicionalmente, algumas pistas de pesca só conseguem funcionar corretamente com a construção e manutenção periódica de açudes, como por exemplo, o caso de Cavez. Assim, podem ser obtidos os seguintes benefícios com a presença dos açudes:

- Criação de espelhos de água consideráveis que permitem albergar uma maior densidade de peixes e grandes exemplares reprodutores de algumas espécies (ex.: trutas)
- Manutenção de água em quantidade suficiente para manter recursos piscícolas durante o Verão.
- Apoio no esforço de combate a incêndios, especialmente em zonas de montanha de difícil acesso
- Contenção na lixiviação de nutrientes e transporte de areias
- Facilitação no atravessamento do curso de água

Dentro deste enquadramento, importa ter uma política ativa de monitorização e preservação dos açudes existentes nos cursos de água da CIM. Estas construções estão sujeitas ao desgaste por ação dos elementos naturais, nomeadamente das enxurradas, e como tal têm um tempo de vida relativamente limitado. Como tal, importa acautelar que se mantêm em condições razoáveis de funcionamento. De acordo com informações recolhidas, são muito poucas as intervenções realizadas a este nível dentro do território da CIM e neste momento, existem vários açudes que já desapareceram ou que estão em risco de desaparecer nos próximos anos.

Para conseguir preservar os açudes, convém adotar uma estratégia a dois tempos. Numa primeira fase, deve-se começar por realizar um levantamento exaustivo da presença e condições de funcionamento destas estruturas, procurando perceber até que ponto estão em bom estado e funcionam como barreira à migração de recursos piscícolas. Mal esse diagnóstico esteja completo, convém então passar à segunda fase (intervenção), procurando simultaneamente potenciar os seus efeitos positivos e diminuir os negativos. Assim, importa reduzir ou mesmo eliminar o obstáculo que criam à migração dos peixes, através da instalação de escadas de peixes eficientes nos açudes com muros mais elevados, enquanto se procura recuperar e manter a sua capacidade de retenção de água.

12.3.3 Escadas de peixe e caudais mínimos

Atendendo a relatos de inexistência ou de mau funcionamento de escadas de peixe, importa realizar um diagnóstico bastante preciso sobre o atual estado da CIM a este nível. A eliminação das espécies migratórias que abasteciam uma grande parte dos restaurantes da região e a drástica redução de trutas, escalos e bogas em determinados troços podem estar ligadas à existência de obstáculos artificiais que não permitem acesso às melhores zonas de desova. Interessa perceber o que ainda pode ser feito em termos de barragens e mini-hídricas para tentar inverter esta situação, ou pelo menos minorar os seus efeitos.

Também ligada à problemática das barragens e mini-hídricas, surge a questão dos caudais ecológicos mínimos durante o Verão. Importa também realizar um diagnóstico bastante preciso sobre estas estruturas para averiguar se estão a respeitar a lei e verificar quais os impactos das políticas adotadas sobre a qualidade da água nos troços imediatamente a jusante. Uma parte do fenómeno de eutrofização em alguns cursos ou massas de água pode ter como base problemas com caudais mínimos durante o Verão.

12.4 Associativismo e ações de fomento

12.4.1 Apoios financeiros municipais

Considerando a grande diversidade de modelos de financiamento municipais existentes, poderá ser relevante pensar na criação de um modelo único uniformizado que responda de forma idêntica às solicitações das associações e clubes localizados em qualquer município da CIM. Este modelo deve ser transparente e deve conter um intervalo amplo de apoio em termos monetários que permita distinguir e valorizar as associações com uma maior capacidade para se afirmarem fora e dentro da CIM, quer a nível de competição, quer a nível de intervenção sobre o território. Convém que se elimine a vertente apoio associativo genérico, que nos parece ser completamente obsoleta do ponto de vista de incentivo a se fazer mais e melhor, e que se privilegiem as seguintes vertentes na seleção dos critérios para atribuição de apoios:

- Existência de Planos de Atividades e Orçamento e Relatórios de Atividades e Contas, aprovadas anualmente pelas respetivas Assembleias Gerais
- Quantidade e qualidade de troféus obtidos no ano
- Número de atletas federados
- Número de participações em eventos regionais, nacionais e internacionais, com valorização superior para aqueles que oferecem maior visibilidade ao município
- Gestão e valorização de zonas de pesca lúdica localizadas dentro da CIM
- Ações de requalificação de troços de cursos de água ou massas de água dentro da CIM
- Ações de valorização turística da pesca desportiva no território da CIM.
- Organização de eventos com uma dimensão e abrangência significativa
- Auxílio no combate a incêndios
- Formação de novas gerações em termos de pesca desportiva de competição
- Realização de protocolos com instituições de ensino para fomentar a divulgação de conhecimento sobre recursos piscícolas e a pesca desportiva junto dos alunos.

Ao serem representantes da CIM em eventos nacionais e internacionais ou ao terem uma ação relevante sobre a valorização dos recursos endógenos, o apoio, quer na forma financeira pura ou através do empréstimo de veículos municipais para deslocações ou obras e limpezas de margens, poderá ser uma forma de valorizar ainda mais a imagem deste território e portanto justifica que esse apoio exista, aliás como tem sido reconhecido, e bem, por um grande maioria de municípios. Agora, por uma questão de justiça e equidade, também nos parece razoável pensar num novo paradigma igual para todos os municípios que permita de certa forma uniformizar esses apoios em função do cumprimento de um determinado número de critérios objetivos, evitando que existam fortes disparidades e discriminações a este nível no seio da CIM. Aliás, a este nível, tem sido patente algum descontentamento das associações, levando-as muitas vezes a trabalhar muito abaixo do seu potencial, mesmo quando têm valias significativas ou pretendem fazer mais.

A definição efetiva da política a seguir a este nível pode ser realizada pelo Conselho Piscícola Intermunicipal, ficando a execução a cargos dos municípios.

12.4.2 Mobilização de apoios financeiros existentes

Aquilo que verificamos, é que neste momento a grande maioria das entidades ligadas de alguma forma à gestão dos recursos piscícolas na região da CIM não conhece os mecanismos de apoio financeiro existentes, nem sabe como os podem utilizar. Muito desse desconhecimento deve-se à falta de habilitações e de formação, mas também, e sobretudo à falta de comunicação. De facto, quando em diálogo com alguns representantes de entidades gestoras de zonas de pesca lúdica no território, constatamos que nenhuma conhecia a portaria de 2016 que define o quadro de apoios a conceder a este sector no âmbito do Portugal 2020. Isto é o primeiro sinal de uma situação crítica que pode conduzir posteriormente ao não aproveitamento destes fundos para promover o desenvolvimento do território e nomeadamente da área dos recursos piscícolas.

Adicionalmente, também ficou patente a pouca ou quase nenhuma ligação dos grupos de ação local às problemáticas e entidades gestoras deste sector. Sendo os grupos de ação local responsáveis pela gestão de apoios financeiros específicos, muitos deles ligados à valorização de recursos endógenos em espaço natural, verifica-se que a não existência de ligação é claramente um mecanismo de exclusão no acesso a esses fundos.

A este nível, acreditamos que é essencialmente importante trabalhar três vertentes:

- A criação de um mecanismo de comunicação eficiente de linhas de financiamento e concursos às entidades gestoras do sector.
- A promoção de uma maior ligação dos grupos de ação local às entidades gestoras do sector
- A criação de gabinetes de apoio à criação e acompanhamento de candidaturas para financiamento, pois o atual processo é bastante burocrático e técnico, exigindo conhecimento especializado que está fora do alcance das entidades gestoras, sobretudo se olharmos ao grau de habilitações e formação dos seus dirigentes.

12.4.3 Rota gastronómica do peixe do rio

Aproveitando a mais valia de alguns municípios a este nível, fará sentido talvez pensar na criação de uma rota gastronómica que valorize esta iguaria e proceda à sua promoção junto dos roteiros turísticos tradicionais. Esta rota deve ter em conta a oferta existente e deve também tentar potenciar uma nova abordagem ao peixe do rio como comida gourmet, tornando-a mais apetecível a um público cosmopolita e com uma abordagem. Para se conseguir esse objetivo, deve-se tentar fomentar a realização de showcookings e eventos especiais no território da CIM que utilizem receitas inovadoras preparadas por chefes com reputação internacional (estrelas michelin).

Adicionalmente, convém também aproveitar melhor os eventos que já existem ao nível da promoção do peixe do rio, de modo a tentar-lhes dar uma maior notoriedade. Muitos destes eventos têm apenas uma dimensão local ou muito focalizada na vertente gastronómica, podendo beneficiar significativamente de um alargamento da sua abrangência para outras áreas e de uma

maior publicitação e promoção externa. A este nível, as autarquias podem desempenhar um papel bastante relevante.

12.4.4 Proposta turística

Atendendo ao facto de não existir neste momento qualquer tentativa palpável para dinamizar a vertente turística associada à pesca desportiva, penso que pode haver um enorme potencial para o seu desenvolvimento, sobretudo na vertente da pesca desportiva das trutas, que é claramente o segmento mais valorizado a este nível. A CIM possui uma enorme riqueza em termos de águas truteiras e a sua utilização por turistas ocasionais e estrangeiros é praticamente nula. Isto numa zona que abarca o Douro e onde passam diariamente centenas ou mesmo milhares de turistas internacionais à procura de turismo de natureza. Já para não falar na relativa proximidade a Espanha (aproximadamente 1 hora de carro de Amarante a Verin para percorrer cerca de 130 km), que pode potenciar um aproveitamento estruturado deste mercado que tem demonstrado alguma vivacidade na procura de recursos piscícolas em território nacional nos últimos anos. A falta de divulgação de oferta e o desconhecimento relativamente à realidade nacional são claramente os principais problemas a afetar este segmento, já que nenhuma das concessões de pesca tem website ou faz divulgação da sua oferta em língua estrangeira ou junto de promotores turísticos.

Assim, importa alterar rapidamente este estado de coisas e redirecionar uma grande parte da atual gestão da pesca desportiva em águas interiores para a exploração turística. Isto obriga certamente a uma mudança de mentalidades de quem tem gerido esta atividade numa base local, mas trará certamente dividendos importantes do ponto de vista da valorização desta atividade no território. Para tal, convém definir uma estratégia ao nível da território da CIM que procure divulgar a sua oferta e colocar a opção pesca à truta dentro dos pacotes turísticos das empresas de maior nomeada em termos do turismo do Douro e também junto do mercado Espanhol. No entanto, essa oferta não deve procurar centralizar-se unicamente no ato de pescar como uma atividade isolada e deve sobretudo oferecer uma solução de experiência global ao turista na qual a pesca é apenas a cereja no topo do bolo de um dia, um fim de semana ou uma semana bem passada. Neste sentido, importa incluir outros elementos que complementem a pesca e sejam capazes de alargar uma maior valorização da oferta, como: paisagem, percursos pedestres, monumentos, hotéis, alojamentos em espaço rural, roteiros gastronómicos, visitas ao posto do Torno, showcooking, etc.

O aproveitamento dos sítios incluídos em rede natura dentro da CIM pode ser uma grande mais valia para dinamizar este tipo de pacotes, procurando dar-lhe o carimbo efetivo de turismo de natureza em paisagens protegidas.

De modo a que a oferta turística, seja efetiva e consiga trazer resultados positivos significativos, é importante que exista um estudo com base científica para a construção dos pacotes turísticos. Este estudo deve, não só identificar focos de atração e infraestruturas de apoio, mas também procurar sinergias entre estes elementos, de modo a construir pacotes bem dimensionados e que sejam virados para perfis de turistas internacionais. São vários os atributos e dimensões a trabalhar para conseguir este objetivo e nem todos são de fácil mensuração e análise, obrigando a abordagens

estruturadas com diferentes bases disciplinares. Para além disso, também importa considerar as dificuldades inerentes à necessidade de compatibilizar os diferentes interesses dos agentes presentes no território que têm controlo direto sobre algumas das dimensões mais relevantes, num processo que muitas vezes obriga a um conhecimento bastante detalhado e a uma negociação prolongada. Isto, especialmente, quando muitos desses recursos têm vindo a ser geridos de forma muito fechada e apenas para consumo próprio ou local.

12.4.5 Processamento, tratamento e divulgação de informação

Atendendo ao grande desconhecimento sobre esta área das várias entidades presentes no território, convém delinear a criação de um sistema de informação específico que permita o rápido acesso a todo o conhecimento existente ou gerado no território da CIM. Depois de uma análise exaustiva sobre os sistemas de comunicação existentes a este nível, denota-se que na maioria dos casos são muito deficitários ao nível de quantidade e qualidade de dados, não são compatíveis em termos de formato e não realizam uma partilha eficaz de informação. Cada entidade domina o seu pequeno mundo em termos de informação e a partilha é muito ocasional e só é despoletada se houver uma solicitação ocasional. Não há qualquer repositório comum de informação, nem nenhuma obrigatoriedade de partilha, sendo muitas vezes bastante difícil compatibilizar os formatos dos dados. Desde informação produzida pelo ICNF que não é do conhecimento municipal passando por informação de zonas de pesca lúdicas que não está ao dispôr dos turistas, é notória a falta de capacidade para trabalhar a informação e colocá-la ao serviço da promoção, valorização e desenvolvimento destes recursos.

81

Neste contexto, impõe-se a necessidade de alterar este estado de coisas e criar uma plataforma eletrónica que incorpore toda a informação que existe sobre estes recursos e que seja relevante para o território da CIM. Essa plataforma deve ser estruturada com base em tópicos que sejam considerados estratégicos e deve ser alimentada de forma regular e obrigatória pelas entidades que têm responsabilidades neste sector. Simultaneamente, esta plataforma deve ter, não só uma vertente institucional, de apoio à decisão, mas também promocional, procurando colocar e publicitar informação online que potencie a procura externa destes recursos e dinamize a sua valorização turística. Neste momento, a procura turística a este nível é quase incipiente, porque o turista não sabe que há oferta e quando sabe que há, não sabe como aceder à mesma. A simples oferta de prestação de informação detalhada em inglês pode ser muitas vezes mais que suficiente para criar a confiança necessária ao turista para usufruir de um serviço que é complexo do ponto de vista legal.

12.4.6 Concessões de trutas “troféu”

De modo a valorizar o potencial turístico da truta nesta região, fará sentido criar duas ou três concessões de pesca em troços a seleccionar, se calhar no Tâmega, Sousa e Paiva que tenham como principal objetivo a pesca de grandes exemplares de truta. Para tal, deveriam ser selecionados

troços de rio com a profundidade, açudes e a densidade de ciprinídeos necessária para permitir a sobrevivência e a fixação deste tipo de exemplares. A seleção dos locais deverá ser objeto de estudo científico para evitar problemas com desequilíbrios populacionais de fauna piscícolas, poluição, fuga das trutas introduzidas para zonas a jusante, furtivismo, etc.

Estas concessões teriam que ser comercializadas como uma opção premium destinada a pescadores que gostam de pescar troféus e portanto isso deveria se refletir em licenças especiais com preço mais elevado do que as normais. Estas explorações deveriam funcionar essencialmente sem morte, sendo permitida excepcionalmente a retenção (morte), mas só para exemplares com tamanho acima dos 55 centímetros. Todas as trutas deveriam ser abastecidas pelos novos tanques de desmame de exemplares de grande tamanho a ser desenvolvidos no posto aquícola do Torno.

As sessões de pesca neste local deveriam ter a opção de serem monitorizadas por guia de pesca, para além da fiscalização obrigatória, e deveriam ser incluídas na oferta turística da região, a nível nacional e internacional. A publicitação da pesca nestes locais deveria ser realizada em moldes semelhantes aquilo que é feito em países como a Nova Zelândia ou a Argentina (Patagónia), no que diz respeito à pesca de grandes salmonídeos.

12.4.7 Certificação de qualidade das zonas de pesca lúdica

Atendendo ao baixo nível de ordenamento dos recursos piscícolas no território da CIM, esta não é para já uma questão muito premente, no entanto, há medida que a percentagem de ordenamento aumentar, convém ponderar seriamente este aspeto. Efetivamente, muitas das zonas de pesca lúdica que existem em território nacional funcionam apenas como pequenas “coutadas” entregues a um grupo de pescadores locais que utilizam um pequeno troço de rio para exploração própria. Com um baixo nível de habilitação e formação na gestão de recursos piscícolas, muitas das entidades gestoras destas zonas focalizam-se em satisfazer apenas as necessidades de curto prazo dos pescadores, realizando repovoamentos excessivos e não tendo qualquer preocupação com a necessidade de promover equilíbrios no ecossistema fluvial, preservar a linhagem genética das espécies indígenas ou valorizar e promover externamente os recursos hídricos. Como culminar desta situação, o que certas vezes acaba por acontecer é que nalguns troços de rio concessionados, a densidade de peixe é inferior à que se encontra em águas livres, mais a jusante ou a montante.

Perante esta situação, impõe-se a necessidade de controlar a qualidade das zonas de pesca lúdica de forma anual para assegurar que a mesma é criadora e não destruidora de valor. Para tal, a manutenção anual de uma zona de pesca deve ficar condicionada a um parecer positivo de uma entidade supramunicipal (em moldes a definir) no território da CIM, que pondere, entre outros, os seguintes fatores:

- Qualidade ambiental do troço de rio
- Densidade de espécies piscícolas
- Sincronização e complementaridade com outras atividades em espaço rural ou florestal
- Vigilância e fiscalização

- Valorização turística
- Limpeza de margens
- Manutenção de açudes

Para além de parte administrativa propriamente dita, esta entidade deverá ter obrigatoriamente uma componente técnica para conseguir verificar efetivamente no terreno o cumprimento dos objetivos estabelecidos para as zonas de pesca lúdica. A sua função, deverá, no entanto, ser não apenas direcionada para a fiscalização, mas também para a vertente pedagógica, com foco nas vertentes formação e prevenção.

Quanto ao financiamento desta entidade, o mesmo poderá ser realizado através do pagamento de uma taxa pelas zonas de pesca lúdica por cada parecer anual ou então através de um fundo intermunicipal a constituir, onde intervenham várias entidades públicas e privadas com ligações diretas e indiretas a esta atividade.

12.5 Projetos âncora

12.5.1 Formação ao nível da gestão

O baixo nível de habilitações e a falta de formação das entidades gestoras dos clubes e associações de pesca são claramente problemas relevantes do ponto de vista da capacidade de promover a gestão dos recursos hídricos no território da CIM. Aliás, muitas delas não avançam para um ação direta ao nível do ordenamento do território, por falta de competências e de meios. Simultaneamente, também se denota uma falta de conhecimento e formação específica das entidades municipais sobre esta atividade. Estas duas situações são falhas graves que se traduzem num alheamento da gestão destes recursos, como se pode ver através da reduzida percentagem de ordenamento do território.

Neste cenário, há que definir um plano de formação que tenha capacidade para criar competências técnicas sólidas juntos dos principais envolvidos na gestão dos recursos piscícolas. A formação a idealizar deve ser estruturada por uma equipa científica com várias valências e que se foque, não unicamente em técnicas específicas ligadas à própria gestão dos recursos piscícolas, mas que também promova uma abertura de horizontes a níveis mais alargados e respeitantes às sinergias positivas que podem ser criadas pelas espécies e pela sua exploração sobre o território, Assim, convém explorar aspetos ligados à vertentes ambiental, vertente turística, vertente cultural, etc., procurando tentar demonstrar as diferentes possibilidades que existem de promover parcerias a estes níveis e que simultaneamente valorizam ainda mais o sector. A utilização de case-studies de sucesso e de exemplos bem conseguidos de boas práticas parecem-nos fundamentais para motivar a aprendizagem nestas matérias em concreto.

Assim, e em termos mais detalhados, julga-se relevante a necessidade de avançar com um plano de formação intermunicipal que incida sobre as seguintes vertentes, entre outras:

- Conhecimento sobre os recursos hídricos do território
- Conhecimento sobre os recursos piscícolas do território
- Controlo da qualidade da água
- Gestão de ecossistemas fluviais
- Boas práticas na gestão de populações piscícolas
- Literacia financeira específica
- Sensibilização para estratégias de sustentabilidade ambiental e proteção da biodiversidade
- Produção de informação relevante
- Promoção de oferta turística
- Linhas de financiamento e preparação de propostas para concursos
- Case-studies de sucesso em habitats e condições similares
- Oportunidades para valorização cultural e social da oferta existente

12.5.2 Captação e formação de novos talentos

Apesar da pesca desportiva de competição ser uma atividade desportiva de relevo no território da CIM, não dispõe atualmente da visibilidade e reconhecimento social para ser devidamente valorizada. A grande maioria das atuais associações e clubes de pesca está muito fechada sobre si mesma e tem tido uma postura de olhar unicamente para as suas necessidades e procedimentos internos, sem procurar ter um impacto mais abrangente na comunidade local. Daquilo que nos foi reportado, existem casos de algumas associações de pesca que procuram efetivamente ter uma vertente mais pedagógica e virada para a captação de novos talentos, tentando inovar com os poucos recursos de que dispõem. No entanto, a grande maioria das associações de pesca não partilham desta filosofia e restringem a maioria dos seus contactos com entidades externas, à discussão de questões técnicas e legais que afetam a sua atividade ou então à solicitação de apoios financeiros. Neste último nível, as solicitações são sobretudo dirigidas para os municípios, procurando apoios financeiros para iniciativas pontuais de interesse muito específico e que geram pouco dinamismo local. No global, não detetamos qualquer tipo de iniciativa devidamente estruturada e protocolada que procure aumentar a visibilidade local deste desporto, nomeadamente através da sua divulgação social ou da captação e formação de novos talentos.

Atendendo às virtuosidades e benefícios da pesca desportiva de competição para a formação da personalidade das gerações mais novas, nomeadamente ao nível do contacto com a natureza, defesa do ambiente e conhecimento da fauna piscícola, penso que faria todo o sentido começar a trabalhar na criação de um protocolo que procure abrir o trabalho das associações e clubes de pescadores à sociedade civil. Assim, deve-se pensar na possibilidade de criação de escolas de pesca, em regime contínuo ou regime de ocupação de tempo livre durante as férias escolares oficiais, que façam uso de pistas de pesca locais (a criar) para encetar um processo de captação e formação de novos pescadores. Estas escolas devem funcionar com duas vertentes:

- Privada – em função da procura individual casuística de pais ou jovens interessados.
- Serviço público – dar oportunidade a todos os jovens de poderem conhecer os recursos hídricos e piscícolas do território, bem como a pesca desportiva.

A vertente serviço público é considerada relevante, porque a atual oferta desportiva do ensino público, ao nível básico e secundário, tem uma amplitude muito reduzida e limita a possibilidade das gerações futuras poderem muitas vezes realizarem escolhas apropriadas e otimizadas em termos do seu perfil desportivo. Como tal, são muitos os jovens que até podem ter potencial para abraçar esta atividade, mas não o fazem por falta de conhecimento, experiência e apoio. Nem todos têm capacidade para serem futebolistas ou basquetebolistas, mas o atual sistema de ensino não reconhece isso e continua a privilegiar e a insistir de forma cega neste tipo de desportos. Assim, e de acordo com a ARNPD, a esmagadora maioria dos novos talentos captados atualmente para esta atividade, são aqueles que têm familiares que também praticam pesca desportiva. Os restantes nunca chegam a conhecer as virtudes e benefícios desta atividade, e como tal não acham que seja uma opção válida para a sua vida desportiva, devido, sobretudo à falta de conhecimento.

Assim, a ideia base desta proposta é a de permitir a todos os alunos do básico e secundário a possibilidade de conhecerem os recursos piscícolas e hídricos do território, e de pescarem pelo menos uma vez na vida. Isto permitirá uma primeira identificação das novas gerações com o conhecimento e trabalho dos pescadores, podendo depois ser facultada uma experiência mais alargada para aqueles que efetivamente se identificam com esta atividade na vertente desportiva ou de competição. Penso que isto será um passo importante para melhorar a imagem social dos pescadores e tentar aumentar a capacidade de defesa e valorização dos recursos piscícolas endógenos.

Para cimentar uma dinâmica estruturada em termos de serviço público, deve existir um trabalho prévio de realização de protocolos entre associações de pescadores, escolas do ensino básico e secundário, e municípios, no sentido de criar uma oferta e depois divulgá-la junto dos potenciais interessados. De modo a assegurar uma postura pró-ativa por parte das associações de pescadores, convém que os apoios financeiros municipais anuais entregues a estas entidades assentem em grande medida no cumprimento de objetivos e critérios estabelecidos a nível desta vertente.

12.5.3 Posto do Torno

Atualmente, o posto aquícola do Torno apresenta vários obstáculos relevantes ao seu aproveitamento em pleno e há razões para crer que a instituição responsável por esta infraestrutura, ICNF, não tem capacidade para dar resposta às solicitações atuais e dinamizar devidamente as vertentes económicas, piscícola, turística, pedagógica e científica deste local. Assim, a nossa proposta vai no sentido de haver uma intervenção ao nível deste posto, que passa claramente por um investimento de requalificação de alguma dimensão e também por uma alteração do modelo de gestão. Para que esse investimento se justifique e possa ser rentabilizado, terá que haver uma mudança no modelo de gestão do posto aquícola que pode passar por uma entrega total da gestão do mesmo à CIM, ou pela criação de uma nova entidade ou então pela realização de uma parceria entre a CIM e o ICNF. Só com uma cultura de proximidade em que existe uma visão territorial alargada alicerçada num conhecimento local detalhado é que é possível

conseguir rentabilizar este tipo de infraestrutura da melhor forma, colocando-a ao serviço da valorização turística dos recursos piscícolas e da sustentabilidade natural do território.

As principais linhas de ação a tomar serão as seguintes:

- Restauração do património imobiliário do posto
- Renovação da equipa de trabalhadores
- Aumento da formação específica da equipa de trabalhadores
- Criação de um centro de interpretação para a truta e para o posto do Torno que alie a vertente piscícola com a dinâmica florestal mais alargada do Marão. Deverão privilegiar-se tecnologias multimédia que permitam ao visitante ir desvendando os diferentes ciclos de vida da truta ou a história do posto ou florestação do Marão através do uso do smartphone em locais específicos que possuam códigos QR ou outro tipo de tecnologia.
- Melhoria da sinalética.
- Divulgação e promoção externa do posto numa vertente turística.
- Inclusão do posto no roteiro turístico da região, de preferência em pacotes associados a experiências em ambiente natural.
- Introdução de equipamentos simples automatizados de apoio ao turismo/pequeno comércio que permitam rentabilizar as visitas turísticas.
- Criação de um mapeamento do património genético da truta no território da CIM com a correspondente gestão, reprodução e repovoamento por bacia hidrográfica a um nível micro.
- Início da produção de escalos e bogas que são espécies em regressão no território e que são uma parte importante da alimentação das trutas de tamanho médio a grande.
- Reduzir a produção de trutas arco-íris, de forma a libertar capacidade para uma maior produção de trutas comuns e para o começo da produção de escalos e bogas.
- Reforço de parcerias com instituições do ensino superior, de modo a potenciar a eficiência produtiva do posto e alargar a base de conhecimento sobre as espécies criadas.
- Criação de uma estrutura de apoio mais a jusante, não muito afastada do posto, que permita sobretudo preencher as seguintes funções:
 - Promover desmame e a adaptação a ambientes naturais de exemplares de truta de grandes dimensões.
 - Ter capacidade para realizar produção de trutas com base num mapeamento detalhado do património genético do território da CIM
 - Ter tanques para o crescimento de escalos e bogas que podem ir sendo simultaneamente utilizados na alimentação das trutas de grande dimensão.

12.5.4 Festival da Truta do Marão

De modo a dinamizar o posto aquícola do Torno e aproveitando a grande simbologia truteira dos rios que atravessam esta Serra, faz sentido pensar na criação de um festival que celebre a truta do Marão. Este festival deve ter como pontos de referência fundamentais as bacias do Olo e Ovelha, procurando durante um fim de semana, algures em Abril/Maio (quando o tempo já é mais

agradável) criar uma oferta variada que alie o turismo à pesca, em várias vertentes. Nesta proposta, a intervenção dos grupos de ação local que cobrem a zona do Marão pode fazer sentido com o intuito de dinamizar e financiar este evento que tem como objetivo principal a valorização turística de um recurso endógeno da região.

Apesar de já existir alguma concorrência a este nível noutros locais do país, achamos que a mesma não é relevante, pelo seu número ainda reduzido e por questões territoriais, temporais e de evolução de mercado. Num mercado que nos parece em franco crescimento para este tipo de iniciativas, e com os eventos identificados a não serem ainda muito numerosos (três), a estarem restritos a territórios afastados da CIM e a ocuparem fins de semana específicos, pensamos que existem muitas alternativas viáveis para se idealizar novas propostas. Assim, à semelhança do que se vai fazendo de melhor em Portugal e no Resto do Mundo, penso que as vertentes a explorar são similares às que se manifestaram em 2016 em Vila Nova de Paiva:

- Ações de repovoamento
- Workshops sobre pesca e gestão de recursos piscícolas
- Demonstração de pesca
- Concurso/convívio de pesca
- Pesca livre
- Limpeza de um troço do rio
- Animação musical
- Concurso de pintura
- Expositores de venda de produtos regionais e artesanato
- Showcooking
- Mostra gastronómica nos restaurantes da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADER-SOUSA (2008). “Terras do Sousa. Natureza Rural”, Felgueiras.

ADER-SOUSA (2016). “Parque de Pesca Desportiva”. Disponível em http://www.adersousa.pt/parque_de_pesca_desportiva.html (consulta em 14/12/2016 às 10h20).

APA (2016). “Dados Sintetizados. Características das Albufeiras”, Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em http://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA2159/rnt_21592014925165635.pdf (consulta em 12/12/2016 às 10h40).

CIM Tâmega e Sousa (2014). “Tâmega e Sousa. Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal”. Penafiel, CIM Tâmega e Sousa.

Corte-Real, L. (2010). “Os Baldios da Serra do Marão: Com Tradições para o Futuro”. Tese de Mestrado em Engenharia Florestal, Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.

Department of Environmental Conservation (2016a). “New York Fishing Regulations”, Nova Iorque. Disponível em <http://www.eregulations.com/newyork/fishing/> (consulta em 12/12/2016 às 10h50).

DGRF (2007). “Estratégia Nacional para as Florestas”. Direcção Geral das Florestas, Imprensa Nacional, Lisboa.

EDP (2009). “Aproveitamento Hidroeléctrico de Fridão: Estudo de Impacte Ambiental – Volume 1 – Resumo não técnico”, Agripro Ambiente Consultores, SA. Disponível em http://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA2159/rnt_21592014925165635.pdf (consulta em 12/12/2016 às 10h30)

EDP (2013). “Declaração Ambiental 2013: Aproveitamentos Hidroeléctricos da EDP Produção”. Disponível em http://www.a-nossa-energia.edp.pt/pdf/desempenho_ambiental/da_2013.pdf (consulta em 25/11/2016 às 11h00)

El Mundo (2016). “En Defensa de (Algunas) Especies Invasoras Exóticas”, 14 de Junho. Disponível em <http://www.elmundo.es/ciencia/2016/06/14/575f21a2268e3e8d438b45ea.html> (consulta em 5/12/2016 às 11h00)

Environment Agency UK (2015). “Environment Agency reveals ‘secret seven’ fish”. Disponível em <https://www.gov.uk/government/news/environment-agency-reveals-secret-seven-fish> (consulta em 25/11/2016 às 11h00)

INE (2011). Contas Económicas Regionais

Lourenço, R. (2004). “Repovoamentos Piscícolas em Portugal Continental desde o Século XIX”. Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

Millennium Ecosystem Assessment (2005). Ecosystems and human well-being: biodiversity synthesis. World Resources Institute, Washington, D.C.

Miranda, F. (2012). “A Pesca Lúdica e Desportiva no Nordeste Transmontano (Bacia do Douro, Portugal)”, Tese Mestrado, Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Bragança.

Pasquet, Gérard (1995). La Chasse Verte. Paris, Hatier L.G.

Vollet, Dominique, Aznar, Olivier e Bretiere, Genevieve (2008). Contribution Économique des Activités Cyné gétiques au Developpment des Espaces Ruraux. Paris, FNC.



Projeto Financiado:



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

DCAL

DIREÇÃO - GERAL DAS
AUTARQUIAS LOCAIS